DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

Demonstrações Financeiras 2021

PORTO SEGURO

Quem tem Porto, tem

- ☑ Cartão de Crédito
- ☑ Soluções para locação
- ☑ Consórcio

e muito mais

Compartilhamos as informações de nossos produtos e serviços referentes ao ano de 2021.

Seguros

Número de clientes

Itens comercializados	**17,8 milhões**

Automóvel

Prêmios emitidos:	**10,8 bilhões**
Veículos segurados:	**5,8 milhões**

Vida e Previdência

Contribuições de PGBL e VGBL:	**444,5 milhões**
Participantes de planos de previdência:	**127,2 mil**
Prêmios auferidos:	**1,0 bilhão**
Vidas seguradas:	**4,2 milhões**

Patrimonial

Prêmios:	**2 bilhões**
Itens segurados:	**2,6 milhões**

Saúde

Saúde empresarial

Prêmios:	**2 bilhões**
Vidas seguradas:	**349 mil**

Odontológico

Prêmios:	**146,9 milhões**
Vidas seguradas:	**653 mil**

Serviços Médicos/Saúde Ocupacional

Receitas:	**128,5 milhões**
Vidas:	**405 mil**

Serviços

Carro Fácil

Receitas:	**172,9 milhões**
Contratos ativos:	**10 mil**

Porto Faz e Reppara!

Receitas:	**62,5 milhões**
Quantidade de serviços - Porto Faz	**39 mil**
Contratos ativos - Reppara!	**20 mil**

Negócios financeiros

Cartão de Crédito

Receita:	**1,6 bilhão**
Clientes:	**2,9 milhões**

Financiamento

Receita:	**479,4 milhões**
Clientes:	**119,1 mil**

Consórcio

Receita:	**487,1 milhões**
Clientes ativos:	**192 mil**
Clientes contemplados:	**21,7 mil**

Porto Seguro S.A. Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 11° andar - Campos Eíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo/SP.'

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 86615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:00:38 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, as receitas da Porto Seguro atingiram R$ 21,6 bilhões (+14,4% vs. 2020), acompanhadas de uma expansão significativa na base de clientes, fruto das iniciativas em curso com o objetivo de acelerar o crescimento dos negócios, permeadas por uma abertura ainda maior para repensar formatos e estabelecer mudanças que permitam fortalecer os pilares da Companhia e amplificar a inovação que sempre esteve presente em seu DNA.
Na vertical Seguros, os prêmios cresceram 11,0% (vs. 2020), favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.
A vertical Saúde ampliou em 16,1% seu faturamento anual, através da manutenção de taxas de renovação elevadas e de um aumento consistente no número de vendas novas, resultando no quinto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Houve um aumento de 91 mil vidas nos negócios de Saúde consolidados (vs. 2020), atingindo 1,2 milhão de pessoas cobertas. A vertical tem investido em tecnologia, processos e liderança dedicada para aumentar ainda mais sua relevância no segmento.
A vertical Negócios Financeiros apresentou elevação nas receitas de 20,9% no ano (vs. 2020), através do crescimento acelerado de seus principais negócios. As receitas de Cartão de Crédito e Financiamento cresceram 24,0% (vs. 2020), através de iniciativas bem sucedidas de vendas e de uma estratégia eficaz de crédito, com um crescimento significativo da Carteira de Crédito (+32,9% vs. 2020), atingindo R$ 13,3 bilhões ao final de 2021. Os Riscos Financeiros e Capitalização expandiram as receitas em 14,9% (vs. 2020), impulsionados principalmente pelo Aluguel Essencial, com processo de contratação mais ágil, digital e econômico em relação ao produto tradicional, e pela ampliação da base de parceiros (imobiliárias e corretores), revisão de estratégia e aceitação. As receitas do Consórcio obtiveram um incremento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelo crescimento da carteira de créditos administrados, atingindo R$ 32,1 bilhões ao final do ano (+36,0% vs. 2020) associado ao aumento do número de cotas ativas (+13,3% vs. 2020).
Na vertical Serviços foi registrado um aumento de 31,5% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil, que cresceu 61,7% (vs. 2020) e alcançou 10 mil contratos ativos ao final de 2021. Ênfase também para os serviços de assistência (PortoFaz e Reppara!), que cresceram 36,2% (vs. 2020), alavancados principalmente pelas operações *business to business*.
No consolidado de todos os negócios de seguros (incluindo Saúde e Riscos Financeiros), o índice combinado de 2021 foi de 94,9%, permanecendo 1,1 p.p. melhor do que a média dos últimos 10 anos. No comparativo anual, o índice aumentou 4,8 p.p. em relação a 2020, explicado pela elevação da sinistralidade do Auto no segundo semestre de 2021 e do Saúde até o terceiro trimestre de 2021. No seguro Auto, a maior sinistralidade foi decorrente da inflação de peças, aumento no preço dos carros e da maior circulação de veículos, em função da redução do isolamento social. No Saúde, a sinistralidade foi impactada pela segunda onda da COVID-19 no primeiro semestre de 2021 e pelo crescimento dos procedimentos eletivos no terceiro trimestre, mas encerrou o último trimestre do ano com a sinistralidade já tendo retornado aos patamares pré-Covid.
O resultado financeiro foi de R$ 468,7 milhões em 2021, superando o "benchmark" ao atingir rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.
O lucro líquido alcançou R$ 1.544,2 milhões em 2021 (-8,5% vs. 2020), atingindo um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 16,9% no período, 2,7 p.p. menor do que o registrado em 2020.
O ano de 2021 foi bastante dinâmico para a Porto Seguro, marcado por diversas iniciativas nos campos da inovação e societário, com reflexos positivos no processo de transformação digital e que demonstram o protagonismo da Companhia na jornada de aceleração do crescimento.
No campo da inovação, houve o lançamento do "Bllu", primeiro seguro de automóvel por assinatura mensal já lançado pela Porto Seguro; o desenvolvimento de um "SuperApp", que melhora a experiência do usuário e já concentra produtos e serviços utilizados por mais de 75% dos clientes da Porto Seguro; e a ampliação dos atendimentos via WhatsApp, com 40% do total de assistências já passando por esse canal, que além de melhorar a experiência do cliente, também contribui para ganhos de eficiência operacional; e a criação do "Tech Fácil", serviço de assinatura para smartphones.
No campo societário, houve a realização de uma joint venture com a Cosan para a criação da Mobitech, que atuará no fornecimento de soluções inovadoras de mobilidade, tais como modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos; a aquisição de 50% de participação da Conectcar, do grupo Ultra, através de sua controlada Portoseg S.A., potencializando a conexão entre a mobilidade e os diversos serviços financeiros da Porto Seguro, através da ampliação e modernização de benefícios existentes e do fortalecimento da estratégia de atração de clientes; a aquisição de participação na Petlove através da transferência da Porto.Pet; e a compra de participação majoritária na Atar, fintech que desenvolve soluções de Banking-as-a-Service (BaaS), com o objetivo de acelerar o processo de transformação digital da vertical de Negócios Financeiros.
Além disso, está em andamento a cisão da operação de assistência (sujeita à aprovação da SUSEP), que está dentro de uma das seguradoras do grupo (Porto Seguro Cia de Seguros Gerais) para uma nova empresa (Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.), com o objetivo de alavancar o crescimento da vertical de Serviços através da otimização da gestão e oferta de serviços também para terceiros.
Na frente ASG, ênfase para a contribuição da Porto Seguro com a sociedade no enfrentamento da pandemia através de seus produtos e serviços, com destaque para o seguro de Vida, que desde o início da crise sanitária já indenizou mais de 3 mil famílias vítimas de perdas decorrentes da COVID-19, através de aproximadamente R$ 160 milhões em indenizações, e para o seguro Saúde, que deu cobertura para mais de 8,6 mil beneficiários que precisaram ser internados, sendo aproximadamente 5,3 mil em leito comum e 3,3 mil na UTI, além de ter prontamente ter realizado quase 160 mil testes da COVID-19 até dezembro de 2021.
Vale ressaltar também a parceria da Porto Seguro com a Associação Crescer Sempre na comunidade de Paraisópolis, na cidade de São Paulo, com o objetivo de promover transformação social através de educação de qualidade. Em 2021 concluíram os cursos: 320 alunos na escola regular de Educação Infantil; 209 alunos na escola integral de Ensino Médio; 160 alunos no projeto de reforço em Português e Matemática Jovem Crescer; e, 45 alunos nos Cursos Profissionalizantes presenciais. Ainda no campo social, a Renova Ecopeças, Empresa da Porto Seguro, pioneira na reciclagem automotiva no país, assumiu seu papel de acreditar e fomentar a ressocialização e busca pela redução da violência, desenvolvendo um Programa de contratação de egressos do sistema prisional, através de parceria com o Instituto Ação pela Paz.
Por fim, a Porto Seguro agradece mais uma vez aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais "stakeholders" pela confiança e dedicação na Companhia ao longo de 2021, e segue firme no propósito de oferecer experiências transformadoras para cada momento da vida das pessoas e assim ser cada vez mais um Porto Seguro para todos.

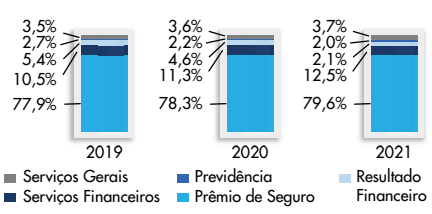
TENTATIVA DE ATAQUE CIBERNÉTICO

Em relação ao incidente ocorrido no dia 14 de outubro de 2021, a Administração conclui que não foi identificado qualquer vazamento de dados da Companhia, suas controladas, seus clientes e/ou parceiros, incluindo quaisquer dados pessoais, assim como não houve impacto nos negócios e nas Demonstrações Financeiras.

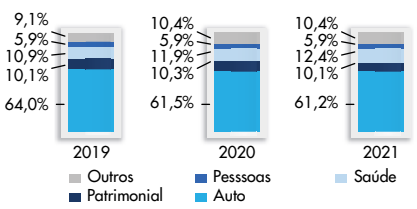
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

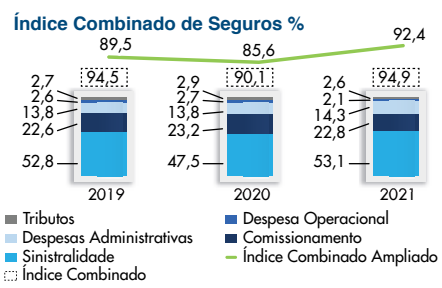
Distribuição Receita Total



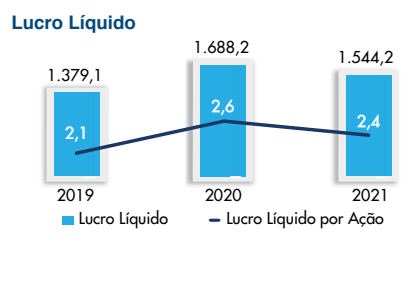
Distribuição dos Prêmios de Seguro



Índice Combinado de Seguros %



Lucro Líquido



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2021" e "em 2020" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Valores expressos em R$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

DETALHAMENTO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Auto consolidado	2021	2020	Variação %/p.p.
Prêmios auferidos	10.841,4	9.716,0	11,6
Sinistralidade (%)	53,2	46,9	6,3
Veículos segurados - frota	5.773	5.462	5,7

• Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2021 R$ 10.841,4 milhões, aumento de R$ 1.125,4 milhões ou 11,6% sobre os R$ 9.716,0 milhões em 2020.

Prêmios auferidos - Saúde	2021	2020	Variação %
Saúde empresarial	2.048,7	1.745,2	17,4
Saúde odontológica	146,9	139,4	5,4
Total Saúde	**2.195,6**	**1.884,6**	**16,5**

Sinistralidade - Saúde	2021	2020	Variação %
Saúde empresarial	81,7	74,4	7,3
Saúde odontológica	45,1	42,1	3,0
Total Saúde	**79,3**	**72,0**	**7,3**

Patrimonial	2021	2020	Variação %
Prêmios auferidos	1.793,5	1.630,2	10,0
Sinistralidade (%)	32,5	33,5	(1,0)
Itens segurados	2.556	2.430	5,2

• As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R$ 444,5 milhões em 2021 um aumento de 1,1% em relação aos R$ 439,5 milhões em 2020. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 127,2 mil em 2021, uma queda de 3,6% em relação aos 132,0 mil em 2020.
• As receitas com crédito e financiamento totalizaram R$ 2.119,4 milhões em 2021, aumento de R$ 410,1 milhões ou 24,0% em relação aos R$ 1.709,3 milhões em 2020. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 32,9%, passando para R$ 13.316,3 milhões em 2021 em relação aos R$ 10.019,6 milhões em 2020.
• As receitas de administração de consórcios totalizaram R$ 487,1 milhões em 2021, com aumento de R$ 103,1 milhões ou 26,8%, em relação aos R$ 384,0 milhões em 2020. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 13,2% passando para 192,2 mil em 2021, em relação aos 169,8 mil em 2020.
• As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R$ 822,6 milhões em 2021, com aumento de R$ 72,2 milhões ou 9,6%, em relação aos R$ 750,4 milhões em 2020, com destaque para a Mobitech que cresceu 61,7% no ano e alcançou mais de 10 mil contratos ativos em 2021. As receitas recorrentes de serviços contam também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro com potencial de expansão atrativo, como o PortoFaz e Reppara!.

Despesa de comercialização	2021	2020	Variação p.p.
Custos de aquisição - seguros	22,8	23,2	(0,4)

Despesas administrativas e operacionais	2021	2020	Variação p.p.
Despesas administrativas - seguros (*)	14,3	13,8	0,5
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	2,1	2,7	(0,6)
Total despesas administrativas e operacionais	**16,4**	**16,5**	**(0,1)**

(*) Em 2021, considerando os valores de INSS sobre PLR, o índice de despesas administrativas - seguros é de 13,6%.
• No ano de 2021, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 16,4% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

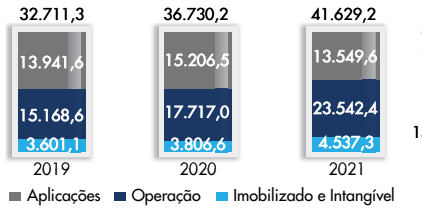
RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2021	2020	Variação p.p.
Resultado financeiro - seguros	431,1	779,3	(44,7)
Resultado financeiro - outros negócios	37,6	141,8	(73,5)
Total resultado financeiro	**468,7**	**921,1**	**(49,1)**

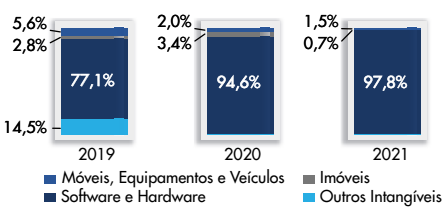
• O resultado financeiro decresceu 49,1% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável, embora as alocações em ativos indexados à inflação tenham contribuído positivamente. As aplicações financeiras obtiveram retorno acima do CDI, explicado principalmente pelo desempenho positivo das alocações em títulos indexados à inflação.

POSIÇÕES PATRIMONIAIS

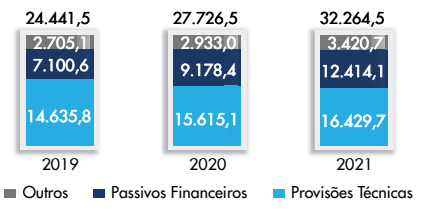
Ativos Totais



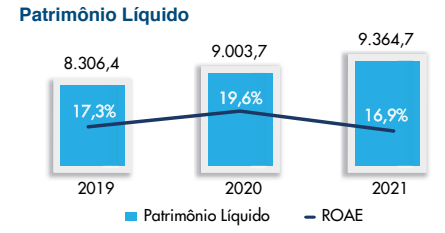
Investimentos (Capex)



Passivos Totais

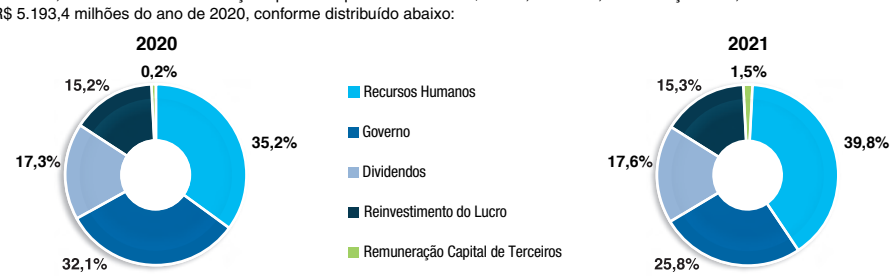


Patrimônio Líquido



VALOR ADICIONADO

Em 2021, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R$ 4.701,3 milhões, com redução de 9,5% sobre o montante de R$ 5.193,4 milhões do ano de 2020, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.
As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.
O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

COMITÊ DE PESSOAS

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:00:43 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

COMITÊ DE RISCO INTEGRADO

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

COMITÊ DE ÉTICA E CONDUTA

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

COMITÊ DE MARKETING

O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

COMITÊ DIGITAL

O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E "MARKETING"

Em 2021, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Programa Start: com o objetivo de contratar mil profissionais para áreas digitais até 2025, lançamos o Start, programa que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas para formação em carreiras digitais.

Aquisição de 74,67% da Segfy: empresa oferece soluções tecnológicas para corretores. Esse foi o primeiro aporte do fundo de investimentos em participações da Porto Seguro, a Porto Ventures.

Lançamento do Bllu: destinado a veículos de até R$ 60 mil, lançamos o Bllu, seguro auto por assinatura da Porto Seguro, operado pela Azul Seguros, com o objetivo de atingir uma fatia do mercado que não contava com um seguro para o carro.

Aquisição da ConectCar e lançamento da Tag Porto Seguro: com um investimento de mais de R$ 160 milhões, a Porto Seguro adquiriu 50% da ConectCar e lançou a Tag Porto Seguro para oferecer aos clientes mais comodidade e agilidade em pedágios, estacionamentos e postos de combustíveis.

Lançamento do Tech-Fácil: plano de assinatura anual de celulares de última geração, com seguro e aparelho reserva em caso de imprevisto, criado em parceria com a Samsung.

Aquisição da Petlove: apostamos no mercado pet com a compra de 13,5% das participações da Petlove, o maior pet shop on-line do Brasil. Nessa transação, passamos a deter participação acionária na Petlove e, em contrapartida, a operação da Porto.Pet, antiga Health for Pet, foi transferida para o pet shop.

Lançamento da moto aquática em São Paulo: para apoiar nos resgates em enchentes e alagamentos, lançamos a moto aquática da Porto e contamos com o apoio de um especialista nesse tipo de resgate para treinar nossos prestadores. Atualmente, temos três prestadores de serviços com habilitação de motonauta, treinamento para bombeiro civil e salvamento.

Lançamento rastreador de motos: apresentamos ao mercado mais essa opção de segurança para quem trabalha sobre duas rodas ou aproveita as motocicletas em momentos de lazer.

Expansão da frota elétrica de guinchos: expandimos a nossa frota elétrica como mais uma alternativa para reduzir o impacto ambiental das nossas operações, uma vez que é uma matriz energética de fonte renovável. Dessa forma, passamos a contar com 50 bicicletas elétricas, uma moto elétrica, cinco caminhões e 16 carros elétricos, além de 30 pontos de recarga gratuitos para veículos elétricos - de segurados e não segurados - nos Centros Automotivos Porto Seguro em São Paulo.

Lançamento Vida do Seu Jeito: um seguro de vida personalizável que permite a contratação de coberturas variadas de maneira independente. Com isso, além de o cliente receber uma oferta mais adequada ao seu perfil e momento, ele tem liberdade e flexibilidade para escolher o valor das coberturas de cada uma das proteções selecionadas.

Lançamento Vida On: focado no público jovem, o Vida On é um seguro de vida individual acessível, com contratação descomplicada - 100% on-line - e valores a partir de R$ 9,26 por mês.

Aquisição de 74,5% da Atar: a empresa desenvolve soluções de Banking as a Service (BaaS) e infraestrutura bancária para empresas e a aquisição reforça a nossa estratégia de aceleração da transformação para o mercado digital.

Joint Venture com a Cosan para a criação da Mobitech: trata-se de uma aposta em mobilidade urbana que, de início, manterá o foco na assinatura de veículos leves do Carro Fácil.

Transporte por app: na Azul Seguros, os clientes que contratarem a cobertura de Carro Reserva têm mais uma opção. No momento do sinistro, podem optar pelo recebimento de créditos nos aplicativos Uber ou Vá de Táxi, em vez de retirar um carro na locadora.

Lançamento App Porto Seguro: o aplicativo tem o objetivo de reunir em um só lugar todos os produtos da companhia para oferecer mais comodidade ao cliente. Além disso, o novo app conta com interface mais moderna e amigável e traz novas funcionalidades.

Vistoria Digital Porto Seguro Auto: a abertura do sinistro, que já podia ser feita pelo site, agora também pode ser feita via WhatsApp. Além disso, a experiência digital ganhou novas funcionalidades, como o uso de inteligência artificial na análise dos danos causados ao veículo, além de ser possível acompanhar em tempo real todo o processo de indenização e reparos, na tela do celular.

PRÊMIOS DE 2020

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2021, em categorias diferentes, destacando-se:

- Marcas Mais Valiosas do Brasil 2020 (Interbrand)
- Prêmio Estadão Mobilidade 2022 (O Estado de S.Paulo)
- Ranking das 100 empresas com melhor reputação no Brasil (MERCO)
- Estadão Finanças Mais (O Estado de S.Paulo)
- Empresas mais Inovadoras do Brasil em 2020 (Forbes)
- Top of Mind (Folha de S.Paulo)
- Marcas Mais (O Estado de S.Paulo)
- Marcas mais amadas pelos cariocas (O Globo)

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2021 com 12.164 colaboradores, sendo 7.936 pessoas nas empresas seguradoras e 4.228 nas demais. Foram admitidos 3.667 funcionários, sendo 530 nos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência". Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 27,03%.

Em mais um ano atípico como o de 2021, com altos e baixos ocasionados pela pandemia, continuamos tratando de adequações internas, reforçando o cuidado com a saúde e com a segurança dos nossos colaboradores. Mantivemos ao longo do ano o trabalho em home office como prioridade, seguindo todos os protocolos da OMS.

O Centro de Testagem para Covid-19, localizado no nosso Edifício Rosa Garfinkel, se manteve ativo, contribuindo com a segurança e com a saúde de todos. E, em outubro, iniciamos o movimento de retorno presencial, no qual todos os colaboradores realizaram o teste de Covid-19 para início das atividades, com o objetivo de proporcionar um ambiente seguro na Empresa. Encerramos 2021 com um total de 18.726 testes realizados entre nossos colaboradores e prestadores de serviço.

Seguimos os protocolos sanitários - como aferição de temperaturas nas entradas de nossas unidades, disponibilização de máscaras e de álcool em gel, além do distanciamento seguro. Realizamos rondas periódicas para garantir a efetividade das ações implementadas.

No mês de abril/21, realizamos a campanha de vacinação contra influenza para 5.300 colaboradores e 1.250 dependentes em todo o Brasil, de maneira descentralizada e em diversos pontos para garantir o distanciamento social e a segurança de todos.

Lançamos uma campanha de incentivo à vacinação da Covid-19 e, em nosso mapeamento, tivemos adesão massiva dos nossos colaboradores.

Como parte de nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral, o que inclui a saúde física, mental e financeira, trabalhamos fortemente com o Programa de Gerenciamento de Estresse. Com ele, realizamos rodas de conversas, ações em grupos focados e atendimentos com equipe multidisciplinar, atuando preventivamente no cuidado da saúde mental dos nossos colaboradores com impacto na redução de sinistralidade e no não agravamento dos índices de afastamentos previdenciários. Adicionalmente, orientamos práticas de cuidados, como extensão do horário de almoço, período na semana livre de reuniões e sessões de musicoterapia e meditação.

Lançamos o Programa Retorno Saudável, que tem o intuito de acompanhar o retorno ao trabalho dos colaboradores que ficaram em afastamento previdenciário por saúde mental. Esse acompanhamento é feito por um time multidisciplinar, dentre psicólogos, médicos e assistentes sociais.

Ainda sobre a Saúde Integral, promovemos ações com foco na saúde física, mental e bem-estar para os colaboradores. Durante o ano, foram mais de 20 mil participações em projetos como aulas de música com gaita, ukulele e violão, podologia, muay thai, pilates, super treino, yoga, zumba e teatro. Em julho de 2021, iniciamos também a parceria com o Gympass (benefício que dá acesso a uma rede de academias com valores diferenciados).

Na frente de atração e desenvolvimento de jovens talentos na Porto Seguro, o ano de 2021 foi marcado por avanços. Realizamos o primeiro Programa de Trainee com o objetivo de fortalecer o pipeline de liderança, suportando os desafios da companhia e alinhados à Temporada. Contamos com mais de 40 mil inscritos para 20 vagas disponíveis em diversas áreas.

No ano, tivemos 3 ondas do Programa de Estágio com mais de 29 mil inscritos, resultando em 48 novos jovens talentos que iniciaram na companhia.

Com foco na gestão do clima e no engajamento, de julho a agosto de 2021, aplicamos uma pesquisa intermediária: Raio-X da Liderança. O objetivo foi dar suporte à tomada de decisão e aumentar a velocidade de resposta da Porto por meio do monitoramento ágil e recorrente de aspectos chave para gestão do clima e do engajamento, com ênfase na atuação da liderança. A adesão foi de 66%.

No tema de aprendizagem e desenvolvimento, investimos R$ 440 mil/mês em programas de treinamento para colaboradores, totalizando 2.666 horas/mês considerando ações nos formatos remoto e on-line. Dentre os programas, destacam-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 32 mil horas/ano.

Realizamos o lançamento do programa de Diversidade e Inclusão, o Juntos. Desejamos ser um porto seguro onde a equidade, a representatividade e o respeito às diferenças sejam parte de nossa cultura. Entre as principais iniciativas realizadas em 2021, estão: palestras de sensibilização para lideranças e demais colaboradores; estruturação da governança para que os temas relacionados à diversidade e inclusão ganhem relevância e celeridade nas pautas da companhia; mentoria de liderança inclusiva para os executivos (vice-presidentes e CEO); criação de grupos de afinidade para equidade de gênero, raça e etnia, LGBTI+ e pessoas com deficiência; desenvolvimento e publicações de conteúdos em datas importantes do calendário de diversidade.

Além disso, foram realizados desenvolvimentos de sistemas visando melhorar a experiência do usuário para acesso às informações referentes à gestão de pessoas, com foco em simplicidade, integração e cliente no centro.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

Dentre as inúmeras iniciativas de sustentabilidade realizadas pela Cia, destacam-se os seguintes projetos em 2021:

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

- Realizadas 50 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, sustentabilidade, mudanças climáticas, resíduos, entre outras. No total, tivemos 10.248 participações de colaboradores.
- Realização da segunda Maratona da Sustentabilidade, da qual 65 Agentes Socioambientais - colaboradores da Porto Seguro - participaram, construindo soluções para desafios reais de sustentabilidade das Instituições Sociais credenciadas pela Porto Seguro na Matriz. Ao final, a ideia vencedora que tinha como desafio a capacitação técnica e apoio às equipes e instituições na interação com o público atendido, será implantada em 2022 no projeto de desenvolvimento de gestores sociais promovido pela área de Sustentabilidade.
- Realização do Mês da Sustentabilidade, com palestras e oficinas destinada aos colaboradores, prestadores e Corretores, com os temas de: 1)Pilares Conceituais: Ambiental, Social e de Governança, 2)Oficina do Consumo Consciente, 3)Sustentabilidade na Porto, 4)Riscos Socioambientais e o case Renova. Também lançamos um jogo on-line, o Cada Vez + Sustentável, para dependentes dos colaboradores e prestadores, de 7 a 12 anos, que puderam aprender sobre a economia de recursos naturais como a água, energia elétrica e alimentos, além de praticar a coleta seletiva e doação de roupas e brinquedos. O evento totalizou 460 participações ao vivo e 325 visualizações no YouTube pós evento, além de 431 pessoas participando do nosso jogo.

ECOEFICIÊNCIA

- Iniciativas de redução do consumo de energia, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, instalação de placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2021 todas essas iniciativas, somadas à redução do consumo nos prédios em função do trabalho remoto, garantiram economia de energia de 3.290.468,03 kwh, o que equivale a R$ 957.272 mil.
- Iniciativas de redução do consumo de água, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, água de reuso, sistema dual flush, descargas a vácuo. Em 2021, essas iniciativas representaram economia de 19.998.870 litros de água, o equivalente a R$ 722.798 mil.
- 66% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem, contribuindo para a geração de renda aos cooperados.

PROJETOS SOCIAIS

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem por objetivo propiciar e fortalecer a cultura do voluntariado através de metodologias e práticas de mobilização e engajamento de diferentes públicos da Porto Seguro e da sociedade. Em 2021 foram realizadas mais de 60 ações diferentes, que continuaram de forma on-line, nos segmentos de: Capacitar pessoas, promover bem-estar, apoio aos refugiados, mentoria para jovens e educação socioambiental, tendo a participação de 716 colaboradores, que juntos doaram mais de 5 mil horas para 30 instituições sociais parceiras.

Doações que contemplam todos os projetos que incluem recebimento de donativos, como Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2021, foram realizadas 143 campanhas, totalizando a doação de 261.437 itens, para 77 instituições em todo Brasil, gerando 16.9854 atendimentos.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos educacionais e socioculturais em Campos Elíseos, região onde está instalada a Matriz da Cia. Em 2021, oferecemos mais de 16 cursos de capacitação profissional com 471 alunos formados e 25% de empregabilidade. No Ação Educa, atendemos 200 crianças com oficinas socioeducativas no contraturno escolar. Já na Escola de Costura Industrial, tivemos 12 alunas e faturamento de R$ 138.961. E no Programa de Aprendizagem, atendemos como entidade formadora 77 jovens, ativamente, ao longo deste período.

Associação Campos Elíseos +Gentil: tem por objetivo melhorar o bairro de Campos Elíseos, tornando-o mais limpo, funcional e, consequentemente, seguro. Destaque para os 485 protocolos enviados por moradores, zeladores voluntários e comerciantes do bairro em 30 ruas zeladas com 90% de resolubilidade pelos órgãos competentes da Prefeitura Regional Sé;

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante Ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

De um lado, a pior hidrologia dos últimos 90 anos gerou severo estresse ao sistema elétrico, largamente baseado em geração hidrelétrica, implicando numa forte alta das tarifas do setor. De outro lado, a contínua deterioração do arcabouço fiscal aumentou a percepção de risco-país, que se traduziu numa taxa de câmbio mais depreciada, o que por sua vez acentuou o movimento de alta dos preços de diversos produtos.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

NEGÓCIOS

Para reduzir o impacto ambiental de suas operações nos atendimentos, bem como melhorar o tempo médio dos mesmos, a Porto Seguro trabalha com modais alternativos e mais sustentáveis, na capital e em algumas cidades do Estado de São Paulo: são carros elétricos, guinchos menores, motos e bicicletas elétricas e deslocamento por transporte público. Até o primeiro semestre de 2021*, os modais + sustentáveis representaram cerca de 50% dos km percorridos em atendimentos, reduzindo diretamente as emissões de gás carbônico na atmosfera.

*Em virtude de instabilidade sistêmicas, os dados do 2° Semestre não foram contabilizados até o momento.

A Renova Ecopeças tem como propósito garantir a destinação ambientalmente adequada dos veículos em final de vida útil proporcionando o comércio de itens de reuso para o consumidor final ou atacadista e contribuir para a inclusão de mão de obra de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Em 2021 a Renova deu a destinação ambientalmente adequada para 3.091 veículos, possibilitando que 2,2 mil toneladas de resíduos tivessem o direcionamento correto.

COMPLIANCE

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2021, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

A Administração

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:00:47 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Circulante		**1.052.927**	**1.787.513**	**27.311.577**	**24.570.126**
Caixa e equivalentes de caixa	7	60.496	146.714	1.400.834	915.881
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1.1	872.100	1.581.446	7.477.041	8.999.532
Empréstimos e financiamentos	9	–	–	9.382.483	7.192.576
Prêmios a receber de segurados	10	–	–	5.550.561	4.608.343
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	80.400	70.304
Ativos de resseguro	20.3	–	–	159.734	179.764
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	49.495	30.403	218.243	130.025
Bens à venda	12	–	–	208.844	107.899
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	2.218.715	1.924.421
Instrumentos financeiros derivativos	14	709	–	18.022	–
Outros ativos	15	70.127	28.950	596.700	441.381
Não circulante		**9.048.168**	**7.907.359**	**14.317.661**	**12.160.076**
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	8.1.1	–	–	1.808	1.587
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	–	–	3.718.693	4.472.292
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	168.770	347.291	2.352.016	1.733.121
Empréstimos e financiamentos	9	–	–	1.142.828	976.168
Prêmios a receber de segurados	10	–	–	301.708	152.449
Ativos de resseguro	20.3	–	–	13.779	6.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	–	–	926.965	333.053
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	–	–	2.295	2.295
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	166.862	73.837
Outros ativos	15	113	144	337.971	358.512
Investimentos					
Participações em controladas	16.1	8.791.869	7.466.342	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	16.2	–	–	579.447	–
Outros investimentos		34.982	–	34.982	–
Propriedades para investimentos		52.434	93.004	103.203	139.695
Imobilizado	17	–	578	2.158.579	1.650.505
Intangível	18	–	–	2.378.685	2.156.123
Ativo de direito de uso	19	–	–	97.840	103.721
TOTAL DO ATIVO		**10.101.095**	**9.694.872**	**41.629.238**	**36.730.202**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Circulante		**420.156**	**423.091**	**24.959.484**	**20.745.575**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	–	–	10.670.728	9.504.592
Débitos de operações de seguro e resseguro	21	–	–	615.783	502.154
Passivos financeiros	22	38.088	–	11.658.869	8.915.922
Impostos e contribuições a recolher	11.2	1.001	2.399	660.563	539.776
Dividendos e JCP a pagar	16.2	357.970	398.739	357.970	406.111
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	143	–	143
Passivo de arrendamento	24	–	–	12.894	20.227
Outros passivos	25	23.097	21.810	982.677	856.650
Não circulante		**316.380**	**268.167**	**7.305.026**	**6.980.878**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	–	–	5.758.977	6.110.483
Passivos financeiros	22	39.583	–	755.193	262.484
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	276.797	268.167	312.849	308.939
Impostos e contribuições a recolher	11.2	–	–	20.640	10.405
Passivo de arrendamento	24	–	–	118.814	115.339
Outros passivos	25	–	–	185.616	58.291
Provisões judiciais	23	–	–	152.937	114.937
Patrimônio líquido		**9.364.559**	**9.003.614**	**9.364.728**	**9.003.749**
Capital social	26 a	8.500.000	4.500.000	8.500.000	4.500.000
Reservas de lucros		793.395	3.965.562	793.395	3.965.562
(–) Ações em tesouraria	26 b	(205.493)	(160.061)	(205.493)	(160.061)
Reservas de lucros - demais	26 c	998.888	4.125.623	998.888	4.125.623
Dividendos adicionais propostos	26 d	261.729	443.298	261.729	443.298
Outros resultados abrangentes		(190.565)	94.754	(190.565)	94.754
Participação dos acionistas não controladores		–	–	169	135
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.101.095**	**9.694.872**	**41.629.238**	**36.730.202**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros-demais	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		**4.000.000**	**(19.788)**	**3.830.145**	**–**	**361.418**	**134.482**	**8.306.257**	**146**	**8.306.403**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	–	–	–	–	(361.418)	–	**(361.418)**	–	**(361.418)**
Aumento de capital	26 a	500.000	–	(500.000)	–	–	–	**–**	–	**–**
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	–	(141.196)	–	–	–	–	**(141.196)**	–	**(141.196)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	–	–	6.306	–	–	–	**6.306**	–	**6.306**
Ações outorgadas - controladas	26 b/e	–	923	(923)	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	(51.120)	**(51.120)**	–	**(51.120)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	2.205	**2.205**	–	**2.205**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	9.187	**9.187**	–	**9.187**
Redução de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	**–**	(36)	**(36)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.688.191	–	–	**1.688.191**	25	**1.688.216**
Destinações:										
Reserva legal		–	–	84.410	(84.410)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	705.685	(705.685)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	–	–	–	(454.798)	–	–	**(454.798)**	–	**(454.798)**
Dividendos adicionais propostos	26 d	–	–	–	(443.298)	443.298	–	**–**	–	**–**
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**4.500.000**	**(160.061)**	**4.125.623**	**–**	**443.298**	**94.754**	**9.003.614**	**135**	**9.003.749**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	–	–	–	–	(443.298)	–	**(443.298)**	–	**(443.298)**
Aumento de capital	26 a	4.000.000	–	(4.000.000)	–	–	–	**–**	–	**–**
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	–	(45.432)	–	–	–	–	**(45.432)**	–	**(45.432)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	–	–	13.116	–	–	–	**13.116**	–	**13.116**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	(297.250)	**(297.250)**	–	**(297.250)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	10.474	**10.474**	–	**10.474**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	1.457	**1.457**	–	**1.457**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	**–**	20	**20**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.544.249	–	–	**1.544.249**	14	**1.544.263**
Destinações:										
Reserva legal		–	–	77.212	(77.212)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	782.937	(782.937)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	–	–	–	(422.371)	–	–	**(422.371)**	–	**(422.371)**
Dividendos adicionais propostos	26 d	–	–	–	(261.729)	261.729	–	**–**	–	**–**
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**8.500.000**	**(205.493)**	**998.888**	**–**	**261.729**	**(190.565)**	**9.364.559**	**169**	**9.364.728**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	27	–	–	17.712.070	15.804.951
(–) Prêmios de resseguros cedidos	27	–	–	(125.830)	(159.532)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	27	–	–	17.586.240	15.645.419
Receitas de operações de crédito	28	–	–	2.119.399	1.709.262
Receitas de prestação de serviços	29	–	–	1.309.719	1.134.405
Contribuições de planos de previdência		–	–	150.918	151.358
Receita com títulos de capitalização		–	–	59.357	49.858
Outras receitas operacionais	30	–	6.291	387.233	186.963
Equivalência patrimonial	16	1.651.593	1.648.501	(11.232)	–
Total das receitas		**1.651.593**	**1.654.792**	**21.601.634**	**18.877.265**
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		–	–	(1.379.795)	(670.142)
Variação das provisões técnicas - previdência		–	–	(133.179)	(115.700)
(=) Total de variação das provisões técnicas	31	–	–	(1.512.974)	(785.842)
Sinistros retidos bruto	32	–	–	(10.148.761)	(8.221.391)
(–) Recuperações de resseguradoras	32	–	–	100.936	137.204
(–) Recuperações de salvados e ressarcimentos		–	–	1.440.341	976.035
Benefícios de planos de previdência		–	–	(5.004)	(13.110)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		–	–	(8.612.488)	(7.121.262)
Custos de aquisição - seguros	33	–	–	(3.697.949)	(3.475.487)
Custos de aquisição - outros		–	–	(350.827)	(276.194)
Despesas administrativas	34	(42.826)	(18.594)	(3.601.766)	(3.158.869)
Despesas com tributos	35	(25.643)	(23.122)	(617.409)	(635.720)
Custos dos serviços prestados		–	–	(187.201)	(168.365)
Outras despesas operacionais	36	(13.356)	(12.621)	(1.773.980)	(1.571.370)
Total das despesas		**(81.825)**	**(54.337)**	**(20.354.594)**	**(17.193.109)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.569.768**	**1.600.455**	**1.247.040**	**1.684.156**
Receitas financeiras	37	153.415	274.116	1.558.792	1.899.844
Despesas financeiras	38	(162.559)	(191.429)	(1.090.081)	(978.772)
		(9.144)	**82.687**	**468.711**	**921.072**
Lucro operacional		**1.560.624**	**1.683.142**	**1.715.751**	**2.605.228**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.560.624**	**1.683.142**	**1.715.751**	**2.605.228**
Imposto de renda e contribuição social	11.4	**(16.375)**	**5.049**	**(171.488)**	**(917.012)**
Corrente		(7.745)	–	(761.490)	(992.748)
Diferido		(8.630)	5.049	590.002	75.736
Lucro líquido do exercício		**1.544.249**	**1.688.191**	**1.544.263**	**1.688.216**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.544.249	1.688.191	1.544.249	1.688.191
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	14	25
Lucro por ação:					
- Básico	40	2,39781	2,60202	2,39783	2,60206
- Diluído	40	2,39781	2,60202	2,39783	2,60206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Caixa líquido atividades operacionais	**838.741**	**(405.228)**	**2.471.524**	**1.438.758**
Caixa gerado nas operações	**(95.455)**	**52.312**	**1.731.621**	**1.931.245**
Lucro líquido do exercício	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Depreciações - imobilizado	–	–	105.146	103.367
Amortizações	12.622	12.622	125.162	124.519
Resultado de equivalência patrimonial	(1.651.593)	(1.648.501)	(11.232)	–
Resultado na venda de imobilizado	(733)	–	(31.718)	15.143
Variações nos ativos e passivos	**940.713**	**(457.329)**	**1.396.691**	**209.823**
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	709.346	(330.691)	1.522.270	(886.509)
Aplicações financeiras - demais categorias	178.521	(94.949)	134.704	(378.402)
Prêmios a receber de segurados	–	–	(1.091.477)	(762.266)
Empréstimos e financiamentos	–	–	(2.356.567)	(1.587.094)
Ativos de resseguro	–	–	12.969	(68.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.630	(5.049)	(590.002)	(75.736)
Impostos e contribuições a recuperar	(19.092)	11.885	(88.218)	25.310
Bens à venda	–	–	(100.945)	70.791
Custos de aquisição diferidos	–	–	(387.319)	(135.442)
Outros ativos	(35.558)	(4.136)	(711.579)	(14.701)
Operações de arrendamentos	–	–	2.023	6.704
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	–	–	814.630	1.043.301
Débitos de operações de seguros e resseguros	–	–	113.629	103.789
Passivos financeiros	80.342	–	3.403.505	2.214.681
Instrumentos financeiros derivativos	(852)	(663)	(18.165)	13.630
Impostos e contribuições a recolher	5.119	660	502.510	655.411
Provisões	–	–	38.000	(29.270)
Outros passivos	14.257	(34.386)	196.723	13.631
Outros	**(6.517)**	**(211)**	**(656.788)**	**(702.310)**
Outros resultados abrangentes	–	–	(285.320)	(39.729)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	20	(36)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.517)	(211)	(371.488)	(662.545)
Caixa líquido atividades de investimento	**(32.790)**	**1.168.264**	**(929.224)**	**(448.563)**
Alienação de imobilizado e intangível	1.311	–	198.086	191.396
Aquisição de imobilizado	–	–	(776.798)	(369.737)
Aquisição de intangível	–	–	(350.512)	(270.222)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(892.169)**	**(830.711)**	**(1.057.347)**	**(967.577)**
Recompras - ações em tesouraria	(45.432)	(141.196)	(45.432)	(141.196)
Juros sobre captação de recursos pagos	(2.671)	–	(167.849)	(136.866)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(844.066)	(689.515)	(844.066)	(689.515)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(86.218)**	**(67.675)**	**484.953**	**22.618**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	146.714	214.389	915.881	893.263
Saldo final de caixa e equivalentes	60.496	146.714	1.400.834	915.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:00:52 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Outros resultados abrangentes	(285.319)	(39.728)	(285.319)	(39.728)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(495.417)	(85.200)	(495.417)	(85.200)
Efeitos tributários	198.167	34.080	198.167	34.080
Ajustes acumulados de conversão em controladas	10.474	2.205	10.474	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	1.457	9.187	1.457	9.187
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.258.930	1.648.463	1.258.944	1.648.488
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.258.930	1.648.463	1.258.930	1.648.463
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	14	25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. "Porto Seguro" ou "Companhia"), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

• Seguros, previdência complementar e capitalização:

(i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia"), opera seguros de danos e de pessoas.

(ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.

(iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Seguro Uruguai"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.

(iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.

(v) Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.

(vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.

(vii) Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.

• Financeiras e consórcio:

(viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

(ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

(x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

• Serviços e comércio:

(xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

(xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.

(xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.

(xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.

(xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.

(xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.

(xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.

(xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.

(xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.

(xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.

(xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.

(xxii) Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.

(xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

(xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Investimentos"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.

(xxv) Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos. Sua denominação social anterior era Porto Seguro Locadora de Veículos S.A. ("Porto Locadora"), alterada conforme AGE de 08 de outubro de 2021. Vide nota nº 41.1(a).

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas, exceto pelo acordo e troca de ações da Porto.Pet, vide nota explicativa nº 1.2.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa nº 16.1.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Porto Seguro S.A. segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de Covid-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2021 comparados ao mesmo período de 2020:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 10.841,4 milhões, aumento de R$ 1.125,4 milhões ou 11,6% sobre os R$ 9.716,0 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 53,2%, um aumento de 6,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do menor impacto da pandemia sobre a mobilidade da população. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

Nas operações de Saúde, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 2.198,4 milhões, aumento de R$ 309,6 milhões ou 16,4% sobre os R$ 1.888,8 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 79,2%, aumento de 7,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente pela retomada dos eventos eletivos e pelas internações de Covid-19.

No segmento Vida (Pessoas), os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 1.047,5 milhões, aumento de R$ 118,9 milhões ou 12,8% sobre os R$ 928,5 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 49,0%, aumento de 11,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos relacionados e diagnosticados ao Covid-19 neste segmento.

No segmento de Riscos Financeiros (principalmente carteira Fiança), os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 763,5 milhões, aumento de R$ 97,0 milhões ou 14,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o período em 34,4%, redução de 11,2 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo aperfeiçoamento do modelo de subscrição de riscos, que foi intensificado com o uso de big data e "machine learning", adequação na precificação, após o início da pandemia em 2020.

Negócios financeiros e serviços:

A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 32,9% no ano de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A representatividade total da provisão sobre a carteira aumentou, sendo 10,11% no ano de 2021, contra 7,29% no mesmo período do ano anterior.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento anual oscilações significativas em termos de resultado e saldos patrimoniais.

Cabe destacar que subsequentemente à data-base, a Companhia continua monitorando diariamente os reflexos e impactos nos negócios relacionados a Covid-19 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras, os movimentos observados nas operações de seguros, negócios financeiros e serviços são semelhantes aos reportados acima.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, que teve por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021, nesse período foram contratados 10 mil profissionais.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Companhia e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e mais bem posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - ACORDO E TROCA DE AÇÕES PETLOVE

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços"), se aliou à PetLove Cayman Ltd. ("Petlove") e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Porto Serviços transferiu o controle (100% das ações) da Porto.Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. ("Porto.Pet") - nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. ("Health For Pet"). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Abaixo divulgamos um resumo demonstrativo dos reconhecimentos contábeis na data do fechamento da operação.

Ativo	
Investimentos	
Saldo contábil antes do "closing"	5.282
Baixa contábil (Porto.Pet)	(5.282)
Valor justo (13,5% de participação Petlove) (i)	236.541
Marcas (Porto Seguro e Porto.Pet) e Canal de divulgação (i)	124.953
Ganho não realizado (ii)	(16.869)
Total do ativo	344.625
Passivo	
Outros passivos	
Receitas a diferir (iii)	108.084
Imposto de renda e contribuição social	78.628
Total do passivo	186.712
Demonstração de resultado	
Ganho bruto no resultado do período	231.259
(–) Imposto de renda e contribuição social	(78.628)
Efeito líquido no resultado do período	152.631

(i) Cálculo baseado na soma dos fluxos de caixa livre descontados a taxa de (12,02% a.a. para a empresa Petlove e 14,98% a.a. para as demais empresas do consolidado Petlove Cayman, sendo elas, Pet Insurance, Vet Smart e Dog Hero).

(ii) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente a participação de 13,5% mantida pela Porto Seguro.

(iii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

Dado as características da transação, onde observa-se a perda de controle da Porto.Pet em troca da aquisição de participação minoritária (sem controle) na Petlove Cayman, o reconhecimento contábil inicial dessa operação seguiu as orientações do IFRS 10 (CPC 36 - Demonstrações Consolidadas), onde determina que quando existir a perda de controle da controlada, a controladora deve: i) baixar os ativos contábeis (incluindo qualquer ágio) pelo valor contábil na data em que o controle foi perdido, ii) deve reconhecer o valor justo da contrapartida/ participação recebida, proveniente das transações que resultaram na perda de controle e iii) reconhecer a diferença resultante como perda ou ganho no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia cedeu o direito de uso de forma gratuita e com cláusulas de rescisão com e sem justa causa, sendo que a vigência do direito de uso será nas marcas Porto.Pet por 25 anos e Porto Seguro por 10 anos, além do canal de distribuição Porto Seguro por 5 anos. No reconhecimento dessas cessões de uso, a Companhia seguiu as orientações do IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com cliente), e reconhecerá a receita ao longo da vigência dos contratos.

1.3 OUTRAS INFORMAÇÕES - AQUISIÇÃO CONTROLE CONJUNTO CONECTCAR

Em 01 de outubro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), informa que, diante do cumprimento das condições contratuais e das aprovações regulatórias, concluiu a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), que eram de titularidade do Grupo Ultra. O valor da operação foi de R$ 165.000, liquidados financeiramente em 01 de outubro de 2021. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R$ 6.538, devolvidos para a Portoseg. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R$ 158.462.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA ("Purchase Price Allocation") que está em fase de elaboração.

1.4 BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS - LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 124.643, sendo: (i) reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados ao IFRIC23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 15.569 em 2016 e R$ 21.310 em 2017 e (ii) benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 20.086 em 2018, R$ 25.635 em 2019 e R$ 42.043 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 43.468 referente ao exercício corrente de 2021.

1.5 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R$ 272.861, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

1.6 CRIAÇÃO DE "JOINT VENTURE" - PORTO SEGURO E COSAN

Em 08 de novembro de 2021 a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços"), celebrou um Acordo de Associação de Investimento com a Cosan Oito S.A. ("Cosan Oito") subsidiária da Cosan S.A. ("Cosan"), para a constituição da "joint venture" que atuará em soluções de mobilidade ("Mobitech"), dentre os serviços a serem oferecidos estão: modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.

A formalização da parceria e o fechamento da operação dependem do cumprimento de condições usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), a qual tornou-se final e definitiva em 07 de janeiro de 2022, após o decurso do prazo de 15 dias contado da publicação da referida decisão no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2021, sem que tenham sido interpostos recursos de terceiros ou que tenha havido avocação pelo Tribunal do CADE.

Considerando que a operação não foi finalizada até a data-base das demonstrações financeiras, prevista para o mês de fevereiro de 2022, os correspondentes registros contábeis ocorrerão nos próximos meses, em linha com PPA (Purchase Price Allocation) que está em fase de elaboração.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos "impairment", (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB).

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas	–	6.291	21.238.820	18.906.611
Receitas com prêmios emitidos	–	–	17.712.070	15.804.951
Receitas com operações de crédito	–	–	2.119.399	1.709.262
Prestação de serviços	–	–	1.368.109	1.186.119
Receitas com operações de previdência complementar	–	–	150.918	151.358
Outras	–	6.291	422.517	210.673
Provisão para perda de crédito	–	–	(534.193)	(155.752)
Variações das provisões técnicas	–	–	(1.512.974)	(785.842)
Operações de seguros	–	–	(1.379.795)	(670.142)
Operações de previdência	–	–	(133.179)	(115.700)
Receita líquida operacional	–	6.291	19.725.846	18.120.769
Benefícios e sinistros	–	–	(8.611.244)	(7.138.248)
Sinistros líquidos	–	–	(8.607.484)	(7.108.152)
Despesas com benefícios	–	–	(5.004)	(13.110)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	–	–	1.244	(16.986)
Insumos adquiridos de terceiros	(9.308)	(3.329)	(6.779.715)	(6.498.460)
Materiais, energia e outros	(2.891)	(2.030)	(1.417.616)	(1.660.498)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(187.201)	(168.365)
Serviços de terceiros e comissões	(5.684)	(1.299)	(5.412.229)	(4.761.129)
Variação das despesas de comercialização diferidas	–	–	224.766	88.911
(Perda)/recuperação de valores ativos	(733)	–	12.565	2.621
Valor adicionado bruto	(9.308)	2.962	4.334.887	4.484.061
Depreciação e amortização	(12.622)	(12.622)	(170.333)	(227.886)
Valor adicionado líquido produzido	(21.930)	(9.660)	4.164.554	4.256.175
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	1.649.322	1.733.195	536.790	937.270
Receitas financeiras	153.415	274.116	1.558.792	1.899.844
Resultado de equivalência patrimonial	1.651.593	1.648.501	(11.232)	–
Outras	(155.686)	(189.422)	(1.010.770)	(962.574)
Valor adicionado total a distribuir	1.627.392	1.723.535	4.701.344	5.193.445
Distribuição do valor adicionado	1.627.392	1.723.535	4.701.344	5.193.445
Pessoal	13.787	14.460	1.872.429	1.668.274
Remuneração direta	4.507	3.906	1.074.462	978.712
Benefícios	9.280	10.554	724.346	621.473
F.G.T.S	–	–	73.621	68.089
Impostos, taxas e contribuições	62.482	18.877	1.214.748	1.829.090
Federais	62.482	18.877	1.132.101	1.758.160
Estaduais	–	–	1.401	665
Municipais	–	–	81.246	70.265
Remuneração de capitais de terceiros	6.874	2.007	69.904	7.865
Juros	6.874	2.007	71.450	13.743
Aluguéis	–	–	(1.546)	(5.878)
Remuneração de capitais próprios	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Juros sobre o capital próprio	398.662	372.382	398.662	372.382
Dividendos	428.063	525.714	428.063	525.714
Lucros retidos do exercício	717.524	790.095	717.524	790.095
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	14	25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:00:57 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

• IFRS 17 - Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração ("BBA - Business Block Approach"); (ii) modelo de taxa variável ("VFA - Variable Fee Approach"); (iii) abordagem de alocação de prêmio ("PPA - Premium Allocation Approach"). Os modelos "i" e "ii" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "iii" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Custo amortizado

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em "Resultado financeiro"), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada de forma líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

• Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);

• Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";

• Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.10 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "Softwares"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) Ágio e intangível com vida útil indefinida - combinação de negócios

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca "Itaú Seguros de Auto e Residência", registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método do fluxo de dividendos descontados.

Anualmente, o ágio e o direito de uso da marca "Itaú Seguros de Auto e Residência" são testados com o intuito de avaliar a necessidade de "impairment". Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

Para o período corrente, não foi identificado necessidade de provisionamento. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(c) Intangível com vida útil definida - combinação de negócios

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:03 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.

(g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(h) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(i) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidos ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração dos índices garantidos em contrato e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidados de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 16.429.705.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 32.642.237 para os quais existem R$ 1.233.865 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 152.937, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 1.294.814.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

No exercício de 2021, comparado ao ano anterior, não houve mudança relevante no perfil de risco: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes estando alinhadas ao apetite por risco e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

Vale destacar que em decorrência da pandemia da Covid-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 75,5% (73,9% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Risco soberano - Brasil	82,2%	73,9%
Instituições financeiras	3,1%	2,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,2%	1,4%
Outros	13,5%	22,2%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared"). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 98,0% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Não vencidos	5.554.815	4.584.772
Vencidos de 1 a 30	240.400	156.998
Vencidos de 31 a 60	46.886	34.183
Vencidos de 61 a 90	14.532	8.994
Vencidos de 91 a 180	16.147	8.147
Vencidos acima de 180	15.674	9.858
Provisão para risco de crédito	(36.185)	(42.160)
	5.852.269	**4.760.792**
Circulante	5.550.561	4.608.343
Não circulante	301.708	152.449

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer		
Até 30 dias	7.161.950	5.600.758
De 31 a 60 dias	21.154	8.471
Mais de 60 dias	2.540	1.015
Vencidos		
De 1 a 30	2.852.600	2.328.295
De 31 a 60	217.311	105.879
De 61 a 90	276.773	117.895
De 91 a 180	546.084	264.832
Acima de 180	630.242	383.670
Provisão para risco de crédito	(1.183.343)	(642.071)
	10.525.311	**8.168.744**
Garantias vinculadas às operações de crédito	**2.158.133**	**1.798.485**
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	88,6%	85,3%
Pessoas jurídicas	11,4%	14,7%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

(d) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição em resseguros a receber totalizava R$ 67.381 (R$ 58.515 em 31 de dezembro de 2020).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa, obrigações futuras e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:07 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	1.905.627	25.853	1.702.345	23.390
Fluxo de 1 a 30 dias	11.109.750	3.183.270	8.505.762	3.057.660
Fluxo de 2 a 6 meses	3.973.321	8.090.837	3.340.806	6.200.983
Fluxo de 7 a 12 meses	1.610.350	4.581.669	1.194.935	4.094.653
Fluxo acima de 1 ano	13.965.207	17.502.552	13.268.929	13.585.850
Total	**32.564.255**	**33.384.181**	**28.012.777**	**26.962.536**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros em dezembro de 2021, R$ 5.689.730 (R$ 5.314.586 em dezembro de 2020) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	47,0%	45,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	23,5%	37,3%
Prefixados	19,9%	8,4%
Ações	5,1%	5,4%
Outros	4,5%	3,3%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos das Instrução CVM nº 475/08 e posteriores:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+50 b.p.	(751.557)
	+25 b.p.	(406.882)
	+10 b.p.	(171.364)
	-10 b.p.	171.364
	-25 b.p.	406.882
	-50 b.p.	751.557
Juros prefixados	+50 b.p.	(424.081)
	+25 b.p.	(227.821)
	+10 b.p.	(103.591)
	-10 b,p,	103.591
	-25 b.p.	227.821
	+50 b.p.	424.081
Ações	±34%	183.510
	±17%	91.755
	±9%	45.878
Juros pós-fixados	±50 b.p.	14.046
	±25 b.p.	11.790
	±10 b.p.	9.432

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	65,2%	64,8%
Região Sul	12,8%	14,6%
Região Nordeste	11,3%	10,3%
Região Centro-Oeste	6,4%	6,0%
Uruguai	2,5%	1,9%
Região Norte	1,9%	2,4%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.653)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem, além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2021			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	76,4%	8,4%	2,5%	12,8%
Fiança locatícia	62,2%	15,6%	11,8%	10,4%
Residencial	56,5%	11,7%	15,8%	16,0%
Empresarial	52,1%	15,4%	7,7%	24,9%
Outros riscos	68,2%	9,7%	5,3%	16,9%
	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,3%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(25.563)	(81.854)
Sinistros - aumento de 50,0%	178.183	103.910

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.653)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.953 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2021, de R$ 807.725. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos ("Asset Liability Management" - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

• Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	20.216	(1.730)
Sinistros - aumento de 50,0%	84.095	46.618

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(121)	(120)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	8.382	5.534

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Superintendência Financeira, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS, BACEN e BCU (Banco Central do Uruguai). Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

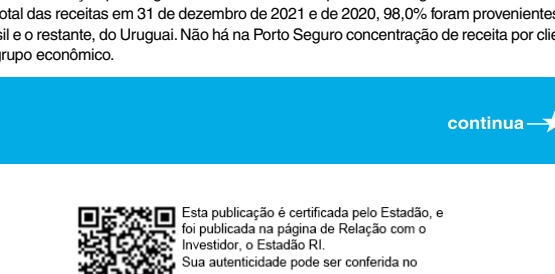
Seguros	
Capital de risco de subscrição	2.551.328
Capital de risco de crédito	163.246
Capital de risco de mercado	588.348
Capital de risco operacional	97.282
Benefício da diversificação de riscos	(369.580)
Capital requerido - seguros (i)	**3.030.624**
Capital requerido - financeiras (ii)	**1.353.346**
Margem de solvência (iii)	**406.182**

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2021 (em R$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2021 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,8%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	4,5%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	37,0%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	6,5%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	4,8%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	14,7%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência atual	11,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	11,3%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	10,0%
Como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	5,8%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 - Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

• Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.

• Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

• Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.

• Seguros - demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.

• Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.

• Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, 98,0% foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:13 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	10.841.384	2.198.358	1.315.569	3.356.759	–	–	17.712.070	15.804.951
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(601.820)	(1.845)	(342.915)	(559.045)	–	–	(1.505.625)	(829.674)
Prêmio ganho	**10.239.564**	**2.196.513**	**972.654**	**2.797.714**	**–**	**–**	**16.206.445**	**14.975.277**
Receitas de operações de crédito	–	–	–	–	2.119.399	–	2.119.399	1.638.920
Receita de prestação de serviços	–	–	–	–	559.014	750.705	1.309.719	1.134.405
Contribuição de plano de previdência	–	–	150.918	–	–	–	150.918	151.358
Receita com títulos de capitalização	–	–	–	–	–	59.357	59.357	49.858
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(5.443.429)	(1.739.877)	(484.329)	(944.853)	–	–	(8.612.488)	(7.121.262)
Custos de aquisição	(2.424.193)	(175.216)	(329.492)	(774.837)	(258.901)	(86.137)	(4.048.776)	(3.751.681)
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	–	(187.201)	(187.201)	(168.365)
Variação das provisões técnicas de previdência	–	–	(133.179)	–	–	–	(133.179)	(115.700)
Outras receitas/(despesas)	(1.772.936)	(232.348)	(199.449)	(1.083.666)	(1.968.835)	(359.920)	(5.617.154)	(5.108.654)
Resultado operacional	**599.006**	**49.072**	**(22.877)**	**(5.642)**	**450.677**	**176.804**	**1.247.040**	**1.684.156**
Resultado financeiro	185.779	47.666	(149.355)	346.977	44.792	(7.148)	468.711	921.072
Resultado antes dos impostos	**784.785**	**96.738**	**(172.232)**	**341.335**	**495.469**	**169.656**	**1.715.751**	**2.605.228**
Imposto de renda e contribuição social	(278.948)	9.082	89.034	269.861	(178.049)	(82.468)	(171.488)	(917.012)
Lucro líquido - Dezembro de 2021	**505.837**	**105.820**	**(83.198)**	**611.196**	**317.420**	**87.188**	**1.544.263**	**1.688.216**
Lucro líquido - Dezembro de 2020	**435.970**	**73.191**	**85.055**	**354.916**	**313.299**	**116.678**		

Ativos e passivos							Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativos relacionados aos segmentos	10.617.391	774.653	4.972.603	4.167.448	12.249.370	2.181.904	34.963.369	30.061.717
Ativo imobilizado e intangível (ii)	131.667	–	–	299.034	162.432	3.425.191	4.018.324	3.289.227
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	–	–	236.898	–	23.980	370.780	375.122
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	–	–	168.042	–	–	246.000	246.000
Demais ativos (iv)	–	–	–	–	–	2.030.765	2.030.765	2.758.136
	10.936.918	**774.653**	**4.972.603**	**4.871.422**	**12.411.802**	**7.661.840**	**41.629.238**	**36.730.202**
Passivos relacionados aos segmentos	7.444.376	631.867	5.839.638	2.513.824	10.809.409	2.246.961	29.486.075	25.302.229
Demais passivos	–	–	–	–	–	2.778.435	2.778.435	2.460.843
	7.444.376	**631.867**	**5.839.638**	**2.513.824**	**10.809.409**	**5.025.396**	**32.264.510**	**27.763.072**

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos" referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos", referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento "Outros" refere-se àquele originado da aquisição da Bioqualynet.

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	60.339	145.678	961.949	576.305
Depósitos bancários	157	1.036	438.885	339.576
	60.496	**146.714**	**1.400.834**	**915.881**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2021 Total consolidado	Dezembro de 2020 Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	108.940	215.193	–	11.586	335.719	499.311
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT (*)	–	199.008	33.177	–	232.185	927.603
Outras aplicações	356	1.808	–	–	2.164	1.616
	109.296	**416.009**	**33.177**	**11.586**	**570.068**	**1.428.530**
Fundos exclusivos						
LFTs	122.341	1.002.581	1.364.757	411.132	2.900.811	4.226.156
NTNs - B	39.042	–	925.135	–	964.177	752.745
Cotas de fundos	292.387	222.298	386.665	16.533	917.883	728.446
Debêntures	29.898	109.014	556.158	2.476	697.546	760.279
Ações de companhias abertas	263.338	199.081	164.604	–	627.023	637.404
Letras financeiras - privadas	15.354	92.346	295.368	1.271	404.339	300.174
LTNs	–	–	268.123	–	268.123	–
DI	–	–	–	63.987	63.987	61.060
NTNs - C	–	–	29.625	–	29.625	54.673
CDBs	139	1.317	20.315	11	21.782	51.652
DPGE	305	677	12.478	25	13.485	–
	762.804	**1.627.314**	**4.023.228**	**495.435**	**6.908.781**	**7.572.589**
Total	**872.100**	**2.043.323**	**4.056.405**	**507.021**	**7.478.849**	**9.001.119**
Circulante	872.100				7.477.041	8.999.532
Não circulante	–				1.808	1.587

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Seguros	Previdência	Dezembro de 2021 Total consolidado	Dezembro de 2020 Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	3.175.424	–	3.175.424	3.866.536
NTNs - F	358.324	–	358.324	430.647
NTNs - C	–	184.945	184.945	175.109
Total - não circulante	**3.533.748**	**184.945**	**3.718.693**	**4.472.292**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4.214.110 (R$ 4.557.492 em 31 de dezembro de 2020), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ -495.417 (R$ -85.200 em 31 de dezembro de 2020).

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	4.162.736	2.746.045	6.908.781	7.572.590
Carteira própria	3.360.369	358.324	3.718.693	4.472.291
Fundos abertos	570.068	–	570.068	1.428.530
Total	**8.093.173**	**3.104.369**	**11.197.542**	**13.473.411**
Circulante			7.477.041	8.999.532
Não circulante			3.720.501	4.473.879

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2021 Total consolidado	Dezembro de 2020 Total consolidado
Fundos exclusivos (*)						
NTNs - B	168.770	804.982	69.517	31.619	1.074.888	901.693
NTNs - C	–	–	825.072	–	825.072	715.022
NTNs - F	–	–	–	451.751	451.751	116.094
Outros investimentos						
Outros	–	–	–	305	305	312
Total - não circulante	**168.770**	**804.982**	**894.589**	**483.675**	**2.352.016**	**1.733.121**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 2.314.236 (R$ 1.900.245 em 31 de dezembro de 2020).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**15.206.532**	**13.941.621**
Aplicações	20.708.221	29.290.990
Resgates	(22.817.026)	(29.196.100)
Rendimentos líquidos	947.248	1.255.221
Ajuste a valor de mercado	(495.417)	(85.200)
Saldo final	**13.549.558**	**15.206.532**
Circulante	7.477.041	8.999.532
Não circulante	6.072.517	6.207.000

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	9,13	9,26	1,88	1,89
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	130,87	132,68	121,73	152,74
Debêntures (DI+)	1,68	1,83	–	–
NTNs - B - IPCA+	2,05	3,27	1,29	2,47
LFTs	0,12	0,15	0,10	0,07
NTNs - C - IGPM+	–	6,26	–	6,25
NTNs - F - PRÉ	–	7,96	–	7,57
Carteira própria				
NTNs - F - PRÉ	–	6,99	–	6,99
NTNs - C - IGPM+	–	5,99	–	5,99
NTNs - B - IPCA+	–	2,61	–	2,18

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	7.185.644	(71.331)	7.114.313	5.610.244	(44.278)	5.565.966
Financiamentos (ii)	2.104.809	(206.908)	1.897.901	1.815.817	(75.223)	1.740.594
Operações de cartão de crédito (iii)	1.896.922	(854.364)	1.042.558	1.137.629	(489.264)	648.365
Empréstimos	521.279	(50.740)	470.539	247.125	(33.306)	213.819
	11.708.654	**(1.183.343)**	**10.525.311**	**8.810.815**	**(642.071)**	**8.168.744**
Provisão sobre o total da carteira			**10,11%**			**7,29%**
Circulante			9.382.483			7.192.576
Não circulante			1.142.828			976.168

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

(iii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**122.574**	**47.940**	**331.967**	**502.481**
Novas entradas	379.404	251.143	393.232	1.023.779
Melhora de estágio	10.068	(2.736)	(7.332)	–
Piora de estágio	(75.777)	(154.912)	230.689	–
Liquidações (total ou parcial)	(309.787)	(83.975)	(490.427)	(884.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**126.482**	**57.460**	**458.129**	**642.071**
Novas entradas	496.042	341.085	500.538	1.337.665
Melhora de estágio	12.733	20.990	(33.723)	–
Piora de estágio	(104.512)	(180.129)	284.641	–
Liquidações (total ou parcial)	(363.236)	(113.765)	(319.392)	(796.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**167.509**	**125.641**	**890.193**	**1.183.343**

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R$ 42.340 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 350.040 em 31 de dezembro de 2020). Em função no novo modelo de "Write off" em 2021, foram alongados os prazos para lançamento dos títulos para prejuízo, anteriormente eram usados 360 dias, e com o novo modelo o lançamento para cartão ficou em 1.890 dias e para o CDC 1.590 dias.

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.713.574	(7.968)	3.705.606	3.173.108	(7.935)	3.165.173
Ramos elementares	1.387.477	(6.621)	1.380.856	987.560	(9.568)	977.992
Vida	442.136	(6.923)	435.213	373.642	(5.932)	367.710
Saúde	194.774	(2.893)	191.881	143.163	(9.806)	133.357
Porto Seguro Uruguai	118.596	(10.181)	108.415	100.152	(7.830)	92.322
Transportes	32.052	(1.754)	30.298	25.327	(1.089)	24.238
	5.888.609	**(36.340)**	**5.852.269**	**4.802.952**	**(42.160)**	**4.760.792**
Circulante			5.550.561			4.608.343
Não circulante			301.708			152.449

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**4.760.792**	**3.998.526**
Prêmios emitidos	18.862.399	16.834.251
IOF	1.023.643	907.816
Adicional de fracionamento	147.970	176.393
Prêmios cancelados	(1.219.932)	(1.170.944)
Recebimentos	(17.728.423)	(15.969.088)
Provisão para riscos de crédito	5.820	(16.162)
Saldo final	**5.852.269**	**4.760.792**

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**42.160**	**25.998**
Constituições	99.850	76.487
Reversões	(103.087)	(56.825)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(2.583)	(3.500)
Saldo final	**36.340**	**42.160**

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 36).

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda (i)	114.746	65.859
Contribuição social (i)	50.018	22.263
PIS e COFINS	30.135	18.284
Impostos Uruguai	15.230	13.055
INSS	4.101	4.174
Outros	6.308	8.685
	220.538	**132.320**
Circulante	218.243	130.025
Não circulante	2.295	2.295

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.

(i) O aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento dos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:20 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF sobre prêmios de seguros	347.625	285.585
Imposto de renda (ii)	76.920	41.258
PIS e COFINS	72.030	70.769
Contribuição social (ii)	71.641	49.316
INSS e FGTS	40.205	37.950
IRRF	30.109	29.893
ISS	10.682	11.001
Outros	31.991	24.409
	681.203	**550.181**
Circulante	660.563	539.776
Não circulante	20.640	10.405

(i) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(ii) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	9.327	597.558	(485.011)	121.874
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais (i)	150.921	333.063	(52.561)	431.423
Provisão para riscos de créditos	241.155	169.124	(98.050)	312.229
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (ii)	–	161.305	–	161.305
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	100.228	29.807	(14.743)	115.292
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	20.134	22.873	(12.082)	30.925
Provisão de participação de lucros	72.837	260.225	(304.465)	28.597
Outras provisões	73.810	202.174	(182.815)	93.169
	659.085	**1.178.571**	**(664.716)**	**1.172.940**
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(335.359)	–	–	(367.849)
	333.053	**–**	**–**	**926.965**

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

(i) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.5.

(ii) Correspondem aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na "Carteira própria" que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA.

11.3.2 PASSIVO

	Controladora			Consolidado			
	Dezembro de 2020	Reversão/ realização	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2021
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	269.642	(5.049)	264.593	270.581	78.628	(5.989)	343.220
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	–	4.102	50.993	370	(1.656)	49.707
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	–	–	–	39.501	15.977	(9.955)	45.523
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	50.527	14.856	(51.718)	13.665
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão (ii)	–	–	–	35.246	–	(35.186)	60
Outros	8.102	–	8.102	54.171	3.443	(554)	57.060
	281.846	**(5.049)**	**276.797**	**501.019**	**113.274**	**(105.058)**	**509.235**
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	–	–	(192.080)	–	–	(196.386)
	268.167	**–**	**276.797**	**308.939**	**–**	**–**	**312.849**

(i) Vide nota explicativa nº 16.1.

(ii) Reversão das provisões relacionadas aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	**Montante**
2022	768.061
2023	362.342
2024	127.614
2025	16.383
2026	8.590
2027 a 2029	7.794
Após 2029	4.030
Total - ativo	**1.294.814**
Valor presente (*)	**1.189.591**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Alíquota vigente (i)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(530.612)**	**(572.268)**	**(686.300)**	**(1.042.091)**
Indébitos tributários (ii)	–	–	272.861	–
Inovação tecnológica (iii)	–	–	168.111	–
JCP	47.328	45.520	151.114	140.921
Equivalência patrimonial	561.542	560.490	–	–
Incentivos fiscais	–	–	18.344	25.641
Majoração da alíquota CSLL (i)	–	–	(19.721)	–
Participação nos lucros	(2.320)	–	(26.467)	(21.880)
Outros	(92.313)	(28.693)	(49.430)	(19.603)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**514.237**	**577.317**	**514.812**	**125.079**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(16.375)**	**5.049**	**(171.488)**	**(917.012)**

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, será de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.5.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.4.

12. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Salvados (*)	220.881	136.493
Veículos desativados de locações	17.450	11.214
Veículos recuperados de financiamentos	11.816	2.739
Provisão para redução ao valor recuperável	(41.303)	(42.547)
	208.844	**107.899**

(*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (CAD) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	1.406.787	1.277.535
Patrimonial	453.496	382.918
Saúde	186.757	78.229
Riscos financeiros	177.714	110.439
Pessoas	115.516	111.212
Responsabilidades	10.098	8.989
Transportes	4.806	2.461
Outros	30.403	26.475
	2.385.577	**1.998.258**
Circulante	2.218.715	1.924.421
Não circulante	166.862	73.837

O prazo médio de diferimento da CAD é de 12 meses.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DO CAD - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.998.258**	**1.862.816**
Constituição	5.537.034	2.970.419
Apropriação para despesa	(5.149.715)	(2.834.977)
Saldo final	**2.385.577**	**1.998.258**

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

			Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Valor nocional	Valor pela curva	Valor justo	Valor justo
Opções de renda variável	217.149	–	19.706	858
Opção de dólar futuro	(6.856)	–	(1.684)	(1.001)
Contrato futuro de juros prefixados	2.948.498	–	–	–
Contrato de futuro DI x IPCA	(41.237)	–	–	–
Contrato futuro de dólar	83.788	–	–	–
Contrato futuro de índice	(24.407)	–	–	–
Contrato futuro de "treasury"	(189.210)	–	–	–
Opções e contratos futuros (*)			**18.022**	**(143)**
Total - ativo circulante			**18.022**	**–**
Total - passivo circulante			**–**	**(143)**

(*) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

15. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Depósitos judiciais (i)	298.203	315.627
Outros créditos a receber de cartão de crédito	189.468	64.787
Despesas antecipadas	117.589	129.861
Comissões em processamento (ii)	84.948	93.674
Recebíveis de resseguro	67.381	58.515
Adiantamentos administrativos	55.438	37.370
Valores a receber - seguro	27.639	29.588
Almoxarifado	5.677	8.098
Cheques a depositar	2.524	2.107
Outros	85.804	60.266
	934.671	**799.893**
Circulante	596.700	441.381
Não circulante	337.971	358.512

(i) Vide nota explicativa nº 15.1.

(ii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	191.000	189.321
PIS e COFINS	47.261	44.983
Sinistros judiciais	39.681	54.761
Outros	20.261	26.562
	298.203	**315.627**

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23(a).

16. INVESTIMENTOS

16.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2020	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2021
Porto Cia	99,99	**4.181.882**	940.256	392.000	(253.372)	20.563	(371.257)	**4.910.072**
Portoseg	99,99	**1.011.204**	212.242	–	–	356	(81.717)	**1.142.085**
Azul Seguros (i)	67,84	**587.916**	130.646	116.010	(43.878)	1.319	(76.896)	**715.117**
Porto Serviços e Comércio (iii)	99,99	**151.922**	185.532	160.600	–	566	–	**498.620**
Porto Consórcio	99,99	**194.881**	104.988	–	–	414	(19.346)	**280.937**
Itaú Auto e Residência	99,99	**185.591**	60.590	(27.500)	–	209	(90.184)	**128.706**
Serviços Médicos	99,99	**62.390**	11.237	(6.500)	–	525	(3.000)	**64.652**
Portomed	99,99	**19.457**	103	(6.000)	–	–	–	**13.560**
Porto Investimentos	99,99	**22.019**	9.640	–	–	395	(23.106)	**8.948**
Renova	99,99	**3.968**	(343)	2.900	–	10	–	**6.535**
Proteção e Monitoramento	99,96	**17.213**	(3.341)	(5.500)	–	10	(1.999)	**6.383**
Crediporto	99,80	**815**	3.772	–	–	43	–	**4.630**
Portopar	99,99	**5.797**	(3.450)	–	–	(9)	–	**2.338**
Porto Odonto	99,98	**383**	(279)	900	–	–	–	**1.004**
Combinação de Negócios (ii)	–	**1.020.904**	–	–	–	(12.622)	–	**1.008.282**
		7.466.342	**1.651.593**	**626.910**	**(297.250)**	**11.779**	**(667.505)**	**8.791.869**

(i) A Porto Cia possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

(iii) Desse montante, R$ 152.631 refere-se ao valor justo do acordo entre a Companhia e a Petlove Cayman Ltd., onde ocorreu troca de ações e a licença do direito de uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet e do canal de distribuição Porto Seguro.

Controladas indiretas	**Participação %**
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Mobitech	100,00
Renova Peças Novas	99,99

16.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

	Dezembro de 2021			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	14.761.977	9.977.915	10.991.775	805.034
Portoseg	13.392.145	12.214.854	2.140.478	212.254
Azul Seguros (ii)	3.772.495	2.821.757	3.900.701	189.301
Porto Serviços e Comércio (ii)	699.866	201.244	63.084	173.123
Porto Consórcio	351.285	192.479	515.900	104.995
Porto Saúde	1.512.758	906.293	2.248.243	105.717
Itaú Auto e Residência	707.074	580.117	552.283	60.590
Porto Capitalização	1.250.212	1.110.665	137.432	26.428
Porto Uruguai	415.540	290.429	440.811	20.034
Serviços Médicos (ii)	72.277	7.625	63.868	5.488
Porto Conecta	1.774	441	391	(692)
Proteção e Monitoramento	11.134	4.746	11.487	(3.341)
Porto Vida e Previdência	5.555.947	5.226.977	862.948	(75.578)
Demais empresas	1.231.071	972.357	731.039	28.254
Participação de não controladores	–	–	–	(14)
Resultado de equivalência	**43.735.555**	**34.507.899**	**22.660.440**	**1.651.593**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 90615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:24 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.
Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2020			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.495.700	8.439.716	9.915.904	764.020
Azul Seguros (ii)	3.281.910	2.508.250	3.501.789	324.594
Portoseg	10.026.907	8.997.201	1.722.433	191.337
Itaú Auto e Residência	774.221	590.438	578.080	109.952
Porto Saúde	1.247.828	772.339	1.942.969	107.045
Porto Consórcio	272.304	171.951	408.706	66.834
Proteção e Monitoramento	20.981	3.762	28.926	35.227
Porto Seguro Uruguai	349.379	253.480	386.387	26.464
Porto Capitalização	1.043.186	935.571	126.117	21.175
Porto Vida e Previdência	5.395.905	5.200.056	962.782	(26.041)
Porto Serviços e Comércio (ii)	157.050	5.126	46.196	(8.067)
Porto Conecta	9.640	4.615	893	4.079
Serviços Médicos (ii)	70.437	8.047	61.321	6.828
Demais empresas	967.483	757.712	955.334	25.080
Participação de não controladores	–	–	–	(26)
Resultado de equivalência	**36.112.931**	**28.648.264**	**20.637.837**	**1.648.501**

(i) Incluem receitas financeiras.
(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Investimento inicial	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros	Saldos em dezembro de 2021
Coligadas (i)	344.625	(5.702)	78.092	–	**417.015**
Entidades controladas em conjunto (ii)	165.000	(5.530)	9.500	(6.538)	**162.432**
	509.625	**(11.232)**	**87.592**	**(6.538)**	**579.447**

(i) Corresponde a participação minoritária, de 13,48%, na Petlove Cayman Ltd. Vide nota explicativa nº 1.2.
(ii) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. Vide nota explicativa nº 1.3.

16.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:
(i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
(iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
(iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
(v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;
(viii) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;
Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	877.762	835.432	237.332	195.175
Porto Atendimento	235.459	205.126	116.818	121.578
Porto Saúde	182.365	169.192	125.195	106.049
Crediporto	69.261	62.926	7.505	8.461
Porto Investimentos	12.474	12.021	12.737	6.660
Portoseg	12.291	9.349	241.939	231.373
Porto Capitalização	7.343	6.968	12.629	11.601
Itaú Auto e Residência	1.553	1.414	47.796	50.539
Porto Vida	–	2.214	30.296	30.317
Azul Seguros	–	–	376.897	356.307
Serviços Médicos	–	–	40.312	42.220
Porto Consórcio	–	–	69.343	61.727
Demais	13.132	8.735	92.841	91.370
	1.411.640	**1.313.377**	**1.411.640**	**1.313.377**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 77.054 (R$ 13.333 em dezembro de 2020) e R$ 1.447.511 no passivo da Portoseg (R$ 900.754 em dezembro de 2020) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Controladora	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	357.970	398.739
	357.970	**398.739**

(*) Vide nota explicativa nº 26 (d).

16.4 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	9.280	10.554	104.200	93.508
Honorários e encargos	5.398	4.697	33.949	31.036
	14.678	**15.251**	**138.149**	**124.544**

17. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações				Dezembro de 2021			Taxas anuais de depreciação (%)
		Aquisições	Baixas /vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Edificações (i)	688.373	418	(7.754)	(17.367)	8.031	807.107	(135.406)	671.701	2,0
Terrenos	256.970	–	(4.966)	–	(7.747)	244.257	–	244.257	–
Obras em andamento	32.500	–	–	–	–	32.500	–	32.500	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	140.553	2.371	(1.424)	(10.464)	(9)	184.513	(53.486)	131.027	5,0 a 33,3
	1.118.396	**2.789**	**(14.144)**	**(27.831)**	**275**	**1.268.377**	**(188.892)**	**1.079.485**	
Informática	61.358	61.605	(689)	(46.057)	545	420.467	(343.705)	76.762	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	13.683	561	(1.528)	(5.771)	11	88.253	(81.297)	6.956	10,0 a 50,0
Equipamentos	3.881	113	(45)	(1.687)	(460)	36.786	(34.984)	1.802	10,0 a 14,3
Rastreadores	1.658	4.230	(199)	(3.636)	–	7.516	(5.463)	2.053	100,0
Veículos	1.460	1.604	–	(875)	1	9.433	(7.243)	2.190	20,0 a 25,0
	82.040	**68.113**	**(2.461)**	**(58.026)**	**97**	**562.455**	**(472.692)**	**89.763**	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	450.069	705.896	(140.701)	(19.289)	(6.644)	1.013.055	(23.724)	989.331	3,0 a 29,3
	450.069	**705.896**	**(140.701)**	**(19.289)**	**(6.644)**	**1.013.055**	**(23.724)**	**989.331**	
	1.650.505	**776.798**	**(157.306)**	**(105.146)**	**(6.272)**	**2.843.887**	**(685.308)**	**2.158.579**	

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações				Dezembro de 2021			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	1.084.711	350.512	(852)	(108.990)	2.406	1.969.327	(641.540)	1.327.787	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	22.185	–	–	(3.550)	–	55.135	(36.500)	18.635	20,0
	1.106.896	**350.512**	**(852)**	**(112.540)**	**2.406**	**2.024.462**	**(678.040)**	**1.346.422**	
Marca	246.000	–	–	–	–	246.000	–	246.000	–
Canal de distribuição	428.104	–	–	(12.622)	–	568.000	(152.518)	415.482	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	–	–	–	–	346.800	–	346.800	–
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (i)	**1.020.904**	**–**	**–**	**(12.622)**	**–**	**1.160.800**	**(152.518)**	**1.008.282**	
Ágio na aquisição de investimentos (ii)	28.323	–	(4.342)	–	–	23.981	–	23.981	
Outras combinações de negócios	**28.323**	**–**	**(4.342)**	**–**	**–**	**23.981**	**–**	**23.981**	
	2.156.123	**350.512**	**(5.194)**	**(125.162)**	**2.406**	**3.209.243**	**(830.558)**	**2.378.685**	

(i) Vide nota explicativa nº 16.1.
(ii) O montante de R$ 4.342 deve-se a baixa do saldo do ágio oriundo na aquisição da Porto.Pet (anteriormente denominada Health For Pet) em 2015 e que mediante ao acordo de troca de ações entre Porto.Pet e Petlove Cayman Ltd., a Companhia realizou a baixa desse saldo.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2021, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.
O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior às médias passadas recentes, aprovada pela Administração.
A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.
O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados às UGC dos segmentos operacionais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6: (i) "Seguros de automóvel" e "Seguros - demais ramos", referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (ii) "Outros", referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

19. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

	Saldo em dezembro de 2020	Movimentações		Dezembro de 2021			Taxas anuais de depreciação (%)
		Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Direito de uso	**103.721**	10.022	(15.903)	134.776	(36.936)	**97.840**	5,0 a 33,0

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	13.508.703	13.335.190	12.751.924	12.565.442
Previdência complementar (20.2)	2.921.002	2.921.002	2.863.151	2.863.151
	16.429.705	**16.256.192**	**15.615.075**	**15.428.593**
Circulante	10.670.728		9.504.592	
Não circulante	5.758.977		6.110.483	

20.1 SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.412.914	8.349.285	7.268.073	7.199.335
Provisão matemática - seguros	2.248.351	2.248.351	2.231.882	2.231.882
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.011.796	1.941.526	1.703.813	1.605.791
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	462.178	422.564	482.535	462.813
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT (*)	231.073	231.073	926.536	926.536
Demais provisões	142.391	142.391	139.085	139.085
	13.508.703	**13.335.190**	**12.751.924**	**12.565.442**
Circulante	10.355.640		9.246.412	
Não circulante	3.153.063		3.505.512	

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.589.719	2.643.756
Provisão matemática de benefícios concedidos	278.929	204.828
Demais provisões	52.354	14.567
	2.921.002	**2.863.151**
Circulante	315.089	258.180
Não circulante	2.605.914	2.604.971

20.3 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS - CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**14.635.782**	**118.477**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.644.249	126.959
Diferimento pelo risco decorrido	(15.272.805)	(106.439)
Aviso de sinistros	8.321.442	148.257
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.313.018)	(107.422)
Atualização monetária e juros	465.215	7.492
Resgates	(454.534)	–
Portabilidades líquidas	(244.337)	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(166.919)	(842)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**15.615.075**	**186.482**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	17.441.013	109.280
Diferimento pelo risco decorrido	(16.006.106)	(112.195)
Aviso de sinistros	9.168.929	115.240
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.571.973)	(128.163)
Atualização monetária e juros	433.929	3.316
Resgates	(519.917)	–
Portabilidades líquidas	(122.333)	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(8.912)	(447)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.429.705**	**173.513**
Circulante	10.670.728	159.734
Não circulante	5.758.977	13.779

20.4 ATIVOS GARANTIDORES - CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	**16.429.705**	**15.615.075**
Direitos creditórios (i)	4.719.618	3.934.059
Custos de aquisição diferidos pagos	1.212.055	976.872
Ativos de resseguro	109.632	117.209
Outros	14.448	9.751
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**6.055.753**	**5.037.891**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**10.373.952**	**10.577.184**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**–**	**522.151**
Cotas de fundos de investimento	4.645.181	3.814.945
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.766.088	4.084.372
Títulos de renda fixa - públicos	3.718.695	4.474.874
Imóveis - Uruguai	19.543	19.174
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**12.149.507**	**12.393.365**
Excedente (E - C - D)	**1.775.555**	**1.294.030**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A Resolução CNSP nº 412, de 30 de junho de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:29 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.
Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

									Dezembro
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	**1.238,4**	**1.230,9**	**1.192,7**	**1.235,8**	**1.466,7**	**1.648,9**	**1.798,5**	**2.137,7**	**2.474,0**
Um ano mais tarde	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.368,5	1.493,9	1.290,2	–
Dois anos mais tarde	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.393,3	1.492,1	1.502,9	–	–
Três anos mais tarde	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,1	1.439,3	1.494,0	–	–	–
Quatro anos mais tarde	1.369,0	1.413,8	1.324,6	1.498,7	1.439,9	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.428,4	1.461,2	1.366,0	1.503,2	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.465,8	1.502,4	1.376,0	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.496,9	1.516,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.508,2	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa Corrente	**1.508,2**	**1.516,3**	**1.376,0**	**1.503,2**	**1.439,9**	**1.494,0**	**1.502,9**	**1.290,2**	**2.474,0**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(1.281,6)**	**(1.244,8)**	**(1.070,2)**	**(1.148,6)**	**(1.035,7)**	**(1.029,6)**	**(969,7)**	**(805,3)**	**–**
Total	**39,3**	**44,9**	**34,3**	**48,8**	**49,6**	**60,2**	**68,8**	**(48,3)**	**2.474,0**
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									231,0
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**2.705,0**

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios emitidos	512.927	404.709
Outros débitos de seguros e resseguradoras	102.856	97.445
	615.783	**502.154**

22. PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações com cartão de crédito (i)	6.888.635	5.349.263
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	2.401.697	990.100
Passivos de capitalização (iii)	1.091.581	917.486
Depósitos interfinanceiros (ii)	952.089	1.185.557
Outros empréstimos e financiamentos (iv)	1.080.060	736.000
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	**12.414.062**	**9.178.406**
Circulante	11.658.869	8.915.922
Não circulante	755.193	262.484

(*) Os saldos da Controladora referem-se a Debêntures.

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Refere-se principalmente à captação de recursos da Porto Locadora, remunerados com base no CDI.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.354.424**	**2.746.167**	**7.100.591**
Aquisição/constituição	24.316.382	2.637.109	26.953.491
Atualização monetária/juros	–	125.478	125.478
Liquidação/reversão	(23.321.543)	(1.679.611)	(25.001.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**5.349.263**	**3.829.143**	**9.178.406**
Aquisição/constituição	24.317.903	6.940.631	31.258.534
Atualização monetária/juros	–	228.639	228.639
Liquidação/reversão	(22.778.531)	(5.472.986)	(28.251.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.888.635**	**5.525.427**	**12.414.062**

23. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.293.499**	**21.526**	**30.567**	**1.345.592**
Constituições	7.650	20.197	21.949	49.796
Êxitos/reversões	(5.531)	(845)	(3.300)	(9.676)
Pagamentos	(4.054)	(4.659)	(11.235)	(19.948)
Atualização monetária	25.213	305	5.315	30.833
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.316.777**	**36.524**	**43.296**	**1.396.597**
(–) Depósitos judiciais (*)	(1.233.232)	(2.995)	(7.433)	(1.243.660)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2021	**83.545**	**33.529**	**35.863**	**152.937**
Quantidade de processos	58	722	2.612	3.392

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) Provisão para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS	25.698	25.178	560.911	537.831
COFINS	119.276	116.864	315.004	309.085
Processos com adesão ao REFIS	–	–	356.218	373.854
Outros	–	–	84.644	72.729
Total	**144.974**	**142.042**	**1.316.777**	**1.293.499**
Depósitos judiciais (*)	(144.974)	(142.042)	(1.233.232)	(1.217.549)
Provisão líquida	**–**	**–**	**83.545**	**75.950**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e PortoPar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e PortoSeg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) Contingências Fiscais e Previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 1.193.143 (R$ 803.742 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 385.986 (R$ 281.213 de possível impacto no lucro líquido); (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 315.077 (R$ 210.673 de possível impacto no lucro líquido) e (iii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 201.736 (R$ 143.305 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente as provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 4.981 (R$ 4.711 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente as provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 201.549 (R$ 169.304 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**231.544**	**(95.978)**	**135.566**
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	10.021	–	10.021
Apropriação dos juros	–	14.113	14.113
Pagamentos	(27.992)	–	(27.992)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**213.573**	**(81.865)**	**131.708**
Circulante			12.894
Não circulante			118.814

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

25. OUTROS PASSIVOS - CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fornecedores	307.210	233.710
Participações nos lucros	250.325	261.364
Provisão de férias e encargos	125.763	117.763
Receitas a diferir (ii)	108.084	–
Programa de fidelidade - cartão de crédito	91.229	80.132
Devolução a consorciados	81.760	81.081
Benefícios pós-emprego	77.182	57.943
Provisão de "profit sharing"	33.957	5.711
Outros	92.783	77.237
	1.168.293	**914.941**
Circulante	982.677	856.650
Não circulante	185.616	58.291

(i) Os outros passivos da Controladora referem-se, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

(ii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, das quais 8.874.272 estão mantidas em tesouraria.

A AGE (Assembleia Geral Extraordinária), realizada no dia 20 de outubro de 2021, deliberou aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 4.000.000, mediante a capitalização de reservas de lucros, com a bonificação de 323.293.030 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) já existente, nos termos do artigo nº 169, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Programa de recompra de ações

Em 4 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 4 de fevereiro de 2022 e 3 de fevereiro de 2023;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 17.973.306 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**160.061**	**6.737.872**	**23,78**	**145**
Recompras	45.432	2.136.400	21,27	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**205.493**	**8.874.272**	**23,18**	**145**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R$ 185.650 (R$ 165.078 em 31 de dezembro de 2020), já considerando o desdobramento de ações. O preço mínimo das ações recompradas durante o ano de 2021 foi de R$ 20,80 e o preço máximo foi de R$ 21,78.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo era de R$ 120.683 (R$ 703.270 em dezembro de 2020).

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:35 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.
Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 680.971 (R$ 3.340.201 em 31 dezembro de 2020).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO/E de 31 de março de 2021 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2020 no montante de R$ 844.095, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio "JCP" imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R$ 318.382, líquidos de imposto de renda; (ii) dividendos complementando o mínimo obrigatório no valor de R$ 82.415; e (iii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R$ 443.298. A Companhia comunica ainda que a AGOE aprovou o pagamento em 12 de abril de 2021 e 26 de outubro de 2021.

Conforme aviso aos acionistas de julho e outubro de 2021, a Companhia creditou contabilmente em 29 de julho de 2021, R$ 221.231 e em 26 de outubro de 2021, R$ 177.431, brutos de imposto de renda (R$ 344.062 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao primeiro semestre de 2021, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 30 de maio de 2022.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 30 de março de 2022 e pagos até 30 de maio de 2022) foram calculados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.544.249	1.688.191
(–) Reserva legal - 5%	(77.212)	(84.410)
Ajustes de IFRS	4.046	(591)
Lucro básico para determinação do dividendo	**1.471.083**	**1.603.190**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**367.771**	**400.798**
Dividendos complementares propostos	261.729	443.298
Total de dividendos/JCP complementares	**261.729**	**443.298**
Total de dividendos (B)	**629.500**	**844.096**
Total por ação (R$)	**0,97745**	**1,30101**
Distribuição total (B/A)	**40,8%**	**50,0%**

(*) Composto em dezembro de 2021 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R$ 422.371 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R$ 367.771 e R$ 54.600, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) Remuneração em ações

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações;

ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações;

iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações; e

iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações (já considerando o desdobramento de ações) está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.314**	**1.931**
Diferimento de "vesting" do período	13.116	6.306
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(923)
Saldo final	**20.430**	**7.314**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**26,79**	**30,82**

	Quantidade	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**240.324**	**75.468**
Diferimento de "vesting" do período	503.551	198.556
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(33.700)
Saldo final	**743.875**	**240.324**

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	10.841.384	–	10.841.384	9.716.048	–	9.716.048
Saúde	2.198.358	–	2.198.358	1.888.766	–	1.888.766
Patrimonial	1.793.542	(51.407)	1.742.135	1.630.227	(63.560)	1.566.667
Pessoas	1.047.457	(22.335)	1.025.122	928.520	(16.445)	912.075
Riscos financeiros	763.454	(6.765)	756.689	666.454	(8.236)	658.218
VGBL	293.666	(55)	293.611	288.166	(65)	288.101
Transportes	227.753	(1.933)	225.820	183.452	(1.037)	182.415
Outros	546.456	(43.335)	503.121	503.318	(70.189)	433.129
	17.712.070	**(125.830)**	**17.586.240**	**15.804.951**	**(159.532)**	**15.645.419**

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cartão de crédito	1.102.833	934.674
"Interchange" (*)	535.240	404.630
Financiamentos	350.510	268.733
Empréstimos	84.738	70.574
Outras	46.078	30.651
	2.119.399	**1.709.262**

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Consórcio	487.105	383.981
Porto Atendimento	244.892	225.276
Mobitech	172.859	106.857
Portopar e Porto Investimentos	71.909	96.373
Porto Seguro Saúde Ocupacional	65.259	53.996
Serviços Médicos	63.237	60.648
Porto Serviços e Comércio	62.501	45.967
Crediporto	59.841	53.959
Proteção e Monitoramento	10.846	27.008
Outras	71.270	80.340
	1.309.719	**1.134.405**

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Venda de imóveis e investimentos (i)	275.422	67.501
Outras receitas com cartão de crédito	48.748	25.568
Previdência	28.116	18.609
Consórcio	9.766	13.750
Seguros (ii)	7.436	38.589
Outras	17.745	22.946
	387.233	**186.963**

(i) Em 2021, o montante deve-se principalmente pelo valor justo do acordo de troca de controle da Porto.Pet pela participação de 13,5% na Petlove Cayman Ltd. Em 2020, o montante deve-se principalmente pela venda da carteira de alarmes monitorados da "PMO".

(ii) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do consórcio.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.095.826	1.083.668	351.116	382.263
Provisão matemática	296.127	296.127	290.260	290.260
Provisão de plano de previdência	133.179	133.179	115.700	115.700
Outras provisões	–	–	(2.381)	(2.381)
	1.525.132	**1.512.974**	**754.695**	**785.842**

32. SINISTROS RETIDOS - CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro
Automóvel	6.705.578	269	6.705.847	5.363.616	–	5.363.616
Saúde	1.739.276	–	1.739.276	1.361.099	–	1.361.099
Patrimonial	569.645	(13.915)	555.730	618.973	(84.903)	534.070
Pessoas	509.214	(30.435)	478.779	361.708	(26.692)	335.016
Riscos financeiros	293.450	1.682	295.132	289.666	(3.313)	286.353
Outros	331.598	(58.537)	273.061	226.329	(22.296)	204.033
	10.148.761	**(100.936)**	**10.047.825**	**8.221.391**	**(137.204)**	**8.084.187**

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO - SEGUROS (*) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	2.424.193	2.278.820
Patrimonial	496.648	469.774
Pessoas	303.953	302.241
Saúde	175.819	165.407
Riscos financeiros	112.022	109.650
Outros	185.314	149.595
	3.697.949	**3.475.487**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pessoal e benefícios pós-emprego (ii)	1.884.376	1.600.745
Serviços de terceiros	768.892	618.618
Localização e funcionamento	418.332	431.072
Participação nos lucros	310.575	273.194
Publicidade	103.848	93.291
Programa Meu Porto Seguro (iii)	48.843	51.370
Donativos e contribuições	39.179	50.456
Outras	27.721	40.123
	3.601.766	**3.158.869**

(i) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa nº 16.3.

(ii) Em 2021 a Companhia efetuou pagamento e reconhecimento contábil, no montante de R$ 125.978, referente a adesão à transação tributária de desconto para a discussão de INSS sobre participação nos lucros e resultados de administradores, conforme Edital RFB/PGFN nº 11/2021.

(iii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021.

35. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	434.089	458.455
PIS	70.333	77.218
Imposto sobre serviços	46.182	38.207
Outras	66.805	61.840
	617.409	**635.720**

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Captação de recursos	813.377	608.709
Provisão para riscos de créditos	583.613	489.629
Serviços de assistência	145.815	154.092
Cobranças e adm. de apólices e contratos	56.824	65.439
Encargos sociais de operações com seguros	40.707	37.860
Provisão para devedores duvidosos - seguros	(5.820)	16.162
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.622	12.648
Outras	126.842	186.831
	1.773.980	**1.571.370**

37. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	601.208	909.663
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	491.775	451.766
Operações de PGBL/VGBL	204.646	270.709
Operações de seguros	147.970	176.393
Atualização monetária de depósitos judicias	21.962	31.665
Outras	91.231	59.648
	1.558.792	**1.899.844**

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	350.381	376.917
Atualização monetária - passivos de previdência	261.340	244.486
Atualização monetária - passivos de seguro	109.104	103.047
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	71.450	13.743
Atualização monetária - PGBL e VGBL	63.485	117.682
Outras	234.321	122.897
	1.090.081	**978.722**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 96615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:41 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2021, os planos contavam com cerca de 6,0 mil participantes ativos (5,6 mil em dezembro de 2020). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 20.894 em dezembro de 2021 (R$ 19.180 em dezembro de 2020).

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	57.943	63.907
Custo de juros	4.170	4.196
Custo dos benefícios	3.317	3.685
Ganho atuarial sobre a obrigação	(1.308)	(11.393)
Benefícios pagos	(8.519)	(2.465)
Outros	21.579	13
Saldo final do passivo	**77.182**	**57.943**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,19%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	4,17%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,17%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Vales-alimentação e refeição	186.455	173.791
Assistências médica e odontológica	168.438	154.207
Vale-transporte	20.862	20.533
Auxílio-creche	5.880	6.557
Instrução	4.456	4.824
	386.091	**359.912**

40. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.544.249	1.688.191
Média ponderada do número de ações durante o período	644.025	648.800
Lucro por ação básico e diluído (R$)	2,39781	2,60202

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL – Presidente
MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI – Vice-Presidente
ANA LUÍZA CAMPOS GARFINKEL – Conselheira
ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES – Conselheiro
PAULO SÉRGIO KAKINOFF – Conselheiro independente
PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT – Conselheira independente
PEDRO LUIZ CERIZE – Conselheiro independente

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
MARCELO BARROSO PICANÇO – Diretor Vice-Presidente - Seguros
CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos
LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços
SAMI FOGUEL – Diretor Vice-Presidente - Saúde

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 1º de fevereiro de 2022 e a ser entregue assinado em 04 de fevereiro de 2022, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022
Edson Frizzarim
Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Andréa Noceto Degli Oddi

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "Comitê") foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro" ou "Companhia"), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, no decorrer do segundo semestre de 2021 até a presente data.

No período compreendido entre 26 de julho de 2021 e 4 de fevereiro de 2022, inclusive, ocorreram nove reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos da área de Controles Internos da Porto Seguro ao longo do segundo semestre de 2021, ouvindo os gestores das diversas áreas de negócio e acompanhando o desenvolvimento dos Planos de Ação para solução dos pontos levantados pela Auditoria Interna, bem como aqueles identificados pelos auditores externos. Da mesma forma, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) audita as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Porto Seguro, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão. O Comitê manteve reuniões trimestrais com os auditores externos, quando discorreram sobre seu trabalho. O Comitê considera que a PwC manteve sua independência e trabalhou com objetividade avaliando que seus trabalhos foram realizados com a qualidade esperada.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e avaliou os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades e independência, além de ter examinado os principais relatórios elaborados pela área nesse período. O Comitê aprovou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o ano de 2022, detalhando os compromissos da área para o período. Finalmente, o Comitê procedeu a avaliação da atividade de auditoria interna, concluindo que ela cumpre com qualidade seu papel e atribuições, cobrindo de forma adequada os riscos da Porto Seguro.

Acompanhamento das demonstrações financeiras anuais: A controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Na mesma oportunidade, o Comitê se reuniu com o Auditor Independente e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021. Ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

Conclusão

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. em 31 de dezembro de 2021, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022.
Patrícia Maria Muratori Calfat - Coordenadora
Cynthia Nesanovis Catlett
Guy Almeida Andrade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro S.A.

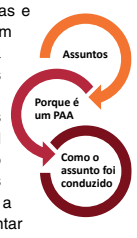
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria do exercício de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para riscos de crédito *(impairment)* de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R$ 11.708.654 mil.

A Companhia através de sua controlada, mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS9/CPC 48, totalizando o valor de R$ 1.183.343 mil.

A provisão para risco de crédito *(impairment)* continua sendo área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela administração da sua controlada relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, assim como as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR) (Notas 2.17, 4.4 e 20)

A Companhia através de suas controladas, registrou determinadas provisões técnicas, com destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R$ 462.178 mil; e (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R$ 2.044.344 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial.

Em nossa avaliação continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes à reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:46 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Porto Seguro S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador - CRC 1SP197007/O-2

Seguro celular sem lista de espera?

Quem tem Porto, tem

☑ Seguro de celular

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

Informações reduzidas. Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais. CNPJ: 61.198.164/0001-60. Processo SUSEP: 15414.612738/2020-81. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. (11) 3366-3110 (Grande São Paulo) | 3004-6268 (Capitais e grandes centros) | 0800-727-8118 (Demais localidades) | 0800-727-2765 (SAC - cancelamento, reclamações e informações) | 0800-727-8736 (Atendimento exclusivo para deficientes auditivos) | 0800-727-1184 (Ouvidoria - das 8h15 às 18h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados).

PORTO SEGURO

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:51 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482DB29CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 10.608,1 milhões, aumento de R$ 1.109,9 milhões ou 11,7% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 17,3%, com aumento de 0,9 ponto percentual em relação ao ano anterior de 16,4%. Mesmo com um leve aumento, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 308,2 milhões, redução de R$ 182,3 milhões, ou 37,2% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho negativo das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 94,3%, aumento de 3,6 pontos percentuais em relação aos 90,7% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 91,4%, aumento de 5,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 922,2 milhões, registrando redução de R$ 76,1 milhões ou 7,6% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 1,58 em 2021 e R$ 1,87 em 2020.

• Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 376,6 milhões em 2021. Do total investido, R$ 311,4 milhões foram destinados a "softwares" e R$ 65,2 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**6.865.452**	**5.432.881**
Disponível		77.441	63.725
Caixa e bancos		77.441	63.725
Equivalentes de caixa	6	110.105	31.595
Aplicações	7	922.474	719.709
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.805.142	3.077.101
Prêmios a receber	8.1	3.732.906	3.018.674
Operações com seguradoras		4.855	74
Operações com resseguradoras		67.381	58.353
Outros créditos operacionais		158.355	103.759
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.1	153.474	174.318
Títulos e créditos a receber		216.814	111.523
Títulos e créditos a receber	9	60.018	15.663
Créditos tributários e previdenciários	9.1	65.226	9.158
Outros créditos		91.570	86.702
Outros valores e bens	11	198.202	75.919
Bens à venda		106.576	58.476
Outros valores		91.626	17.443
Despesas antecipadas		83.624	65.722
Custos de aquisição diferidos	12	1.139.821	1.009.510
Seguros		1.139.821	1.009.510
Não circulante		**7.962.759**	**7.073.518**
Realizável a longo prazo		4.479.048	4.169.045
Aplicações	7	2.366.205	2.632.774
Créditos das operações com seguros e resseguros		301.708	152.449
Prêmios a receber	8.1	301.708	152.449
Outros créditos operacionais		189	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.1	13.734	6.718
Títulos e créditos a receber		1.624.857	1.301.278
Títulos e créditos a receber	9	5.623	205
Créditos tributários e previdenciários	9.1	567.247	252.718
Depósitos judiciais e fiscais	10	1.045.222	1.043.815
Outros créditos		6.765	4.540
Despesas antecipadas		6.453	19.358
Outros valores e bens	11	108.869	22.437
Custos de aquisição diferidos	12	57.033	34.031
Seguros		57.033	34.031
Investimentos		1.519.376	1.136.644
Participações societárias	13	1.519.376	1.135.984
Imóveis destinados a renda/ outros investimentos		–	660
Imobilizado	14	708.970	722.803
Imóveis de uso próprio		467.960	478.922
Bens móveis		80.594	74.372
Outras imobilizações		160.416	169.509
Intangível	15	1.255.365	1.045.026
Outros intangíveis		1.255.365	1.045.026
Total do ativo		**14.828.211**	**12.506.399**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**8.060.215**	**6.800.607**
Contas a pagar		831.952	693.635
Obrigações a pagar	16.1	367.339	289.821
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	274.855	233.542
Encargos trabalhistas		88.907	83.691
Empréstimos e financiamentos	17	77.800	58.312
Impostos e contribuições		20.694	28.187
Outras contas a pagar		2.357	82
Débitos de operações com seguros e resseguros	18	506.553	349.915
Prêmios a restituir		10.554	8.339
Operações com seguradoras		378	–
Operações com resseguradoras		84.997	79.326
Corretores de seguros e resseguros		363.432	262.250
Outros débitos operacionais		47.192	–
Depósitos de terceiros	19	32.376	2.679
Provisões técnicas - seguros	20	6.669.253	5.754.378
Danos		6.083.876	5.246.911
Pessoas		305.578	265.177
Vida individual		279.799	242.290
Débitos diversos	21.2	20.081	–
Não circulante		**1.983.934**	**1.649.809**
Contas a pagar		219.579	205.539
Obrigações a pagar	16.1	66.316	49.511
Tributos diferidos	9.2.2	90.135	137.448
Empréstimos e financiamentos	17	63.128	18.580
Provisões técnicas - seguros	20	747.469	566.207
Danos		662.744	495.422
Pessoas		53.307	48.393
Vida individual		31.418	22.392
Outros débitos		1.016.886	878.063
Provisões judiciais	21.1	912.121	878.063
Débitos diversos	21.2	104.765	–
Patrimônio líquido	**22**	**4.784.062**	**4.055.983**
Capital social		2.552.441	2.272.441
Aumento de capital em aprovação		112.000	–
Reservas de reavaliação		62.763	64.843
Reservas de lucros		2.224.952	1.644.343
Ajustes de avaliação patrimonial		(168.094)	74.356
Total do passivo e patrimônio líquido		**14.828.211**	**12.506.399**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		**2.272.441**	**–**	**66.209**	**1.533.639**	**93.213**	**–**	**3.965.502**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(630.000)	–	–	(630.000)
Reserva de reavaliação								
Realização	22 c	–	–	(1.496)	–	–	1.496	–
Outros		–	–	130	–	–	–	130
Reconhecimento pagamento em ações	22 g	–	–	–	4.657	–	–	4.657
Ações outorgadas		–	–	–	(1.156)	–	–	(1.156)
Ajustes de avaliação patrimonial	22 b	–	–	–	–	(18.857)	–	(18.857)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	998.303	998.303
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	49.915	–	(49.915)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	687.288	–	(687.288)	–
JCP (R$ 0,31 por ação)	22 e	–	–	–	–	–	(167.502)	(167.502)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,18 por ação)	22 e	–	–	–	–	–	(95.094)	(95.094)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**2.272.441**	**–**	**64.843**	**1.644.343**	**74.356**	**–**	**4.055.983**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(123.906)	–	–	(123.906)
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 269		30.000	–	–	–	–	–	30.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 547		250.000	–	–	–	–	–	250.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	112.000	–	–	–	–	112.000
Reserva de reavaliação								
Realização	22 c	–	–	(2.799)	–	–	2.799	–
Outros		–	–	719	–	–	–	719
Ajuste de exercícios anteriores - controladas	22 d (ii)	–	–	–	36.612	–	–	36.612
Reconhecimento pagamento em ações	22 g	–	–	–	8.924	–	–	8.924
Adoção inicial CPC 06		–	–	–	(18.717)	–	–	(18.717)
Ajustes de avaliação patrimonial	22 b	–	–	–	–	(242.450)	–	(242.450)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	922.246	922.246
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	22 d (i)	–	–	–	46.112	–	(46.112)	–
Reservas estatutárias	22 d (ii)	–	–	–	631.584	–	(631.584)	–
JCP (R$ 0,32 por ação)	22 e	–	–	–	–	–	(184.102)	(184.102)
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,11 por ação)	22 e	–	–	–	–	–	(63.247)	(63.247)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**2.552.441**	**112.000**	**62.763**	**2.224.952**	**(168.094)**	**–**	**4.784.062**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	23	10.608.060	9.498.209
Variações das provisões técnicas de prêmios	24	(862.149)	(350.402)
Prêmios ganhos	**23**	**9.745.911**	**9.147.807**
Sinistros ocorridos	**25**	**(4.584.197)**	**(3.955.054)**
Custos de aquisição	**26**	**(2.441.616)**	**(2.330.773)**
Outras receitas e despesas operacionais	**27**	**(220.812)**	**(236.871)**
Resultado com resseguro		**(16.806)**	**49.420**
Receitas com resseguro		97.994	151.938
Despesas com resseguro		(114.800)	(102.518)
Despesas administrativas	**28**	**(1.683.935)**	**(1.500.593)**
Despesas com tributos	**29**	**(255.447)**	**(275.922)**
Resultado financeiro	**30**	**308.249**	**490.544**
Resultado patrimonial		**135.147**	**232.603**
Resultado operacional		**986.494**	**1.621.161**
Ganhos com ativos não correntes		**(2.796)**	**(18.019)**
Resultado antes dos impostos e participações		**983.698**	**1.603.142**
Imposto de renda	**9.3**	**92.204**	**(252.661)**
Contribuição social	**9.3**	**62.511**	**(155.967)**
Participações sobre o lucro		**(216.167)**	**(196.211)**
Lucro líquido do exercício		**922.246**	**998.303**
Quantidade de ações (mil)		583.687	532.900
Lucro líquido por ação - R$		1,58	1,87

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício		**922.246**	**998.303**
Outros resultados abrangentes		**(242.450)**	**(18.857)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	7.2	(291.082)	(32.669)
Efeitos tributários		116.433	13.068
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		(131.205)	(14.658)
Efeitos tributários - controladas		52.482	5.863
Ajustes acumulados de conversão/outros		10.922	9.539
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		**679.796**	**979.446**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		922.246	998.303
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		175.687	184.533
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos		3.796	8.736
Ganho na alienação de imobilizado e intangível		2.796	18.679
Resultado de equivalência patrimonial		(135.160)	(232.603)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		63.804	271.950
Créditos das operações de seguros e resseguros		(877.300)	(635.765)
Ativos de resseguro		10.032	(66.991)
Ativo fiscal diferido		(314.529)	(2.680)
Despesas antecipadas		(4.997)	(11.845)
Custos de aquisição diferidos		(153.313)	(55.003)
Outros ativos		(329.674)	91.546
Impostos e contribuições		203.926	355.870
Outras contas a pagar		109.923	104.453
Débitos de operações com seguros e resseguros		156.638	121.265
Depósitos de terceiros		29.697	(3.801)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		1.096.137	278.535
Provisões judiciais		34.058	(29.796)
Passivos de arrendamento		124.846	–
Outros passivos		95.319	(49.445)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações			
Recebimento de dividendos e JCP		81.251	164.582
Impostos sobre o lucro pagos		(211.419)	(392.030)
Juros sobre captação de recursos pagos		(7.054)	(2.794)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**1.076.710**	**1.115.699**
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		(376.990)	(72.499)
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		1.581	17.354
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(65.150)	(52.782)
Intangível		(311.420)	(239.387)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(751.979)**	**(347.314)**
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e JCP	22 e	(289.486)	(858.377)
Aquisição de empréstimos e arrendamentos		115.129	37.783
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)		(58.148)	(19.347)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(232.505)**	**(839.941)**
Aumento/(redução) líquido/(a) de caixa e equivalentes de caixa		**92.226**	**(71.556)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**95.320**	**166.876**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**187.546**	**95.320**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:01:56 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios da Companhia por segmento de atuação:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 7.131,8 milhões, aumento de R$ 687,2 milhões ou 9,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 49,5%, um aumento de 5,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do menor impacto da pandemia sobre a mobilidade da população. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

No segmento Vida individual e grupo, os prêmios emitidos totalizaram R$ 577,1 milhões, aumento de R$ 64,7 milhões ou 11,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 67,3%, aumento de 20,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos diagnosticados e relacionados à COVID-19 neste segmento.

No segmento de Riscos Financeiros (principalmente carteira Fiança), os prêmios emitidos totalizaram R$ 721,8 milhões, aumento de R$ 94,7 milhões ou 13,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 35,9%, redução de 12,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo aperfeiçoamento do modelo de subscrição de riscos, que foi intensificado com o uso de big data e "machine learning", adequação na precificação, após o início da pandemia em 2020.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, que teve por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021, nesse período foram contratados 10 mil profissionais.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2016 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 113.860, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados às incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 14.127 em 2016 e R$ 19.710 em 2017 e benefícios tributários referente às despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 18.895 em 2018, R$ 23.486 em 2019 e R$ 37.642 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 30.689 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R$ 222.318, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

1.4 OUTRAS INFORMAÇÕES - CISÃO PORTO SEGURO ASSISTÊNCIA

Em 4 de junho de 2021, complementado em 8 de novembro de 2021, a Companhia protocolou junto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pedido de autorização prévia para promover a cisão parcial das suas atividades, com o objetivo de transferi-las para a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro.

Em 19 de janeiro de 2022 a SUSEP aprovou a intenção da Companhia em seguir com a referida cisão. A efetivação da cisão dependerá da realização dos atos societários inerentes à operação e das correspondentes aprovações regulatórias e registros nos órgãos competentes. Por esse motivo, a Companhia não reconheceu os impactos em suas Demonstrações Financeiras atuais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto, pela adoção da circular SUSEP 615/20, que entre outros assuntos, alterou o plano de contas contábeis, inserindo os grupos contábeis relacionados ao CPC 06 (R2) - Arrendamento.

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente alugueis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A nota explicativa nº 2.2 apresenta as novas informações de impactos de acordo com as adoções.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3).

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 07 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 ADOÇÃO INICIAL - IFRS 16

A adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (vide nota explicativa nº 2) em 01 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Ativo não circulante	
Ativo de direito de uso	187.093
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(94.691)
Total ativo (A)	**92.402**
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	(34.072)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	11.520
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	(184.112)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	83.067
Total passivo (B)	**(123.597)**
Impacto bruto no patrimônio líquido (A) + (B)	**31.195**
Imposto de renda e contribuição social (40%)	(12.478)
Impacto no patrimônio líquido	**18.717**

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo modificado conforme facultado pela norma.

As notas explicativas nº 11.3 e 21.2 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis (clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.7.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.6 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.7). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.7 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.7.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.7.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.8 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.9 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

2.10 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.19), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas e coligadas: Azul Cia de Seguros, Porto Seguro Saúde, Porto Seguro Vida e Previdência, Porto Seguro Capitalização e Porto Seguro Uruguai, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 13). Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligada é aquela sobre a qual a Companhia tem influência significativa, mas não controla.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

2.14 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

2.15 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.16 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.16.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:01 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.16.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos "Portoprev", que são classificados como planos de contribuição definida. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.18 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.19 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.20 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.20.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.16.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.20.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

2.21 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 7.416.722.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.7.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 7.527.322 para os quais existem R$ 16.483 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 912.121, para as quais existem R$ 1.045.222 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 566.582 (ativo) e R$ 90.135 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que, em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo, entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 83,4% (90,1% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há uma política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco. A tabela a seguir demonstra os recebíveis de resseguro detidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	A–	28.161	–
	AA–	14.258	11.418
Local	BB–	10.719	34.490
	A+	1.024	748
	A	735	660
	A+	7.009	6.227
Admitida	AA–	4.842	4.250
	A	633	169
	A–	–	391
Total de recebíveis de resseguro		**67.381**	**58.353**

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	604.268	25.532	329.471	23.100
Fluxo de 1 a 30 dias	931.883	754.843	745.034	832.642
Fluxo de 2 a 6 meses	2.151.743	2.401.854	1.770.706	2.173.344
Fluxo de 7 a 12 meses	624.728	1.207.151	453.877	897.785
Fluxo acima de 1 ano	3.503.480	797.883	3.134.894	523.984
	7.816.102	**5.187.263**	**6.433.982**	**4.450.855**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	71,6%	77,4%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	12,4%	14,9%
Prefixados	6,8%	1,2%
Ações	4,3%	3,8%
Outros	4,9%	2,7%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(308.506)
	+ 25 b.p.	(168.881)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(71.646)
	– 10 b.p.	71.646
	– 25 b.p.	168.881
	– 50 b.p.	308.506
	+ 50 b.p.	(58.516)
	+ 25 b.p.	(31.463)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(14.540)
	– 10 b.p.	14.540
	– 25 b.p.	31.463
	– 50 b.p.	58.516
	+ 50 b.p.	(1.842)
	+ 25 b.p.	(1.535)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(1.228)
	– 10 b.p.	1.228
	– 25 b.p.	1.535
	– 50 b.p.	1.842
	± 34%	3.210
Ações	± 17%	1.605
	± 9%	802

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.16.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.16.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:06 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	67,2%	66,4%
Região Sul	12,5%	15,2%
Região Nordeste	11,2%	9,8%
Região Centro-Oeste	6,9%	6,4%
Região Norte	2,2%	2,2%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	60.038	(164.613)
Sinistros - aumento de 50,0%	474.314	79.675

A variação nas sensibilidades entre as datas-bases de dezembro de 2020 e dezembro de 2021 é causada por uma redução de 1,5 ponto percentual na premissa de sinistralidade, de 1,3 ponto percentual na premissa de despesas administrativas, mas principalmente pela elevação na curva de juros - ETTJ SUSEP Pré-fixada - utilizada no desconto do fluxo.

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2021			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outras regiões
Transportes	76,4%	8,4%	2,5%	12,7%
Fiança locatícia	62,2%	15,6%	11,8%	10,4%
Residencial	63,7%	11,6%	10,4%	14,3%
Empresarial	52,1%	15,4%	7,7%	24,8%
Outros riscos	68,2%	9,7%	5,3%	16,8%

	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outras regiões
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,2%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(46.239)	(86.845)
Sinistros - aumento de 50,0%	110.048	53.084

4.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	20.337	(1.609)
Sinistros - aumento de 50,0%	84.095	46.618

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 22 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	110.105	31.595
	110.105	31.595

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.112	–	1.112	1.067	–	1.067
Outras	1.662	–	1.662	1.587	–	1.587
	2.774	–	2.774	2.654	–	2.654
Fundos exclusivos						
LFTs	378.269	–	378.269	417.442	–	417.442
Cotas de fundos	192.184	–	192.184	112.745	–	112.745
Ações de companhias abertas	156.033	–	156.033	125.709	–	125.709
Letras Financeiras - privadas	–	79.744	79.744	–	26.500	26.500
Outros	–	115.132	115.132	–	36.246	36.246
	726.486	194.876	921.362	655.896	62.746	718.642
Total	729.260	194.876	924.136	658.550	62.746	721.296
Circulante			922.474			719.709
Não circulante			1.662			1.587
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			28%			22%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	1.852.740	2.506.157
Total - não circulante (*)	1.852.740	2.506.157
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	56%	75%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 2.078.324 (R$ 2.440.659 em dezembro de 2020)

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - B	511.803	125.030
Não circulante	511.803	125.030
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	16%	4%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 479.779 (R$ 127.633 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	3.384.078	3.728.140
Aplicações	4.091.756	7.343.673
Resgates	(4.146.423)	(8.098.609)
Rendimentos	360.455	443.543
Ajuste a valor de mercado	(291.082)	(32.669)
Saldo final	3.398.784	3.384.078

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	8.718.192	7.939.038
Passivo circulante	8.060.215	6.800.607
Índice de liquidez corrente	1,08	1,17

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

7.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	1,71	2,28
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,18	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	3,19	2,42

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	2.411.495	(1.761)	2.409.734	2.036.257	(4.420)	2.031.837
Pessoas	434.672	(6.721)	427.951	362.726	(5.355)	357.371
Patrimonial	427.474	(4.260)	423.214	322.244	(4.048)	318.196
Riscos Financeiros	712.235	(1.857)	710.378	423.704	(4.591)	419.113
Transportes	32.052	(1.754)	30.298	25.327	(1.089)	24.238
Animal/Rural	9.949	(37)	9.912	6.752	(374)	6.378
Responsabilidade	23.220	(93)	23.127	14.392	(402)	13.990
	4.051.097	(16.483)	4.034.614	3.191.402	(20.279)	3.171.123
Circulante			3.732.906			3.018.674
Não circulante			301.708			152.449

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	3.873.516	3.083.715
Vencidos de 1 a 30 dias	121.939	71.507
Vencidos 31 a 60 dias	19.608	14.318
Vencidos 61 a 120 dias	16.052	10.877
Acima de 120 dias	19.982	10.985
	4.051.097	3.191.402
Redução ao valor recuperável	(16.483)	(20.279)
	4.034.614	3.171.123

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	3.171.123	2.582.134
Prêmios emitidos	11.529.516	10.271.937
IOF	642.777	568.809
Adicional de fracionamento	58.688	82.004
Prêmios cancelados	(827.159)	(683.565)
Recebimentos	(10.544.127)	(9.641.460)
Redução ao valor recuperável	3.796	(8.736)
Saldo final	4.034.614	3.171.123

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	20.279	11.543
Provisões constituídas	9.379	15.586
Reversões e baixas	(12.272)	(5.049)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(903)	(1.801)
Saldo final	16.483	20.279

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 27).

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 5	52,9%	54,0%
Automóvel	6 a 11	41,6%	43,4%
	12	5,5%	2,6%
	1 a 5	59,2%	41,9%
Ramos Elementares	6 a 11	35,6%	56,2%
	12	5,2%	1,9%
	1 a 5	27,6%	24,3%
Vida	6 a 11	5,0%	4,2%
	12	67,4%	71,5%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia é disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Direito a ressarcimentos (i)	32.549	–
Dividendos e JCP	20.558	5.611
Outros	12.534	10.257
	65.641	15.868
Circulante	60.018	15.663
Não circulante	5.623	205

(i) Vide nota explicativa nº 9.4.

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (ii)	566.582	252.053
Contribuição social (i)	30.535	363
Imposto de renda (i)	28.422	506
PIS e COFINS	361	2.381
Outros	6.573	6.573
	632.473	261.876
Circulante	65.226	9.158
Não circulante	567.247	252.718

(i) O aumento deve-se, principalmente, aos créditos tributários da Lei do Bem. Vide nota explicativa nº 1.2.

(ii) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

Diferenças temporárias decorrentes de:	Dezembro de 2020	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2021
Provisão para obrigações legais (i)	85.870	274.950	(46.907)	313.913
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	117.448	(27.214)	90.234
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	56.044	19.168	(11.154)	64.058
Benefício a empregados	25.077	11.255	(4.680)	31.652
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	12.166	16.344	(7.857)	20.653
Provisão de participação nos lucros	53.424	238.153	(278.059)	13.518
Provisão para riscos sobre créditos	5.772	34.702	(36.157)	4.317
Outras provisões	13.700	40.548	(26.011)	28.237
	252.053	752.568	(438.039)	566.582

(i) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

9.2.2 PASSIVO

Natureza	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	40.917	367	(1.540)	39.744
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	22.418	9.821	(6.616)	25.623
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão (i)	33.837	–	(33.837)	–
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	26.199	–	(26.199)	–
IR e CS outros (ii)	14.077	11.211	(520)	24.768
	137.448	21.399	(68.712)	90.135

9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	291.156
2023	210.784
2024	47.568
2025	3.428
2026	3.232
2027 a 2029	6.903
Após 2029	3.511
Total - ativo	566.582
Valor presente (*)	518.125

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	983.698	1.603.142
(–) Participações nos resultados	(216.167)	(196.211)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	767.531	1.406.931
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(307.012)	(562.772)
Indébitos tributários (ii)	222.318	–
Inovação tecnológica (iii)	144.549	–
Equivalência patrimonial	54.063	93.041
Incentivos fiscais	7.383	12.440
Juros sobre o capital próprio	69.285	63.029
Outros	(35.871)	(14.366)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	461.727	154.144
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	154.715	(408.628)
Taxa efetiva (D/A)	-20,2%	29,0%

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

9.4 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimentos originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2021	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	4.261	57,7%
2º mês	3.222	14,4%
3º mês	2.376	5,7%
4º mês	2.102	2,7%
5º mês	1.868	1,9%
6º mês	1.734	1,2%
7º mês	1.578	1,0%
8º mês	1.466	0,8%
9º mês	1.368	0,7%
10º mês	1.290	0,6%
11º mês	1.193	0,8%
12º mês	1.111	0,5%
13º ao 18º mês	5.143	2,8%
19º ao 24º mês	2.515	1,6%
25º ao 30º mês	999	1,4%
Após o 30º mês	323	6,2%
	32.549	100%
Circulante	26.974	
Não circulante	5.575	

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:11 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi segregada em outubro de 2021 para efeito de contabilização das provisões técnicas da carteira Fiança, a parcela de ressarcimentos entre estimados e ativados, respaldada pelo valor de recuperações correspondentes aos sinistros avisados e ainda não pagos (estimada) e a outra parcela correspondente às recuperações de conhecimento da Cia por sinistros pagos (ativada), ambas previstas como expectativa de recebimento do segurado, em caso de sinistro.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (*)	524.447	515.083
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	451.292	444.015
Sinistros	19.719	29.325
INSS	1.880	1.827
Outros	47.884	53.565
	1.045.222	**1.043.815**

(*) Vide nota explicativa nº 21(a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bens à venda - salvados (i)	118.822	65.619
Direito a salvados - estimado (ii)	93.314	26.028
Ativo de direito de uso (iii)	91.439	–
Cheques e ordens a receber	1.606	1.228
Almoxarifado	1.890	5.481
	307.071	**98.356**
Circulante	198.202	75.919
Não Circulante	108.869	22.437

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 11.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 11.3.

11.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Permanência até 30 dias	79.839	48.609
Permanência de 31 a 60 dias	24.286	9.127
Permanência de 61 a 120 dias	10.392	7.923
Permanência de 121 a 365 dias	9.774	11.368
Permanência acima de 365 dias	9.269	6.950
	133.560	**83.977**
Redução ao valor recuperável (*)	(14.738)	(18.358)
	118.822	**65.619**

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	30.866	14,8%	8.561	10,9%
2º mês	13.801	41,9%	4.940	38,7%
3º mês	7.429	19,5%	3.020	23,6%
4º mês	5.353	7,2%	1.980	8,6%
5º mês	4.323	4,0%	1.272	4,8%
6º mês	3.587	2,3%	913	2,5%
7º mês	3.065	1,5%	697	1,7%
8º mês	2.765	0,9%	560	1,2%
9º mês	2.502	0,8%	461	0,9%
10º mês	2.252	0,6%	398	0,7%
11º mês	2.012	0,5%	349	0,6%
12º mês	1.858	0,4%	303	0,5%
13º ao 18º mês	7.623	1,8%	1.363	1,9%
19º ao 24º mês	3.610	1,2%	730	1,0%
25º ao 30º mês	1.675	0,7%	391	0,7%
Após o 30º mês	593	1,9%	90	1,6%
	93.314	**100%**	**26.028**	**100%**
Circulante	88.130		10.734	
Não circulante	5.184		15.294	

11.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**26.028**	**41.703**
Constituições	71.548	2.516
Reversões	(4.262)	(18.191)
Saldo final	**93.314**	**26.028**

11.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Movimentações: Baixas/ cancelamentos de contratos	Movimentações: Despesas de depreciação	Dezembro de 2021: Custo	Dezembro de 2021: Depreciação acumulada	Dezembro de 2021: Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso (*)	**92.402**	**11.842**	**(12.805)**	**123.460**	**(32.021)**	**91.439**	5,0 a 33,3

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma CPC 06 (R2) ocorreu em 1/1/2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2.2).

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	744.010	681.692
Patrimonial	188.802	156.301
Riscos Financeiros	153.328	100.734
Pessoas	95.955	90.798
Outros	14.759	14.016
	1.196.854	**1.043.541**
Circulante	1.139.821	1.009.510
Não circulante	57.033	34.031

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.043.541**	**988.538**
Constituição	4.383.888	1.994.731
Apropriação para despesa	(4.230.575)	(1.939.728)
Saldo final	**1.196.854**	**1.043.541**

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em Dezembro de 2020	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/Outros	Saldos em Dezembro de 2021
Porto Saúde	100,00	475.489	105.715	(55.105)	(10.793)	91.000	160	606.466
Azul Seguros (*)	32,16	248.795	58.578	(36.450)	(20.799)	54.990	625	305.739
Porto Vida	99,97	195.808	(75.595)	–	(7.912)	180.000	36.605	328.906
Porto Uruguai	100,00	108.277	20.034	–	–	–	10.407	138.718
Porto Capitalização	100,00	107.615	26.428	(6.277)	(39.219)	51.000	–	139.547
		1.135.984	**135.160**	**(97.832)**	**(78.723)**	**376.990**	**47.797**	**1.519.376**

(*) A Porto Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

14. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Baixas	Movimentações: Despesas de depreciação	Movimentações: Outros/ transferência	Dezembro de 2021: Custo	Dezembro de 2021: Depreciação acumulada	Dezembro de 2021: Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (*)	411.307	–	(168)	(10.394)	–	493.959	(93.214)	400.745	2,4
Benefícios em imóveis de terceiros	137.009	2.104	(1.424)	(9.773)	–	179.233	(51.317)	127.916	5,0 a 33,3
Terrenos	67.615	–	(400)	–	–	67.215	–	67.215	–
Obras em andamento	32.500	–	–	–	–	32.500	–	32.500	–
	648.431	**2.104**	**(1.992)**	**(20.167)**	**–**	**772.907**	**(144.531)**	**628.376**	
Informática	56.965	57.096	(652)	(43.724)	565	398.006	(327.756)	70.250	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	11.878	107	(1.451)	(5.377)	–	81.953	(76.796)	5.157	10,0 a 50,0
Rastreadores	1.658	4.230	(199)	(3.636)	–	7.516	(5.463)	2.053	100,0
Equipamentos	2.550	–	(35)	(1.460)	–	33.658	(32.603)	1.055	10 a 14,3
Veículos	1.321	1.613	–	(855)	–	9.246	(7.167)	2.079	20 a 25,0
	74.372	**63.046**	**(2.337)**	**(55.052)**	**565**	**530.379**	**(449.785)**	**80.594**	
	722.803	**65.150**	**(4.329)**	**(75.219)**	**565**	**1.303.286**	**(594.316)**	**708.970**	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

15. INTANGÍVEL - "SOFTWARES"

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo residual inicial	**1.045.026**	**934.581**
Aquisições	311.420	239.387
Despesas de amortização	(100.468)	(102.922)
Baixas/outros	(613)	(26.020)
Valor líquido - saldo final	**1.255.365**	**1.045.026**
Custo	1.857.813	1.547.144
Amortização acumulada	(602.448)	(502.118)
Saldo residual final	**1.255.365**	**1.045.026**
Taxas anuais de amortização (%)	6,67 a 25,0	6,67 a 25,0

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros a pagar	167.282	167.963
Fornecedores	117.984	83.495
Provisão benefícios a empregados	66.316	49.509
Dividendos a pagar	63.246	9.094
Honorários a pagar	2.596	2.752
Outras	16.231	26.519
	433.655	**339.332**
Circulante	367.339	289.821
Não circulante	66.316	49.511

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	221.677	178.919
INSS e FGTS	26.929	26.261
Imposto de renda retido na fonte	18.173	17.803
Outros	8.076	10.559
	274.855	**233.542**

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Empréstimos bancários	111.430	56.689
Financiamentos - Informática	29.498	20.203
	140.928	**76.892**
Circulante	77.800	58.312
Não circulante	63.128	18.580

17.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Papel/Moeda	Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
CCB - Capital de giro - BRL	82.700	Itaú	2021	2024	CDI + 2,08%	86.482	–
	9.000	Bradesco	2020	2022	CDI + 2,01%	9.015	9.001
	8.135	Bradesco	2019	2022	127,1 CDI	8.193	8.144
	7.537	Bradesco	2021	2024	CDI + 2,14%	7.740	–
	33.709	Bradesco	2019	2021	112,3 CDI	–	36.072
	25.109	Safra UOL	2016	2021	CDI + 1,90%	–	1.798
	1.533	Bradesco	2019	2021	110,9 CDI	–	1.674
					Total	**111.430**	**56.689**

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**56.689**	**20.203**	**76.892**
Aquisição/constituição	90.237	24.892	115.129
Atualização monetária/juros	5.646	1.410	7.056
Liquidação/reversão	(41.142)	(17.007)	(58.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111.430**	**29.498**	**140.928**

18. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Acima de 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	2	–	–	2
Cobrança antecipada de prêmios	2	–	–	2
Outros depósitos	4	32.369	–	32.373
Total 31 de dezembro de 2021	**7**	**32.369**	**–**	**32.376**
Total 31 de dezembro de 2020	**1.679**	**509**	**491**	**2.679**

20. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Dezembro de 2021: Líquido de resseguro	Dezembro de 2020: Bruto de resseguro	Dezembro de 2020: Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	5.828.083	5.765.554	4.965.935	4.898.645
Sinistros e benefícios a liquidar	1.259.050	1.193.910	1.020.949	926.848
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	220.916	189.117	223.332	203.686
Demais provisões	108.673	100.933	110.369	110.370
Total	**7.416.722**	**7.249.514**	**6.320.585**	**6.139.549**
Circulante	6.669.253		5.754.378	
Não circulante	747.469		566.207	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.16.2).

20.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.042.050**	**114.044**
Constituições decorrentes de prêmios	9.498.209	123.545
Diferimento pelo risco decorrido	(9.650.020)	(107.987)
Aviso de sinistros	4.583.107	149.886
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.829.745)	(105.321)
Atualização monetária e juros	54.877	6.869
Outras (constituição/reversão) (*)	(377.893)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.320.585**	**181.036**
Constituições decorrentes de prêmios	10.608.060	106.682
Diferimento pelo risco decorrido	(9.849.654)	(109.402)
Aviso de sinistros	5.445.568	114.621
Pagamento de sinistros/benefícios	(5.163.548)	(128.144)
Atualização monetária e juros	55.711	2.415
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**7.416.722**	**167.208**

(*) A Circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1 de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecimento pelo resultado líquido, ocorrendo a reversão das respectivas provisões técnicas.

20.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	**7.416.722**	**6.320.585**
Direitos creditórios (i)	3.454.802	2.775.601
Custos de aquisição diferidos pagos	889.116	812.528
Operações com resseguradoras	104.678	113.211
Depósitos judiciais de PSL	8.141	7.644
Fundos e reservas retidos pelo IRB	2.053	2.106
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**4.458.790**	**3.711.090**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**2.957.932**	**2.609.495**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**–**	**326.904**
Títulos de renda fixa - públicos	1.852.741	2.506.157
Quotas de fundos de investimento	1.391.536	516.730
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**3.244.277**	**3.022.887**
Excedente (E - C - D)	**286.345**	**86.488**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

20.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dezembro 2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso.	527,5	564,6	561,4	530,9	763,7	921,8	1.009,1	1.241,1	1.478,5
Um ano mais tarde ...	505,6	522,9	566,8	611,7	730,4	725,7	795,8	725,7	–
Dois anos mais tarde ...	489,9	552,7	584,7	673,4	738,8	754,9	812,7	–	–
Três anos mais tarde ...	521,3	561,1	639,0	679,5	756,3	762,4	–	–	–
Quatro anos mais tarde ...	526,2	614,8	650,6	693,3	762,4	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde ...	579,5	628,6	668,9	703,5	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde ...	583,8	647,9	682,7	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde ...	595,1	662,9	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde ...	605,1	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**605,1**	**662,9**	**682,7**	**703,5**	**762,4**	**762,4**	**812,7**	**725,7**	**1.478,5**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(485,9)**	**(513,4)**	**(516,2)**	**(508,0)**	**(533,8)**	**(491,1)**	**(488,4)**	**(468,8)**	**–**
Total	**21,3**	**30,3**	**17,0**	**29,0**	**33,1**	**42,7**	**53,0**	**(67,4)**	**1.221,6**
Retrocessão									1,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**1.480,0**

20.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Dezembro de 2021: Líquido de resseguro	Dezembro de 2020: Bruto de resseguro	Dezembro de 2020: Líquido de resseguro
Saldo inicial	**314.227**	**271.733**	**267.787**	**224.039**
Total pago no exercício	(99.387)	(92.222)	(99.147)	(91.999)
Novas constituições no exercício	148.673	134.861	83.176	81.662
Baixas da provisão por êxito	(78.727)	(75.369)	(39.189)	(37.517)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	47.890	45.847	59.649	57.105
Atualização monetária e juros (i)	50.302	48.100	41.951	38.443
Saldo final	**382.978**	**332.950**	**314.227**	**271.733**
Quantidade de processos	7.484		7.057	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

21. OUTROS DÉBITOS

21.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:17 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**847.755**	**16.204**	**14.104**	**878.063**
Constituições	–	13.398	16.497	29.895
Enc. êxito/reversões	(2.884)	(2.901)	(3.924)	(9.709)
Pagamentos	–	(3.313)	(4.809)	(8.122)
Atualização monetária	15.723	3.698	2.573	21.994
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**860.594**	**27.086**	**24.441**	**912.121**
Quantidade de processos	14	496	403	913

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (i)	489.560	480.756
Processos com adesão ao REFIS (ii)	336.124	330.223
Outras	34.910	36.776
	860.594	**847.755**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) Outros tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) Imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) Contingências fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. As principais referem-se à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 287.572 (R$ 195.274 de possível impacto no lucro líquido); (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 161.489 (R$ 113.957 de possível impacto no lucro líquido); e (iii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 137.990 (R$ 100.179 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em R$ 3.434 (R$ 3.081 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 170.574 (R$ 143.450 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

21.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO (*)

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021 ..	**218.184**	**(94.587)**	**123.597**
Baixas/cancelamentos de contratos.	11.843	–	11.843
Apropriação dos juros	–	13.306	13.306
Pagamentos	(23.900)	–	(23.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**206.127**	**(81.281)**	**124.846**
Circulante			20.081
Não circulante			104.765

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma CPC 06 (R2) ocorreu em 1/1/2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 2.2).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 2.664.441, dividido em 583.686.532 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de abril de 2021 e 27 de agosto de 2021, deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 30.000 e R$ 250.000, respectivamente, aprovados pela SUSEP em 20 de julho de 2021 e 19 de dezembro de 2021, respectivamente.

A AGE de 29 de outubro de 2021 deliberou aumento de capital no montante de R$ 112.000, e aguarda aprovação pela SUSEP.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

(c) Reservas de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R$ 2.799 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.496 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 377.854 (R$ 331.742 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 1.835.131 (R$ 1.290.841 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de R$ 36.612 apresentado na DMPL em "Ajustes de exercícios anteriores - controladas" refere-se a reversão integral da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) da controlada Porto Vida, em razão da utilização da Mais Valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, os quais estão reconhecidos em "mantidos até o vencimento", nos termos do § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

(iii) Outras reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 05 de fevereiro de 2021 e 29 de junho de 2021, a distribuição de dividendos intemediários no total de R$ 123.906 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 156.486 (R$ 142.377 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	922.246	998.303
(–) Reserva legal - 5%	(46.112)	(49.915)
Realização da reserva de reavaliação	2.799	1.496
Lucro básico para determinação do dividendo	**878.933**	**949.884**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**219.733**	**237.471**
JCP distribuído - líquido (*)	156.486	142.377
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	63.247	9.094
Dividendos intermediários	–	86.000
Total de dividendos e JCP	**219.733**	**237.471**
Total por ação (R$)	**0,37646**	**0,44562**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 184.102 destacado na DMPL, está incluso R$ 27.616, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**4.784.062**
(+/-) Ajustes contábeis	**(3.116.567)**
Participações societárias	(1.519.376)
Despesas antecipadas	(90.077)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(233.193)
Ativos intangíveis	(1.255.365)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(18.556)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**914.514**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(17.613)
Superavit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	932.127
PLA de nível 1	**912.592**
PLA de nível 2	**932.127**
PLA de nível 3	**737.291**
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(771.648)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.810.362**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)	**1.795.540**
Capital de risco de subscrição	1.583.975
Capital de risco de mercado	249.084
Capital de risco de crédito	130.198
Capital de risco operacional	61.271
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(228.988)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**1.795.540**
Suficiência de capital	**14.822**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(g) Remuneração em ações (I)

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações de sua Controladora Porto Seguro S.A. elegíveis aos diretores estatutários da Companhia como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e

iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Controladora Porto Seguro S.A., as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumprida todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**4.810**	**1.309**
Diferimento de "vesting" do período	8.924	4.657
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(1.156)
Saldo final	**13.734**	**4.810**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**52,06**	**59,95**

	Quantidade	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**83.542**	**25.800**
Diferimento de "vesting" do período	158.106	74.593
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(16.850)
Saldo final	**241.649**	**83.542**

23. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Dezembro de 2021	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.829.850	4.541.012	55,1	25,7
Resp. civil facultativa veículos	1.400.009	1.355.374	48,1	20,2
Demais - Automóveis	901.976	835.864	21,5	20,4
Fiança locatícia	721.810	426.991	35,9	24,6
Compreensivo empresarial	597.518	542.537	32,9	29,8
Vida individual e grupo	577.121	550.101	67,3	30,7
Compreensivo residencial	413.540	387.879	38,2	31,4
Demais - vida	378.508	367.106	32,5	29,2
Demais - patrimonial	300.982	271.543	33,7	20,7
Demais - transportes	197.792	190.536	25,7	23,6
Demais - rural	29.820	50.565	171,4	11,8
Demais ramos	259.134	226.403	22,9	26,6
	10.608.060	**9.745.911**	**47,0**	**25,1**

Dezembro de 2020	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.379.620	4.476.843	47,0	25,8
Resp. civil facultativa veículos	1.312.999	1.286.047	46,3	20,5
Demais - automóveis	752.044	656.399	20,5	20,3
Fiança locatícia	627.071	399.490	47,9	25,7
Compreensivo empresarial	519.000	510.987	53,0	29,6
Vida individual e grupo	512.427	489.028	47,0	32,1
Compreensivo residencial	371.509	361.631	35,0	31,3
Demais - vida	348.353	344.964	36,3	34,0
Demais - patrimonial	241.342	222.086	31,3	20,2
Demais - transportes	157.842	157.255	24,9	23,2
Demais - rural	61.292	38.732	53,8	12,3
Demais ramos	214.710	204.345	22,9	25,1
	9.498.209	**9.147.807**	**43,2**	**25,5**

24. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(827.387)	(839.280)	(325.064)	(294.610)
Provisão de riscos não expirados	(30.451)	(30.451)	(25.543)	(25.543)
Outras provisões	(4.311)	(4.311)	205	205
	(862.149)	**(874.042)**	**(350.402)**	**(319.948)**

25. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - ADM	(4.530.714)	(3.553.356)
Porto Socorro	(557.778)	(488.539)
Sinistros avisados - JUD	(85.857)	(164.293)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	12.141	(74.227)
Ressarcimentos	224.156	164.109
Salvados	697.641	439.151
Outras despesas com sinistros (*)	(343.786)	(277.899)
	(4.584.197)	**(3.955.054)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

26. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(2.519.993)	(2.306.921)
Outras despesas de comercialização	(74.936)	(78.855)
Variação das despesas de comercialização diferidas	153.313	55.003
	(2.441.616)	**(2.330.773)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Assistência	(76.965)	(75.613)
Cobrança	(34.359)	(38.532)
Benefícios concedidos a segurados	(29.912)	(40.884)
Encargos sociais	(29.861)	(27.626)
Dispositivo antifurto	(7.598)	(13.103)
Honorários advocatícios	(5.556)	(7.959)
Provisão para redução ao valor recuperável	5.823	(22.239)
Provisões cíveis	(13.714)	(5.438)
Outras	(28.670)	(5.477)
	(220.812)	**(236.871)**

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.339.034)	(1.161.758)
Serviços de terceiros	(546.861)	(421.142)
Localização e funcionamento	(334.899)	(365.560)
Publicidade	(76.789)	(67.572)
Programa Meu Porto Seguro (i)	(48.843)	(51.371)
Donativos e contribuições	(25.943)	(32.864)
Despesas recuperadas (ii)	711.879	640.294
Outras	(23.445)	(40.620)
	(1.683.935)	**(1.500.593)**

(i) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início no 2º semestre de 2020, iniciativa que ofereceu até o momento 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil.

(ii) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 31).

29. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	(211.540)	(226.475)
PIS	(34.375)	(36.824)
Outras	(9.532)	(12.623)
	(255.447)	**(275.922)**

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	268.198	256.808
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	121.555	193.698
Operações de seguros	58.688	82.004
Variações monetárias dos depósitos judiciais	13.465	11.508
Outras	44.427	29.564
Total de receitas financeiras	**506.333**	**573.582**
Operações de seguros	(55.711)	(54.877)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(27.261)	(5.529)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(83.001)	(7.419)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(2.037)	(1.434)
Outras	(30.074)	(13.779)
Total de despesas financeiras	**(198.084)**	**(83.038)**
Resultado financeiro	**308.249**	**490.544**

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;

(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:23 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;
(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
(vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;
(vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portoseg	981.466	737.248
Azul Seguros	31.437	36.661
Porto Saúde	10.695	7.233
Porto Atendimento	8.692	7.289
Porto Consórcio	4.888	4.566
Itaú Auto e Residência	3.812	3.916
Porto Vida	2.538	2.365
Demais	8.235	9.238
	1.051.763	**808.516**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	354.963	338.529	–	–
Porto Saúde	107.947	93.671	107.630	101.065
Portoseg	109.221	89.558	7.299	6.158
Porto Atendimento	91.082	101.018	95.635	65.401
Porto Consórcio	51.521	51.039	–	–
Itaú Auto e Residência	42.129	39.630	–	–
Porto Vida	27.722	28.426	–	2.214
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional	17.179	22.316	2.163	593
Proteção e Monitoramento	6.941	12.613	201	1.020
Demais	68.956	58.632	23.457	18.724
	877.661	**835.432**	**236.385**	**195.175**

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	64.959	56.711
Honorários de diretoria e encargos	20.806	24.162
	85.765	**80.873**

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

32.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2021, os planos contavam com cerca de 4,4 mil (4,2 mil em dezembro de 2020) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 16.991 em dezembro de 2021 (R$ 15.920 em dezembro de 2020).

32.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	49.509	54.203
Custo dos benefícios	2.731	2.939
Custo de juros	3.554	3.551
Benefícios pagos	(7.484)	(2.180)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial	(1.507)	(9.004)
Outros	19.513	–
Saldo final do passivo	**66.316**	**49.509**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,19%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	4,17%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,17%

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Relatório Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente	**MARCELO BARROSO PICANÇO** Diretor Vice-Presidente - Seguros	**CELSO DAMADI** Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	**LENE ARAÚJO DE LIMA** Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional	**JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA** Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing	**MARCOS ROBERTO LOUÇÃO** Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços
FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	**JAIME SOARES BATISTA** Diretor Produto Automóvel	**CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM** Diretor de Produto - Seguros de Pessoas	**MARCOS ROGÉRIO SIRELLI** Diretor de Tecnologia da Informação	**MARCELO ZORZO** Diretor	**EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL** Diretora de Produção
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	**MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA** Diretor de Serviços	**ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES** Diretora Jurídica e Riscos	**CAROLINA HELENA ZWARG** Diretora de Pessoas e Sustentabilidade	**JARBAS DE MEDEIROS BACIANO** Diretor de Produto - Ramos Elementares	**RAFAEL VENEZIANI KOZMA** Diretor de Controladoria
TIAGO VIOLIN Diretor Financeiro	**LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA** Diretor de Marketing	**LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA** Diretor de Precificação	**SAMI FOGUEL** Diretor Vice-Presidente	**IZAK RAFAEL BENADERET** Diretor	**NELSON SANTOS AGUIAR** Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

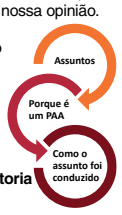
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.16, 20)

A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL).

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial.

Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia.

Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como recálculo independente do IBNR e do IBNeR.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95610741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:28 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil - 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Seguro de carro que tem assistência 24h para sua casa?

Quem tem Porto, tem

☑ Seguro de carro

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

Informações reduzidas. Consulte as Condições Gerais do seguro contratado no site www.portoseguro.com.br/auto. Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S.A. - CNPJ: 61.198.164/0001-60.. Processo Susep: 15414.100233/2004-59 – Automóvel (Ramo 0531) - Valor de Mercado e Valor Determinado.333 PORTO (333 76786 - Grande São Paulo) | 4004 PORTO (4004 76786 - Capitais e grandes centros) | 0300 337 6786 (Demais localidades) | 0800 727 2766 (SAC – cancelamento e reclamações) | 0800 727 8736 (SAC - atendimento exclusivo para deficientes auditivos) | 0800 727 1184 (Ouvidoria - análise de reclamações em última instância – de segunda à sexta das 8h15 às 18h30, exceto feriados)| 0800-701-5582 (Ouvidoria- atendimento exclusivo para deficientes auditivos). O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP. A solicitação do Cartão de Crédito Porto Seguro está sujeita à análise de crédito, consulte as condições no site www.portoseguro.com.br/cartao.

PORTO SEGURO

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:33 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 3.710,4 milhões, com aumento de R$ 432,4 milhões ou 13,2% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,3%, com aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Mesmo com um leve aumento, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 173,2 milhões, redução de R$ 20,1 milhões, ou 10,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho negativo das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 96,8%, aumento de 7,6 pontos percentuais em relação ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 92,2%, aumento de 8,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente do aumento de 7,8 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 182,2 milhões, registrando redução de R$ 141,3 milhões ou 43,7% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 105.782 em 2021 e R$ 228.116 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**2.020.356**	**1.677.761**
Disponível		43.121	42.703
Caixa e bancos		43.121	42.703
Equivalentes de caixa	6	17.094	4.606
Aplicações	7	212.250	110.815
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.295.870	1.133.333
Prêmios a receber	8.1	1.295.870	1.133.333
Outros créditos operacionais		13.382	16.624
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	4.879	3.922
Títulos e créditos a receber		11.563	2.475
Títulos e créditos a receber		289	563
Créditos tributários e previdenciários	9.1	10.946	1.690
Outros créditos		328	222
Outros valores e bens	11	57.646	38.704
Bens à venda	11.1	48.261	33.816
Outros valores		9.385	4.888
Despesas antecipadas		4.347	3.345
Custos de aquisição diferidos	12	360.204	321.234
Seguros		360.204	321.234
Não circulante		**1.752.138**	**1.604.149**
Realizável a longo prazo		1.417.545	1.284.560
Aplicações	7	1.199.561	1.123.038
Títulos e créditos a receber		189.087	144.254
Créditos tributários e previdenciários	9.2.1	101.952	52.056
Depósitos judiciais e fiscais	10	83.686	88.153
Outros créditos		3.449	4.045
Outros valores e bens	11	27.946	17.013
Despesas antecipadas		919	255
Custos de aquisição diferidos	12	32	–
Seguros		32	–
Investimentos		49.812	44.235
Participações societárias		137	215
Imóveis destinados à renda		49.675	44.020
Imobilizado	13	244.683	248.375
Imóveis de uso próprio		238.087	243.804
Bens móveis		6.596	4.553
Outras imobilizações		–	18
Intangível		40.098	26.979
Outros intangíveis		40.098	26.979
Total ativo		**3.772.494**	**3.281.910**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**2.533.207**	**2.243.570**
Contas a pagar		176.250	168.446
Obrigações a pagar	14.1	63.851	65.482
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	101.012	88.263
Encargos trabalhistas		4.735	4.175
Impostos e contribuições		5.173	8.399
Outras contas a pagar		1.479	2.127
Débitos de operações com seguros e resseguros		65.854	64.017
Prêmios a restituir		198	196
Corretores de seguros e resseguros	15	57.515	55.495
Outros débitos operacionais		8.141	8.326
Depósitos de terceiros	16	4.363	17.379
Provisões técnicas - seguros	17	2.286.740	1.993.728
Danos		2.286.512	1.993.484
Pessoas		228	244
Não circulante		**288.550**	**264.680**
Contas a pagar		42.698	35.222
Obrigações a pagar	14.1	3.536	1.520
Tributos diferidos	9.2.2	39.162	33.702
Provisões técnicas - seguros	17	176.182	154.700
Danos		175.622	153.981
Pessoas		560	719
Outros débitos		69.670	74.758
Provisões judiciais	18	69.670	74.758
Patrimônio líquido		**950.737**	**773.660**
Capital social	19 a	503.578	503.578
Aumento de capital (em aprovação)	19 a	171.000	–
Reservas de reavaliação	19 c	2.748	2.769
Reservas de lucros	19 d	325.073	253.185
Ajustes de avaliação patrimonial	19 b	(51.662)	14.128
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.772.494**	**3.281.910**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Reserva estatutária	Reservas de lucros – Outras	Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019		**480.578**	**–**	**2.789**	**69.088**	**130.169**	**616**	**40.378**	**–**	**723.618**
Pagamentos dividendos adicionais		–	–	–	–	(130.169)	–	–	–	(130.169)
Plano de pagamento em ações		–	–	–	–		1.699	–	–	1.699
Aumento de capital em aprovação		–	23.000	–	–	–	–	–	–	23.000
Aumento de capital aprovado		23.000	(23.000)	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação										
Realização parcial por depreciação		–	–	(20)	–	–	–	–	20	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	16.174	–	–	(26.250)	(16.174)	(26.250)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	323.469	323.469
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva legal		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reservas estatuárias		–	–	–	–	165.608	–	–	(165.608)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)		–	–	–	–	–	–	–	(81.460)	(81.460)
Dividendos /JCP intermediários		–	–	–	–	–	–	–	(60.247)	(60.247)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020		**503.578**	**–**	**2.769**	**85.262**	**165.608**	**2.315**	**14.128**	**–**	**773.660**
Pagamentos dividendos adicionais		–	–	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações		–	–	–	–	–	3.058	–	–	3.058
Aumento de capital em aprovação:										
AGE de 30 de agosto de 2021	19 a	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 29 de outubro de 2021	19 a	–	100.000	–	–	–	–	–	–	100.000
AGE de 28 de dezembro de 2021	19 a	–	51.000	–	–	–	–	–	–	51.000
Reserva de reavaliação										
Realização parcial por depreciação	19 c	–	–	(21)	–	–	–	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	19 b	–	–	–	–	–	–	(65.790)	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	182.156	182.156
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva legal	19 d(i)	–	–	–	9.108	–	–	–	(9.108)	–
Reservas estatuárias	19 d(ii)	–	–	–	–	124.722	–	–	(124.722)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	19 e	–	–	–	–	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	19 e	–	–	–	–	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021		**503.578**	**171.000**	**2.748**	**94.370**	**225.330**	**5.373**	**(51.662)**	**–**	**950.737**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	20	3.710.398	3.277.979
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(200.119)	(55.179)
Prêmios ganhos	20	**3.510.279**	**3.222.800**
Sinistros ocorridos	22	**(2.100.864)**	**(1.674.501)**
Custos de aquisição	23	**(811.732)**	**(723.379)**
Outras receitas e despesas operacionais	24	**(87.188)**	**(98.389)**
Resultado com resseguro		**(5)**	**(243)**
Despesa com resseguro		(5)	(243)
Despesas administrativas	25	**(327.539)**	**(298.065)**
Despesas com tributos	26	**(70.168)**	**(81.206)**
Resultado financeiro	27	**173.206**	**193.316**
Resultado patrimonial		**7.797**	**2.392**
Resultado operacional		**293.786**	**542.725**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**677**	**(1.537)**
Resultado antes dos impostos e participações		**294.463**	**541.188**
Imposto de renda	9.3	**(52.784)**	**(120.527)**
Contribuição social	9.3	**(32.255)**	**(73.763)**
Participações sobre o lucro		**(27.268)**	**(23.429)**
Lucro líquido do exercício		**182.156**	**323.469**
Quantidade de ações		1.722	1.418
Lucro líquido por ação - R$		105.782	228.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	**182.156**	**323.469**
Outros resultados abrangentes	**(65.790)**	**(26.250)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(107.795)	(44.300)
Efeitos tributários	43.118	17.720
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(1.855)	550
Efeitos tributários	742	(220)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**116.366**	**297.219**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9.504	8.972
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	5.464	12.668
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(425)	2.973
Resultado de equivalência patrimonial	78	62
Outros ajustes	(5.657)	173
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(177.958)	226.184
Créditos das operações de seguros e resseguros	(168.001)	(161.469)
Ativos de resseguro	(957)	(381)
Créditos fiscais e previdenciários	(15.598)	(2.720)
Ativo fiscal diferido	(43.554)	(6.604)
Depósitos judiciais e fiscais	4.467	(13.702)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.217)
Custos de aquisição diferidos	(39.002)	(21.063)
Outros ativos	(25.869)	10.760
Impostos e contribuições	95.927	203.250
Outras contas a pagar	18.506	(20.947)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.837	(13.257)
Depósitos de terceiros	(13.016)	15.342
Provisões técnicas - seguros e resseguros	314.494	(88.077)
Provisões judiciais	(5.088)	12.660
Outros passivos	(65.790)	(26.250)
Caixa líquido gerado nas operações	**69.852**	**460.826**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1	11
Imposto sobre o lucro pago	(99.153)	(206.816)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(29.300)**	**254.021**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	3.456	3.055
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(4.307)	(1.991)
Intangível	(17.654)	(12.176)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(18.505)**	**(11.112)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	171.000	23.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(113.347)	(271.877)
Outros	3.058	1.699
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**60.711**	**(247.178)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**12.906**	**(4.269)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**47.309**	**51.578**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**60.215**	**47.309**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios da Companhia por segmento de atuação:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 2.441,4 milhões, aumento de R$ 254,3 milhões ou 11,6% sobre os R$ 2.187,1 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 59,9%, um aumento de 11,0 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento do exercício oscilações significativas em termos de resultado e patrimoniais.

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2016 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 7.209, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados às incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 758 em 2016 e R$ 934 em 2017 e benefícios tributários referentes a despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 1.192 em 2018, R$ 2.149 em

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:39 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Azul SEGUROS

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2019 e R$ 2.176 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 3.954 referente ao exercício corrente de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 07 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.6 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.6.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.6.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.8 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

2.9 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.10 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.11 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

2.12 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.13 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.14 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.15 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.15.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.15.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.16 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.14.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.17.2 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 2.462.922.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.6.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 2.774.094 para os quais existem R$ 6.198 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 69.670, para as quais existem R$ 83.686 em depósitos judiciais.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:44 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 101.952 (ativo) e R$ 39.162 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que decorrente da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Companhia, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos

Para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 96,1% (96,6% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber

É a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

Adicionalmente, dado as características dos papéis dos títulos de valores mobiliários, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada, sua liquidez pode ser considerada imediata.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	105.915	–	75.494	–
Fluxo de 1 a 30 dias	295.552	316.286	261.184	244.997
Fluxo de 2 a 6 meses	764.400	1.056.709	677.328	815.013
Fluxo de 7 a 12 meses	171.951	391.374	148.373	372.809
Fluxo acima de 1 ano	1.441.550	176.871	1.132.770	119.059
	2.779.368	**1.941.240**	**2.295.149**	**1.551.878**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	84,9%	90,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	10,6%	6,2%
Ações	1,6%	1,6%
Prefixados	1,7%	0,5%
Outros	1,2%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(82.988)
	+ 25 b.p.	(42.862)
	+ 10 b.p.	(17.489)
	- 10 b.p.	17.489
	- 25 b.p.	42.862
	- 50 b.p.	82.988
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(16.353)
	+ 25 b.p.	(8.793)
	+ 10 b.p.	(4.063)
	- 10 b.p.	4.063
	- 25 b.p.	8.793
	- 50 b.p.	16.353
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(655)
	+ 25 b.p.	(546)
	+ 10 b.p.	(437)
	- 10 b.p.	437
	- 25 b.p.	546
	- 50 b.p.	655
Ações	± 34%	494
	± 17%	247
	± 9%	124

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio

Gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão

Gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2).

(c) Risco de retenção

Gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros

Gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	66,1%	66,4%
Região Sul	14,2%	14,4%
Região Nordeste	12,2%	12,1%
Região Centro-Oeste	5,9%	5,6%
Região Norte	1,6%	1,6%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(279.584)	(199.515)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(217.204)	(139.554)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19 (f).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	17.094	4.606
	17.094	**4.606**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

7. APLICAÇÕES

7.1. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	146	–	146	–	–	–
Fundos exclusivos						
LFTs	157.039	–	157.039	68.308	–	68.308
Ações de companhias abertas	24.019	–	24.019	19.351	–	19.351
Cotas de fundos	16.802	–	16.802	13.439	–	13.439
Letras financeiras - privadas	–	7.031	7.031	–	4.079	4.079
Debêntures	–	5.148	5.148	–	5.558	5.558
NTNs - B	–	–	–	80	–	80
Outros		2.211	2.211	–	–	–
	197.860	**14.390**	**212.250**	**101.178**	**9.637**	**110.815**
	198.006	**14.390**	**212.396**	**101.178**	**9.637**	**110.815**
Circulante			212.250			110.815
Não circulante			146			–
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**15%**			**9%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	1.065.484	1.100.018
	1.065.484	**1.100.018**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**75%**	**89%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.150.182 (R$ 1.076.920 em dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	133.931	23.020
	133.931	**23.020**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**9%**	**2%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 125.101 (R$ 23.471 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.238.459**	**1.472.375**
Aplicações	1.107.224	3.310.724
Resgates	(961.146)	(3.667.791)
Rendimentos	152.163	167.451
Ajuste a valor de mercado	(107.795)	(44.300)
Saldo final	**1.428.905**	**1.238.459**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	3.085.840	2.777.779
Passivo circulante	2.533.207	2.243.570
Índice de liquidez corrente	**1,22**	**1,24**

(*) Total de ativo circulante, somado ao fundo exclusivo para cobertura de reserva técnica classificado como "Título disponível para venda no longo prazo" no montante de R$ 1.065.484 que a Companhia considera ter liquidez imediata.

7.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	2,74	2,28
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,18	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	1,94	1,93

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	858.716	(4.067)	854.649	735.960	(2.681)	733.279
Resp. Civil facultativa - RCF	293.089	(1.740)	291.349	263.315	(777)	262.538
Assistência e outras coberturas - Auto	150.263	(391)	149.872	137.565	(49)	137.516
	1.302.068	**(6.198)**	**1.295.870**	**1.136.840**	**(3.507)**	**1.133.333**

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	1.162.955	1.039.718
Vencidos de 1 a 30 dias	108.016	77.931
Vencidos 31 a 60 dias	25.226	17.330
Vencidos 61 a 120 dias	4.133	1.034
Acima de 120 dias	1.738	827
	1.302.068	**1.136.840**
Redução ao valor recuperável	(6.198)	(3.507)
	1.295.870	**1.133.333**

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.133.333**	**984.402**
Prêmios emitidos	3.947.822	3.482.784
IOF	277.536	246.518
Adicional de fracionamento	34.163	38.811
Prêmios cancelados	(211.116)	(183.162)
Recebimentos	(3.883.177)	(3.432.951)
Provisão para riscos de créditos	(2.691)	(3.069)
Saldo final	**1.295.870**	**1.133.333**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 96615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:49 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**3.507**	**438**
Provisões constituídas	52.895	19.401
Reversões e baixas	(50.204)	(16.332)
Saldo final	**6.198**	**3.507**

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 4	49%	51%
Automóvel	5 a 10	52%	49%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i) (ii)	101.952	52.056
Imposto de renda	10.916	1.659
Outros	30	31
	112.898	**53.746**
Circulante	10.946	1.690
Não circulante	101.952	52.056

(i) Vide nota explicativa nº 9.2.3.
(ii) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	43.797	–	43.797
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	19.487	6.343		25.830
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	10.256	1.422	–	11.678
Provisões não dedutíveis	5.767	3.122	(1.452)	7.437
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS.	6.465	–	–	6.465
Provisão de participação de lucros	7.274	24	(3.324)	3.974
Provisão fiscal - outras	2.034	9	–	2.043
Provisão para processos judiciais	773	229	(274)	728
	52.056	**54.946**	**(5.050)**	**101.952**

9.2.2 PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS diferidos s/propriedade para investimento	14.619	2.262	–	16.881
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.239	7.408	(6.729)	9.918
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	7.206	3.543	(1.007)	9.742
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.638	–	(17)	2.621
	33.702	**13.213**	**(7.753)**	**39.162**

9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	64.708
2023	35.636
2024	216
2025	61
2026	1.146
Após 2026	185
Total - ativo	**101.952**
Valor presente (*)	**94.534**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	294.463	541.188
(–) Participações nos resultados	(27.268)	(23.429)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**267.195**	**517.759**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**(106.878)**	**(207.104)**
Juros sobre o capital próprio	13.543	12.351
Inovação tecnológica (ii)	11.163	–
Incentivos fiscais	2.412	5.135
Outros	(5.279)	(4.672)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**21.839**	**12.814**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(85.039)**	**(194.290)**
Taxa efetiva (D/A)	**31,8%**	**37,5%**

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1° de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.
(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (*)	31.040	30.683
Programa de Integração Social (PIS) (*)	15.913	15.838
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	14.499	14.287
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	6.377	6.240
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	6.341	6.207
INSS - autônomos (*)	2.416	6.365
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	7.100	8.533
	83.686	**88.153**

(*) Vide nota explicativa nº 18(a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bens à venda - salvados (i)	60.756	44.389
Direito a salvados - estimado (ii)	23.817	9.926
Almoxarifado	1.019	1.402
	85.592	**55.717**
Circulante	57.646	38.704
Não circulante	27.946	17.013

(i) Vide nota explicativa nº 11.1. (ii) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Permanência até 30 dias	14.820	12.509
Permanência de 31 a 60 dias	21.166	14.991
Permanência de 61 a 120 dias	15.384	11.120
Permanência de 121 a 365 dias	16.626	15.230
Permanência acima de 365 dias	16.365	11.396
	84.361	**65.246**
Redução ao valor recuperável (*)	(23.605)	(20.857)
	60.756	**44.389**
Circulante	48.261	33.816
Não circulante	12.495	10.573

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	8.879	8,5%	3.366	9,1%
2º mês	3.904	51,4%	1.916	52,7%
3º mês	1.696	21,3%	1.149	20,4%
4º mês	1.134	6,9%	717	6,6%
5º mês	909	4,0%	446	4,2%
6º mês	760	2,1%	310	2,1%
7º mês	667	1,3%	226	1,4%
8º mês	602	0,8%	189	0,8%
9º mês	544	0,6%	160	0,5%
10º mês	490	0,5%	142	0,4%
11º mês	440	0,3%	128	0,3%
12º mês	407	0,3%	117	0,2%
13º ao 18º mês	1.679	1,1%	519	0,8%
19º ao 24º mês	928	0,6%	336	0,3%
25º ao 30º mês	601	0,2%	167	0,1%
31º ao 36º mês	177	0,1%	38	0,1%
	23.817	**100,0%**	**9.926**	**100,0%**
Circulante	8.366		3.486	
Não circulante	15.451		6.440	

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	360.236	321.234
	360.236	**321.234**
Circulante	360.204	321.234
Não circulante	32	–

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**321.234**	**300.171**
Constituição	707.236	613.784
Apropriação para despesa	(668.234)	(592.721)
Saldo final	**360.236**	**321.234**

13. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Terrenos	123.247	–	(1.975)	–	–	121.272	–	121.272	–
Edificações (*)	120.557	39	(971)	(2.828)	17	140.597	(23.782)	116.815	2,0
Imóveis de uso	**243.804**	**39**	**(2.946)**	**(2.828)**	**17**	**261.869**	**(23.782)**	**238.087**	**–**
Informática	2.891	4.197	(4)	(1.807)	–	17.527	(12.251)	5.276	20,0
Móveis máq. e utensílios	853	1	(76)	(131)	–	3.127	(2.480)	647	10,0
Outras Imobilizações	809	70	(5)	(201)	–	2.753	(2.080)	673	10,0 a 50,0
Bens móveis de uso	**4.553**	**4.268**	**(85)**	**(2.139)**	**–**	**23.407**	**(16.811)**	**6.596**	**–**
Outras Imobilizações	18	–	–	(2)	(16)	–	–	–	–
Outras imobilizações	**18**	**–**	**–**	**(2)**	**(16)**	**–**	**–**	**–**	**–**
	248.375	**4.307**	**(3.031)**	**(4.969)**	**1**	**285.276**	**(40.593)**	**244.683**	**–**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14. CONTAS A PAGAR

14.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Transações com partes relacionadas (*)	35.977	36.675
Participação nos lucros a pagar	23.758	26.467
Provisão de benefícios a empregados	3.536	1.520
Outras obrigações	4.116	2.340
	67.387	**67.002**
Circulante	63.851	65.482
Não circulante	3.536	1.520

(*) Vide nota explicativa nº 28.

14.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	88.026	77.338
INSS e FGTS	2.071	2.247
Impostos sobre serviços retidos	1.626	1.102
Imposto de renda retido na fonte	1.060	1.024
Outros	8.229	6.552
	101.012	**88.263**

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	3.848	–	3.848
Cobrança antecipada de prêmios	496	19	515
Total 31 de dezembro de 2021	**4.344**	**19**	**4.363**
Total 31 de dezembro de 2020	**17.356**	**23**	**17.379**

17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.967.502	1.967.502	1.767.382	1.767.382
Sinistros e benefícios a liquidar	443.780	438.901	336.579	332.656
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	32.690	32.690	28.382	28.382
Demais provisões	18.950	18.950	16.085	16.086
Total	**2.462.922**	**2.458.043**	**2.148.428**	**2.144.506**
Circulante	2.286.740		1.993.728	
Não circulante	176.182		154.700	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.14.2).

17.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.236.505**	**3.541**
Constituições decorrentes de prêmios	3.277.979	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.222.800)	–
Aviso de sinistros	1.956.934	(241)
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.932.281)	(2)
Atualização monetária e juros	13.504	624
Outras (constituição/reversão) (*)	(181.413)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.148.428**	**3.922**
Constituições decorrentes de prêmios	3.710.398	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.510.279)	–
Aviso de sinistros	2.532.793	(5)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.436.623)	(14)
Atualização monetária e juros	18.205	976
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**

(*) A Circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1° de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecido no resultado líquido, ocorrendo a reversão das respectivas provisões técnicas.

17.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	**2.462.922**	**2.148.428**
Direitos creditórios (i)	1.070.288	957.371
Custos de aquisição diferidos pagos	309.834	150.415
Operações com resseguradoras	4.879	3.922
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.385.001**	**1.111.708**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.077.921**	**1.036.720**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**–**	**135.436**
Títulos de renda fixa - públicos	1.065.484	1.100.018
Quotas de fundos de investimento	153.434	138.119
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.218.918**	**1.238.137**
Excedente (E - C - D)	**140.997**	**65.981**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

17.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dezembro 2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	193,7	220,2	236,1	264,9	299,3	302,3	332,9	364,2	476,5
Um ano mais tarde	179,0	215,0	230,2	265,1	256,3	285,9	315,5	277,5	–
Dois anos mais tarde	189,6	227,9	252,1	251,5	279,8	296,6	307,1	–	–
Três anos mais tarde	193,5	254,7	238,0	271,9	286,0	291,6	–	–	–
Quatro anos mais tarde	223,8	240,4	257,1	274,8	283,3	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	211,7	258,1	258,7	272,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	229,0	258,6	256,6	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	228,6	257,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	228,5	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**228,5**	**257,3**	**256,6**	**272,4**	**283,3**	**291,6**	**307,1**	**277,5**	**476,5**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(204,5)**	**(228,7)**	**(221,9)**	**(230,4)**	**(233,5)**	**(233,3)**	**(236,3)**	**(188,4)**	**–**
Total	**3,8**	**4,6**	**6,1**	**7,3**	**7,8**	**8,5**	**12,5**	**18,3**	**387,4**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**476,5**

17.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**73.324**	**69.416**	**61.894**	**58.367**
Total pago no exercício	(26.561)	(26.547)	(24.636)	(24.636)
Novas constituições no exercício	1.304	1.304	1.995	1.995
Baixas da provisão por êxito	(978)	(978)	(10.597)	(10.597)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	23.526	22.555	32.288	31.907
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	18.053	18.053	12.380	12.380
Saldo final	**88.668**	**83.803**	**73.324**	**69.416**
Quantidade de processos	2.502		2.310	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**71.876**	**779**	**2.103**	**74.758**
Constituições	–	–	787	787
Enc. êxito/reversões	(1.876)	(332)	4	(2.204)
Pagamentos (*)	(4.054)	–	(513)	(4.567)
Atualização monetária	953	(353)	296	896
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**66.899**	**94**	**2.677**	**69.670**
Quantidade de processos	18	5	86	109

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (i)	31.263	30.900
PIS (ii)	14.448	16.153
REFIS (v)	11.001	10.839
INSS - autônomos (iii)	2.416	6.365
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	1.111	1.103
Outras	6.660	6.516
	66.899	**71.876**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:54 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, aguarda-se cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 155.123 (R$ 100.533 de possível impacto no lucro líquido). As principais referem-se à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 98.323 (R$ 68.620 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 27.505 (R$ 15.399 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 40 (R$ 25 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, em dezembro de 2021, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 7.832 (R$ 8.410 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 674.578, dividido em 1.722 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de agosto, 29 de outubro e 28 de dezembro de 2021 deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 20.000, R$ 100.000 e R$ 51.000, respectivamente, e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R$ 21 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 20 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 94.370 (R$ 85.262 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 225.330 (R$ 165.608 em 31 de dezembro de 2020).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 28.780 (R$ 26.245 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou entre os meses de janeiro a julho de 2021, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 65.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação. Adicionalmente, no mês de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 12.355, à conta de dividendos antecipados do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
(–) Reserva legal - 5%	(9.108)	(16.174)
Realização da reserva de reavaliação	21	20
Lucro básico para determinação do dividendo	**173.069**	**307.315**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**43.267**	**76.829**
JCP distribuído - líquido (*)	28.779	26.245
Dividendos intermediários	14.488	110.831
Total de dividendos e JCP	**43.267**	**137.076**
Total por ação (R$)	**25,12602**	**96,66855**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 33.859 destacado na DMPL, está incluso R$ 5.079, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**950.737**
(+/–) Ajustes contábeis	**(45.501)**
Participação em sociedades	(137)
Despesas antecipadas	(5.266)
Ativos intangíveis	(40.098)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**155.661**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(4.856)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/ cont. registradas	160.517
PLA de nível 1	**536.497**
PLA de nível 2	**160.517**
PLA de nível 3	**363.884**
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(248.630)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**812.268**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)	**768.358**
Capital de risco de subscrição	717.943
Capital de risco de mercado	49.932
Capital de risco de crédito	24.657
Capital de risco operacional	23.519
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(47.693)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**768.358**
Suficiência de capital	**43.910**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(g) REMUNERAÇÕES EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações de sua Controladora Porto Seguro S.A elegíveis aos diretores estatutários da Companhia como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e

iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos direitos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Controladora Porto Seguro S.A., as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumprida todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.315**	**616**
Diferimento de "vesting" do período	3.058	1.699
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.373**	**2.315**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**53,45**	**59,92**

	Quantidade	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**38.902**	**11.815**
Diferimento de "vesting" do período	68.662	27.087
Saldo final	**107.564**	**38.902**

20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	2.441.394	2.304.096	59,9	25,1
Resp. Civil Facultativa	841.967	799.680	55,3	19,1
Assistência e outras coberturas auto	427.037	406.503	68,4	19,8
	3.710.398	**3.510.279**	**59,8**	**23,1**

	Dezembro de 2020			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	2.187.055	2.217.589	48,9	24,2
Resp. Civil Facultativa	714.428	651.270	54,6	18,3
Assistência e outras coberturas auto	376.496	353.941	66,9	19,0
	3.277.979	**3.222.800**	**52,0**	**22,4**

21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(190.173)	(190.173)	(60.566)	(60.566)
Provisão de riscos não expirados	(9.946)	(9.946)	5.387	5.387
	(200.119)	**(200.119)**	**(55.179)**	**(55.179)**

22. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - ADM	(2.306.109)	(1.775.477)
Porto Socorro	(196.848)	(153.985)
Sinistros avisados - JUD	(21.464)	(23.444)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(12.378)	1.565
Ressarcimentos	29.828	23.804
Salvados	464.620	315.885
Outras despesas com sinistros (*)	(58.513)	(62.849)
	(2.100.864)	**(1.674.501)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(708.970)	(612.165)
Outras despesas de comercialização	(141.764)	(132.277)
Variação das despesas de comercialização diferidas	39.002	21.063
	(811.732)	**(723.379)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas com operações de seguros	4.882	4.071
Total de outras receitas	**4.882**	**4.071**
Despesas com serviços de assistência	(39.711)	(38.116)
Despesas com cobrança	(20.661)	(24.138)
Despesas com sistema de riscos	(14.455)	(18.030)
Despesas com encargos sociais	(7.478)	(7.543)
Provisão de desvalorização de salvados	(2.759)	(10.048)
Outras	(7.006)	(4.585)
Total de outras despesas	**(92.070)**	**(102.460)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(87.188)**	**(98.389)**

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas recuperadas (*)	(199.861)	(177.314)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(64.464)	(57.975)
Serviços de terceiros	(36.269)	(32.374)
Localização e funcionamento	(22.348)	(23.379)
Outras	(4.597)	(7.023)
	(327.539)	**(298.065)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 28).

26. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	(58.224)	(66.454)
PIS	(7.849)	(10.775)
Outras	(4.095)	(3.977)
	(70.168)	**(81.206)**

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	131.287	120.579
Adicional de fracionamento de prêmios	34.163	38.811
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	20.876	46.872
Outras	3.978	17.548
Total de receitas financeiras	**190.304**	**223.810**
Operações de seguros	(18.205)	(13.504)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(170)	(1.698)
Outras	1.277	(15.292)
Total de despesas financeiras	**(17.098)**	**(30.494)**
Resultado financeiro	**173.206**	**193.316**

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portoseg	601.971	459.973
	601.971	**459.973**
Passivo		
Porto Cia.	35.977	36.675
	35.977	**36.675**

	Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(354.963)	(338.529)
Porto Atendimento	(14.189)	(12.634)
Portoseg	(4.280)	(3.192)
Outros	(1.853)	(1.952)
	(375.285)	**(356.307)**

28.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	19.072	19.169
Honorários de diretoria e encargos	853	560
	19.925	**19.729**

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as Sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das Sociedades que integram o grupo.

(b) Composição Acionária (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	67,8%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	32,2%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	50,0%
Cia. e Johnston de Participações	50,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	**Participação**
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	12,7%
Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	12,7%
Fundação Itaú Social	11,7%
Rudric ITH S.A.	8,3%
Fundação Fahz	15,4%
Outros	39,3%
Cia. e Johnston de Participações	**Participação**
Pedro Moreira Salles	31,0%
Fernando Roberto Moreira Salles	31,0%
João Moreira Salles	19,0%
Walther Moreira Salles	19,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741672
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:02:59 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Azul SEGUROS

continuação

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO – Diretor Vice-Presidente - Seguros

CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços

FABIO OHARA MORITA – Diretor Técnico

GILMAR PIRES RODRIGUES – Diretor de Produto - Automóvel

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL – Diretora de Produção

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES – Diretor de Clientes e Digital

TIAGO VIOLIN – Diretor Financeiro

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

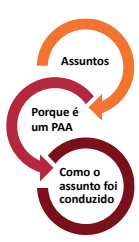
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.14 e 17) A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da Administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia. Efetuamos também, o confronto dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada. Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela Administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como testes quanto ao recálculo independente do IBNR e do IBNeR. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor, ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro , 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda. — **Carlos Augusto da Silva**

CRC 2SP000160/O-5 — Contador - CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Azul Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Azul Companhia de Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers

Serviços Profissionais Ltda.

Rua do Russel, 804

Rio de Janeiro - RJ - Brasil, 22210-907

CNPJ 02.646.397/0004-61 — **Dinarte Ferreira Bonetti**

CIBA 105 — MIBA 2147

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:07 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 466,3 milhões, redução de R$ 11,6 milhões ou 2,4% em relação ao ano anterior.

• Sinistralidade

A sinistralidade da Companhia em 2021 foi de 27,7%, aumento de 1,2 ponto percentual em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas, tributos e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 24,3%, com aumento de 7,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 34,9 milhões, redução de R$ 28,9 milhões, ou 45,3% em relação ao ano anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 85,9%, aumento de 7,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 80,0%, aumento de 11,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de despesas administrativas.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 60,7 milhões, redução de R$ 45,5 milhões ou 42,8% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 0,73 em 2021 e R$ 1,09 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**536.728**	**594.319**
Disponível		10.448	3.265
Caixa e bancos		10.448	3.265
Equivalentes de caixa	6	22.932	17.722
Aplicações	7.1	191.154	247.935
Créditos das operações com seguros e resseguros		214.227	220.318
Prêmios a receber	8	214.227	220.317
Operações com resseguradoras		–	1
Outros créditos operacionais		1.324	2.614
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14.1	671	1.367
Títulos e créditos a receber		24.420	27.132
Títulos e créditos a receber		698	3.346
Créditos tributários e previdenciários	9.1	23.545	23.566
Outros créditos		177	220
Outros valores e bens		–	13
Bens à venda		–	13
Despesas antecipadas		1.786	1.545
Custos de aquisição diferidos	10	69.766	72.408
Seguros		69.766	72.408
Não circulante		**170.345**	**180.682**
Realizável a longo prazo		170.345	180.682
Aplicações	7.2	138.960	148.846
Títulos e créditos a receber		31.340	31.836
Créditos tributários e previdenciários	9.1	11.896	10.210
Depósitos judiciais e fiscais		16.784	21.626
Outros créditos		2.660	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14.1	45	–
Total do ativo		**707.073**	**775.001**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**454.479**	**469.976**
Contas a pagar		69.319	64.249
Obrigações a pagar	11.1	39.141	11.191
Impostos e encargos sociais a recolher	11.2	18.071	19.880
Encargos trabalhistas		258	503
Impostos e contribuições		11.846	32.671
Outras contas a pagar		3	4
Débitos de operações com seguros e resseguros		69.201	72.369
Prêmios a restituir		137	271
Operações com resseguradoras		840	860
Corretores de seguros e resseguros	12	65.072	67.458
Outros débitos operacionais		3.152	3.780
Depósitos de terceiros	13	2.243	3.279
Provisões técnicas - seguros	14	313.716	330.079
Danos		313.716	330.079
Não circulante		**125.637**	**121.242**
Contas a pagar		5.391	6.221
Obrigações a pagar	11.1	139	224
Tributos diferidos	9.1.2	5.252	5.997
Provisões técnicas - seguros	14	115.073	110.115
Danos		115.073	110.115
Outros débitos		5.173	4.906
Provisões judiciais	15	5.173	4.906
Patrimônio líquido	**16**	**126.957**	**183.783**
Capital social		92.500	89.000
Redução de capital social (em aprovação)		–	31.000
Reservas de lucros		31.499	60.867
Ajustes de avaliação patrimonial		2.958	2.916
Total do passivo e patrimônio líquido		**707.073**	**775.001**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Aumento/(redução) de capital - em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		**120.000**	**–**	**46.723**	**439**	**–**	**167.162**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)		–	–	(43.935)	–	–	(43.935)
Redução de capital:							–
AGE de 7 de dezembro de 2020		(31.000)	31.000	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	2.477	–	2.477
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	106.183	106.183
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		–	–	5.309	–	(5.309)	–
Reservas estatutárias		–	–	52.770	–	(52.770)	–
JCP (R$ 0,07 por ação)		–	–	–	–	(6.987)	(6.987)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,42 por ação)		–	–	–	–	(41.117)	(41.117)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**89.000**	**31.000**	**60.867**	**2.916**	**–**	**183.783**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)		–	–	(47.717)	–	–	(47.717)
Aumento/(redução) de capital:							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548	16 a	3.500	–	–	–	–	3.500
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7	16 a	–	(31.000)	–	–	–	(31.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	167	–	–	167
Ajustes de avaliação patrimonial	16 b	–	–	–	42	–	42
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	60.649	60.649
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	16 c	–	–	3.032	–	(3.032)	–
Reservas estatutárias	16 c	–	–	15.150	–	(15.150)	–
JCP (R$ 0,06 por ação)	16 d	–	–	–	–	(5.184)	(5.184)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,45 por ação)	16 d	–	–	–	–	(37.283)	(37.283)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**92.500**	**–**	**31.499**	**2.958**	**–**	**126.957**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões e contingência para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios (vide nota explicativa nº 1) em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	17	466.264	477.815
Variações das provisões técnicas de prêmios	18	8.271	(2.925)
Prêmios ganhos	**17**	**474.535**	**474.890**
Sinistros ocorridos	**19**	**(131.680)**	**(126.056)**
Custos de aquisição	**20**	**(160.475)**	**(162.963)**
Outras receitas e despesas operacionais	**21**	**(19.446)**	**(20.139)**
Resultado com resseguro		**(1.500)**	**1.344**
Receita com resseguro		50	2.098
Despesa com resseguro		(1.490)	(754)
Outros resultados com resseguro		(60)	–
Despesas administrativas	**22**	**(74.452)**	**(38.853)**
Despesas com tributos		**(21.574)**	**(22.395)**
Resultado financeiro	**23**	**34.867**	**63.741**
Resultado operacional		**100.275**	**169.569**
Resultado antes dos impostos e participações		**100.275**	**169.569**
Imposto de renda	**9.2**	**(22.942)**	**(39.282)**
Contribuição social	**9.2**	**(16.130)**	**(24.553)**
Participações sobre o lucro		**(554)**	**449**
Lucro líquido do exercício		**60.649**	**106.183**
Quantidade de ações		83.058	97.792
Lucro líquido por ação - R$		0,73	1,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	**60.649**	**106.183**
Outros resultados abrangentes	**42**	**579**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	70	965
Efeitos tributários	(28)	(386)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**60.691**	**106.762**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	60.649	106.183
Ajustes para:		
Depreciações	–	5
Constituição/(reversão) de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	221	(393)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	66.667	107.062
Créditos das operações de seguros e resseguros	5.870	(1.662)
Ativos de resseguro	651	(1.056)
Créditos fiscais e previdenciários	21	75
Ativo fiscal diferido	(1.686)	3.838
Depósitos judiciais e fiscais	4.842	339
Despesas antecipadas	(241)	(1.083)
Custos de aquisição diferidos	2.642	(684)
Outros ativos	1.334	(1.037)
Impostos e contribuições	10.508	54.201
Outras contas a pagar	24.496	(11.004)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.168)	(689)
Depósitos de terceiros	(1.036)	(1.200)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(11.405)	(136.840)
Provisões judiciais	267	(1.160)
Caixa consumido pelas operações		
Impostos sobre o lucro pagos	(31.333)	(31.406)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**129.299**	**83.489**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	–	(16)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**–**	**(16)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(89.406)	(85.939)
Aumento/(redução) de capital	(27.500)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(116.906)**	**(85.939)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**12.393**	**(2.466)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**20.987**	**23.453**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**33.380**	**20.987**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:13 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis (clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.5.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.5.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda mantido até o vencimento está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

2.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.8 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.9 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.9.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos as despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.9.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período de transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.10 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

2.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros (vide nota explicativa nº 9.2).

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 428.789.

3.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.5.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 578.103 para os quais existem R$ 382 de provisão para risco de crédito.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 89,8% (89,5% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	35.223	321	37.623	381
Fluxo de 0 a 30 dias	47.920	87.038	54.503	52.772
Fluxo de 2 a 6 meses	138.640	106.981	124.652	130.527
Fluxo de 7 a 12 meses	52.115	58.557	55.245	60.929
Fluxo acima de 1 ano	354.396	88.594	396.448	104.714
Total	**628.294**	**341.491**	**668.471**	**349.323**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 90615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:19 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pós-fixados (SELIC/CDI)	47,7%	58,2%
Inflação (IPCA/IGPM)	39,4%	36,1%
Prefixados	5,6%	0,9%
Ações	4,1%	2,8%
Outros	3,2%	2,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realisticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos das Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	´+ 50 b.p.	(16.080)
	´+ 25 b.p.	(8.646)
Juros pré-fixados	´+ 10 b.p.	(3.996)
	´- 10 b.p.	3.996
	´- 25 b.p.	8.646
	´- 50 b.p.	16.080
	´+ 50 b.p.	(8.693)
	´+ 25 b.p.	(4.454)
Índices de preços	´+ 10 b.p.	(1.808)
	´- 10 b.p.	1.808
	´- 25 b.p.	4.454
	´- 50 b.p.	8.693
	´+ 50 b.p.	(678)
	´+ 25 b.p.	(565)
Juros pós-fixados	´+ 10 b.p.	(452)
	´- 10 b.p.	452
	´- 25 b.p.	565
	´- 50 b.p.	678
	± 34%	300
Ações	± 17%	150
	± 9%	75

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 DANOS - RESIDÊNCIAS

A principal medida de mitigação é a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	77,4%	76,7%
Região Sul	11,7%	12,8%
Região Nordeste	4,8%	4,2%
Região Centro-Oeste	4,9%	5,0%
Região Norte	1,2%	1,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas Atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	20.676	6.882
Sinistros - aumento de 50,0%	68.135	52.716

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 17 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com vencimentos em até 3 meses. Contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos Exclusivos						
LFTs	157.644	–	157.644	221.535	–	221.535
Ações de companhias abertas	14.578	–	14.578	11.745	–	11.745
Cotas de fundos	10.198	–	10.198	8.156	–	8.156
Debêntures	–	3.125	3.125	–	3.373	3.373
Outros	–	5.609	5.609	–	3.126	3.126
	182.420	8.734	191.154	241.436	6.499	247.935
Total - circulante	182.420	8.734	191.154	241.436	6.499	247.935
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			58%			62%

(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - B	138.960	148.846
Total - não circulante (*)	138.960	148.846
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	42%	38%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 129.799 (R$ 152.430 em 31 de dezembro de 2020).

7.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	414.503	517.903
Aplicações	245.298	380.884
Resgates	(331.549)	(528.552)
Rendimentos	24.794	44.268
Saldo final	353.046	414.503

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs - B - IPCA	2,74	2,28
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,18	0,07

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Patrimonial	214.599	(374)	214.225	220.468	(153)	220.315
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	214.609	(382)	214.227	220.478	(161)	220.317

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	212.470	218.541
Vencidos de 1 a 30 dias	1.424	1.502
Vencidos de 31 a 60 dias	227	232
Vencidos de 61 a 120 dias	126	30
Vencidos acima de 120 dias	362	173
	214.609	220.478
Redução ao valor recuperável	(382)	(161)
	214.227	220.317

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	220.317	218.258
Prêmios emitidos	530.596	541.861
Prêmios cancelados	58.864	(56.657)
Adicional de fracionamento	55.120	55.759
IOF	44.651	39.600
Recebimentos	(695.100)	(578.897)
Redução ao valor recuperável	(221)	393
Saldo final	214.227	220.317

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	161	554
Provisões constituídas	221	92
Reversões	–	(485)
Saldo final	382	161

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 5	7,5%	6,7%
Patrimonial	6 a 11	1,8%	1,6%
	12	90,7%	91,8%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		
Imposto de renda	12.303	12.324
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	11.896	10.210
Contribuição social	8.901	8.901
Outros	2.341	2.341
	35.441	33.776

(*) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1.1 TRIBUTOS DIFERIDOS - ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	8.468	1.739	(2.007)	8.200
Provisão de participação nos lucros	571	290	(732)	129
Outras provisões	1.171	4.566	(2.170)	3.567
	10.210	6.595	(4.909)	11.896

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	9.904
2023	1.573
2024	389
Após 2024	30
Total - ativo	11.896
Valor presente (*)	11.150

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.1.3 TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.386	685	(792)	3.279
IR e CS outros	2.611	28	(666)	1.973
	5.997	713	(1.458)	5.252

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	100.275	169.569
(–) Participações nos resultados	(554)	449
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	99.721	170.018
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(39.888)	(68.007)
Juros sobre capital próprio	2.074	2.795
Incentivos fiscais	968	1.515
Inovação tecnológica (ii)	666	–
Majoração alíquota CSLL (i)	(1.818)	–
Outros	(1.074)	(138)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	816	4.172
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	(39.072)	(63.835)
Taxa efetiva (D/-A)	39,2%	37,5%

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimonial	69.728	72.370
Automóveis	8	38
	69.766	72.408

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	72.408	71.724
Constituição	135.081	139.342
Apropriação para despesa	(137.723)	(138.658)
Saldo final	69.766	72.408

11. CONTAS A PAGAR

11.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Provisão de "Profit Sharing"	33.957	5.711
Transações com partes relacionadas (*)	3.812	3.916
Provisão de benefícios a empregados	521	224
Outras	990	1.564
	39.280	11.415
Circulante	39.141	11.191
Não circulante	139	224

(*) Vide nota explicativa nº 24.

11.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	16.228	17.981
IRRF	289	688
Outros	1.554	1.211
	18.071	19.880

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:24 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores.

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	2.243	2.243
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.243**	**2.243**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.279**	**3.279**

14. PROVISÕES TÉCNICAS - DANOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	241.703	240.987	249.973	248.606
Provisão de sinistros a liquidar	168.914	168.914	182.458	182.458
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.435	7.435	3.151	3.151
Demais provisões	10.737	10.737	4.612	4.612
	428.789	**428.073**	**440.194**	**438.827**
Circulante	313.716		330.079	
Não circulante	115.073		110.115	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa 2.9.2).

14.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**577.034**	**311**
Constituições decorrentes de prêmios	478.676	1.810
Amortização pelo risco decorrido	(549.664)	3.442
Aviso de sinistros	142.680	(2.098)
Pagamento de sinistros	(127.749)	(2.098)
Atualização monetária e juros	34.222	–
Outras (constituição/reversão) (*)	(115.005)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**440.194**	**1.367**
Constituições decorrentes de prêmios	466.277	957
Amortização pelo risco decorrido	(540.900)	(1.552)
Aviso de sinistros	147.607	(50)
Pagamento de sinistros	(118.716)	(6)
Atualização monetária e juros	34.327	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**428.789**	**716**

(*) A circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1 de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecimento pelo resultado líquido.

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	**428.789**	**440.194**
Direitos creditórios (i)	194.528	201.088
Custos de aquisição diferidos pagos	13.105	13.929
Outros	4.254	–
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**211.887**	**215.017**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**216.902**	**225.177**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**–**	**20.278**
Cotas de fundos de investimento	240.383	259.479
Garantias das provisões técnicas (E)	**240.383**	**259.479**
Excedente (E - C - D)	**23.481**	**14.024**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

14.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros brutas de resseguro da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dezembro 2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	**356,6**	**291,1**	**251,9**	**274,5**	**209,6**	**222,3**	**208,6**	**185,6**	**176,3**
Um ano mais tarde	396,8	359,1	293,5	305,9	204,3	210,0	175,1	140,1	–
Dois anos mais tarde	439,7	383,2	316,7	335,7	221,7	288,0	172,6	–	–
Três anos mais tarde	460,3	401,3	342,2	350,8	242,1	287,3	–	–	–
Quatro anos mais tarde	475,2	422,7	357,8	371,0	239,2	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	491,9	438,1	378,9	367,6	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	507,2	459,3	377,3	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	527,3	459,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	528,8	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**528,8**	**459,3**	**377,3**	**367,6**	**239,2**	**287,3**	**172,6**	**140,1**	**176,3**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(445,3)**	**(366,0)**	**(272,6)**	**(250,5)**	**(113,5)**	**(152,5)**	**(34,5)**	**(1,4)**	**–**
Total	**14,3**	**9,8**	**11,4**	**12,4**	**8,6**	**9,1**	**3,3**	**0,6**	**176,3**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**176,3**

14.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**134.036**	**132.188**
Pagamentos	(30.950)	(41.407)
Constituições	22.758	35.058
Baixas da provisão por êxito	(4.570)	(7.942)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(4.852)	(6.765)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	22.010	22.904
Saldo final	**138.432**	**134.036**
Quantidade de processos	2.946	3.524

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas. Essas provisões estão registradas no valor de R$ 5.173 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.906 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, referente a ações tributária, trabalhista e cível, para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, não há constituição de provisão (perda possível). As principais referem-se à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 66.449 (R$ 44.189 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 26.074 (R$ 20.107 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social autorizado, subscrito e integralizado era de R$ 92.500, dividido em 83.057.691 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7, de 21 de janeiro de 2021 aprovou a redução de capital no montante de R$ 31.000.

A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548, de 20 de dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 3.500.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 16.181 (R$ 13.149 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 15.151 (R$ 47.717 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Companhia de 5 de fevereiro de 2021 aprovou a distribuição de R$ 50.000 de dividendos intermediários, sendo R$ 47.717 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e R$ 2.283 que será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 4.406 (R$ 5.939 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação. Em complemento, a Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de julho de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício no montante de R$ 35.000.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	60.649	106.183
(–) Reserva legal	(3.032)	(5.309)
Lucro básico para determinação do dividendo	**57.617**	**100.874**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**14.404**	**25.219**
Dividendos intermediários	37.283	41.117
Dividendos mínimos - JCP (*)	4.406	5.939
Total de dividendos e JCP	**41.689**	**47.056**
Total por ação (R$)	**0,50193**	**0,48118**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 5.184 destacado na DMPL, está incluso R$ 778, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(e) Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**126.957**
(+/–) Ajustes contábeis	**(1.786)**
Despesas antecipadas	(1.786)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**44.720**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(5.038)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	49.758
PLA de nível 1	**108.236**
PLA de nível 2	**49.758**
PLA de nível 3	**11.896**
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(11.328)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**158.562**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)	**100.653**
Capital de risco de subscrição	89.144
Capital de risco de mercado	11.081
Capital de risco de crédito	9.041
Capital de risco operacional	3.179
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(11.792)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**100.653**
Suficiência de capital	**57.909**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

17. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	466.264	474.535	27,7	33,8
	466.264	**474.535**	**27,7**	**33,8**

	Dezembro de 2020			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	478.992	475.954	25,8	34,1
Automóveis (*)	(914)	(842)	–	(59,8)
Demais - automóveis (*)	(263)	(222)	–	18,1
	477.815	**474.890**	**26,5**	**34,3**

(*) Companhia realizou a migração das emissões de seguros de automóveis para companhia Porto Seguro Cia de Seguros Gerais (empresa também controlada pela Porto Seguro S.A). Com essa migração, deixaram de ser comercializados apólices da carteira auto e os movimentos realizados em 2020 referem-se a cancelamentos de apólices emitidas antes do processo de migração.

18. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.271	8.924	(2.925)	(3.983)
	8.271	**8.924**	**(2.925)**	**(3.983)**

19. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - adm	(67.557)	(76.585)
Assistências	(41.555)	(44.651)
Sinistros avisados - jud	(14.698)	(20.352)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(9.118)	19.304
Salvados e ressarcimentos	15.857	12.122
Outras despesas com sinistros	(14.609)	(15.894)
	(131.680)	**(126.056)**

20. CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(135.961)	(140.268)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(21.872)	(23.378)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(2.642)	683
	(160.475)	**(162.963)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 10) e as despesas de comercialização não diferidas.

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Assistência	(9.375)	(9.957)
Cobrança	(6.051)	(5.996)
Benefícios e cortesias para clientes	(1.957)	(1.909)
Administração de apólices e contratos	(335)	(18)
Outras	(1.728)	(2.259)
	(19.446)	**(20.139)**

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas compartilhadas (*)	(39.734)	(10.649)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(19.467)	(7.346)
Serviços de terceiros	(9.655)	(14.780)
Localização e funcionamento	(3.276)	(3.679)
Outras	(2.320)	(2.399)
	(74.452)	**(38.853)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro e do grupo Itaú Unibanco.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Adicional de fracionamento de prêmios	55.120	55.759
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	29.538	27.889
Variações monetárias dos depósitos judiciais	1.376	502
Juros de títulos disponíveis para a venda	–	17.476
Outras	825	450
Total de receitas financeiras	**86.859**	**102.076**
Operações de seguros	(34.327)	(34.223)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(11.602)	(6)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(4.744)	(1.097)
Outras	(1.319)	(3.009)
Total de despesas financeiras	**(51.992)**	**(38.335)**
Resultado financeiro	**34.867**	**63.741**

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Convênio de rateio de custos administrativos com empresas do grupo Itaú Unibanco, principalmente, em função da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;

(v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portocap	185	185
	185	**185**
Passivo		
Porto Cia	3.382	3.916
	3.382	**3.916**

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado - receitas		
Porto Atendimento	1.528	1.239
Azul Seguros	25	175
	1.553	**1.414**
Demonstração do resultado - despesas		
Porto Cia	(42.129)	(39.630)
Itaú Unibanco	(9.728)	(12.598)
Porto Atendimento	(4.943)	(9.719)
Outros	(724)	(1.191)
	(57.524)	**(63.138)**

24.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período. O montante provisionado em 2021 foi de R$ 167.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:29 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência Itaú

continuação

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Vice-Presidente - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Serviços

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Residência

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Recursos Humanos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

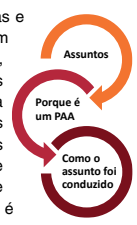
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.9 e 15)	
A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada. Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como recálculo independente do IBNR e do IBNeR. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria, e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:35 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram em 2021 R$ 429,3 milhões, com aumento de R$ 2,8 milhões ou 0,6% em relação ao ano anterior.

• Provisões técnicas - seguros e previdência complementar

As provisões técnicas totalizaram em 2021 R$ 5.170,8 milhões, aumento de R$ 5,5 milhões ou 10,7% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram em 2021 R$ 44,3 milhões, com aumento de R$ 1,4 milhão ou 3,2% em relação ao ano anterior.

• Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2021 R$ 402,5 milhões, com redução de R$ 106,2 milhões ou -20,9% em relação ao ano anterior devido principalmente a redução nas receitas com aplicações financeiras. As receitas financeiras com aplicações, em fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL e em títulos para negociação, totalizaram em 2021 R$ 365,8 milhões e R$ 472,0 milhões no ano anterior.

As despesas financeiras totalizaram em 2021 R$ 558,0 milhões, com aumento de R$ 15,0 milhões ou 2,8% em relação ao ano anterior.

• Prejuízo líquido e por ação

O prejuízo do exercício totalizou em 2021 R$ 75,6 milhões comparado com o prejuízo de R$ 26,0 milhões em 2020. O prejuízo por ação foi de R$ 5,68 em 2021 comparado com o um prejuízo por ação de R$ 5,43 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**4.372.625**	**4.411.405**
Disponível		7.748	5.223
Caixa e bancos		7.748	5.223
Equivalentes de caixa	6	320.277	222.093
Aplicações	7	4.023.228	4.154.462
Créditos das operações com seguros e resseguros		4.272	7.423
Prêmios a receber		4.272	7.262
Operações com resseguradoras		–	161
Créditos das operações com previdência complementar		2.990	3.077
Valores a receber		2.990	3.077
Outros créditos operacionais		2.499	2.831
Ativos de resseguro - provisões técnicas		710	83
Títulos e créditos a receber		6.679	12.042
Títulos e créditos a receber		5.161	7.922
Créditos tributários e previdenciários	8	1.516	4.114
Outros créditos		2	6
Despesas antecipadas		768	5
Custos de aquisição diferidos	9	3.454	4.166
Seguros		2.418	2.944
Previdência		1.036	1.222
Não circulante		**1.183.322**	**984.500**
Realizável a longo prazo		1.170.314	971.147
Aplicações	7	1.079.535	953.032
Títulos e créditos a receber		89.121	14.740
Créditos tributários e previdenciários	8	76.389	2.263
Depósitos judiciais e fiscais		12.689	12.440
Outros créditos operacionais		43	37
Custos de aquisição diferidos	9	1.658	3.375
Seguros		1.186	2.541
Previdência		472	834
Imobilizado	10	13.008	13.353
Imóveis de uso próprio		13.008	13.353
Total do ativo		**5.555.947**	**5.395.905**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**659.287**	**653.734**
Contas a pagar		12.550	11.132
Obrigações a pagar		4.037	3.925
Impostos e encargos sociais a recolher		4.747	5.892
Encargos trabalhistas		390	388
Impostos e contribuições		3.251	800
Outras contas a pagar		125	127
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.777	421
Operações com resseguradoras		1.746	408
Corretores de seguros e resseguros		31	–
Outros débitos operacionais		–	13
Depósitos de terceiros		165	570
Provisões técnicas - seguros	11	329.706	320.120
Danos		8	56
Pessoas		799	760
Vida individual		18.353	35.728
Vida com cobertura por sobrevivência		310.546	283.576
Provisões técnicas - previdência complementar	12	315.089	321.491
Planos não bloqueados		123.945	116.757
PGBL/PRGP		191.144	204.734
Não circulante		**4.567.690**	**4.546.321**
Contas a pagar		31.968	12.867
Obrigações a pagar		236	170
Tributos diferidos	8.1.2	31.732	12.697
Provisões técnicas - seguros	11	1.920.058	1.918.679
Vida individual		29.953	1.763
Vida com cobertura por sobrevivência		1.890.105	1.916.916
Provisões técnicas - previdência complementar	12	2.605.914	2.604.971
Planos não bloqueados		962.908	937.155
PGBL/PRGP		1.643.006	1.667.816
Outros débitos		9.750	9.804
Provisões judiciais	13	9.750	9.804
Patrimônio líquido	**14**	**328.970**	**195.850**
Capital social		239.578	154.578
Aumento de capital - em aprovação		95.000	–
Reservas de reavaliação		4.809	4.955
Reservas de lucros		–	22.188
Ajuste de avaliação patrimonial		6.208	14.129
Prejuízos acumulados		(16.625)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.555.947**	**5.395.905**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 1º de janeiro de 2020		**114.578**	**40.000**	**5.102**	**48.083**	**16.732**	**–**	**224.495**
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAT nº 194		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAT nº 252		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(2.603)	–	(2.603)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(146)	–	–	146	–
Outros		–	–	(1)	–	–	–	(1)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(26.041)	(26.041)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	–	(25.895)	–	25.895	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**154.578**	**–**	**4.955**	**22.188**	**14.129**	**–**	**195.850**
Resultados de exercícios anteriores	2.1.2	–	–	–	36.619	–	–	36.619
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 234	14 a	15.000	–	–	–	–	–	15.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 389	14 a	45.000	–	–	–	–	–	45.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 430	14 a	25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 27 de agosto de 2021	14 a	–	55.000	–	–	–	–	55.000
AGE de 29 de outubro de 2021	14 a	–	10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 29 de dezembro de 2021	14 a	–	30.000	–	–	–	–	30.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14 d	–	–	–	–	(7.921)	–	(7.921)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(146)	–	–	146	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(75.578)	(75.578)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	–	(58.807)	–	58.807	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**239.578**	**95.000**	**4.809**	**–**	**6.208**	**(16.625)**	**328.970**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Rendas de contribuições e prêmios	15	429.325	426.561
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(428.529)	(425.813)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**796**	**748**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		**49.461**	**41.411**
Variação de outras provisões técnicas		**1.755**	**18.135**
Benefícios retidos		**(4.752)**	**(13.110)**
Custos de aquisição		**(5.788)**	**(7.358)**
Prêmios emitidos		15.932	14.230
Contribuições para cobertura de riscos		15.716	13.922
Variações das provisões técnicas de prêmios		(419)	5.104
Prêmios ganhos	**16**	**31.229**	**33.256**
Sinistros ocorridos	**17**	**(5.801)**	**(3.251)**
Custos de aquisição		**(13.018)**	**(15.888)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(2.720)**	**(2.145)**
Resultado com operações de resseguro		**(591)**	**20**
Receita com resseguro		673	1.989
Despesas com resseguro		(1.264)	(1.969)
Despesas administrativas	**18**	**(37.051)**	**(35.610)**
Despesas com tributos		**(7.205)**	**(7.276)**
Resultado financeiro	**19**	**(155.484)**	**(34.263)**
Resultado patrimonial		**–**	**2.214**
Resultado operacional		**(149.169)**	**(23.117)**
Perdas com ativos não correntes		**–**	**(373)**
Resultado antes dos impostos e participações		**(149.169)**	**(23.490)**
Imposto de renda	**8.2**	**46.403**	**(1.354)**
Contribuição social	**8.2**	**27.816**	**(809)**
Participações sobre o lucro		**(628)**	**(389)**
Prejuízo do exercício		**(75.578)**	**(26.041)**
Quantidade de ações (mil)		13.309	4.794
Prejuízo por ação (R$)		(5,68)	(5,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prejuízo do exercício	**(75.578)**	**(26.041)**
Outros resultados abrangentes	**(7.921)**	**(2.603)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(13.190)	(4.350)
Efeitos tributários	5.276	1.740
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(12)	12
Efeitos tributários	5	(5)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**(83.499)**	**(28.644)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(75.578)	(26.041)
Ajustes para:		
Depreciações	345	344
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	4.731	83.872
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.151	(2.340)
Créditos das operações com previdência complementar	87	2.344
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(627)	358
Créditos fiscais e previdenciários	2.598	3.349
Ativo fiscal diferido	(74.126)	2.252
Depósitos judiciais e fiscais	(249)	(259)
Despesas antecipadas	(763)	(5)
Custos de aquisição diferidos	2.429	2.768
Outros ativos	3.091	(498)
Impostos e contribuições	2.451	198
Outras contas a pagar	18.068	394
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.356	(1.031)
Depósitos de terceiros	(405)	(1.702)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	10.965	(148.237)
Provisões técnicas - previdência complementar	(5.459)	95.352
Provisões judiciais	(54)	760
Outros passivos	28.698	(2.603)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(79.291)**	**9.275**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	180.000	–
Distribuição de dividendos	–	(4.964)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**180.000**	**(4.964)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**100.709**	**4.311**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**227.316**	**223.005**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**328.025**	**227.316**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Av. Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19.

Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos o resultado financeiro, que tem oscilado constantemente, fechando o exercício com um resultado negativo em R$ 155,5 milhões.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas e (iii) da realização dos impostos diferidos. A liquidação das transações que

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:40 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.
A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 (revogada pela Circular SUSEP n° 648/2021 a partir de 3 de janeiro de 2022).
As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no "site" da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.1.2 RECLASSIFICAÇÕES E AJUSTES

Em dezembro de 2021 a Companhia efetuou a reversão integral da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em razão da utilização da Mais Valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, os quais estão reconhecidos em "mantidos até o vencimento", nos termos do § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015.

	Publicado 31/12/2020	Reclas-sificação	Reapresentado 31/12/2020
Passivo circulante			
Contas a pagar			
Impostos e contribuições	800	2.976	3.776
Provisões técnicas - seguros			
Vida individual	35.728	(697)	35.031
Provisões técnicas - previdência complementar			
Planos não bloqueados	284.305	(63.311)	220.994
Passivo não circulante			
Contas a pagar			
Tributos diferidos	12.697	24.413	37.110
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	22.188	36.619	58.807

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) Títulos disponíveis para venda
São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").
(iii) Mantidos até o vencimento
São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.
(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:
• **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda e mantidos até o vencimento, está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.7 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.8 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

2.9 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.9.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.
Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:
(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata dia" para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.9.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e normas especificas da SUSEP. Vide nota explicativa nº 3.
Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas.
Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
A conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrado na nota explicativa nº 12.1.
Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.10.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(b)).

2.10.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.10.3 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pela adequação à Circular SUSEP nº 623/21, vigente a partir de 1 de julho de 2021, que dispõe sobre a atualização da tábua biométrica BR-EMS 2015 para BR-EMS 2021.

3.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
O valor total de caixa, equivalentes de caixa, aplicações, prêmios e valores a receber de segurados e de operações com previdência privada em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 5.435.157, para aos quais existem R$ 97 de provisão para risco de crédito.

3.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total das provisões técnicas - seguro e previdência complementar em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 5.170.767.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 9.750, para as quais existem R$ 12.689 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 76.389 (ativo) e R$ 31.732 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.
A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.
Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.
Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.
Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.
Vale destacar que em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.
A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:
Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.
Em 31 de dezembro de 2021, 71,9% (79,1% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.
Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.
A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	579.267	–	466.939	421
Fluxo de 0 a 30 dias	332.486	3.128	259.433	16.764
Fluxo de 31 a 180 dias	184.253	26.247	117.743	76.089
Fluxo de 181 a 360 dias	183.584	56.819	58.081	80.391
Fluxo acima de 360 dias	4.745.152	9.709.309	4.644.789	9.176.458
Total	**6.024.742**	**9.795.503**	**5.546.986**	**9.350.123**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:48 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	40,3%	35,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	33,4%	52,2%
Prefixados	22,0%	8,1%
Ações	3,1%	3,1%
Outros	1,2%	1,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(331.292)
	+ 25 b.p.	(180.461)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(76.286)
	- 10 b.p.	76.286
	- 25 b.p.	180.461
	- 50 b.p.	331.292
	+ 50 b.p.	(126.964)
	+ 25 b.p.	(68.706)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(32.292)
	- 10 b.p.	32.292
	- 25 b.p.	68.706
	- 50 b.p.	126.964
	± 50 b.p.	± 6.211
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	± 5.261
	± 10 b.p.	± 4.209
	± 34%	± 29.615
Ações	± 17%	± 14.808
	± 9%	± 7.404

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto da capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.953 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2021, de R$ 807.725. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

• Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
ETTJ-SUSEP - aumento de 50,0%	8.382.184	5.534.197
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(120.961)	(120.312)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 14 (c).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	320.277	222.093
	320.277	222.093

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (i)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	1.364.757	–	1.364.757	2.190.894	–	2.190.894
NTNs - B	925.135	–	925.135	816.273	–	816.273
Debêntures	–	556.158	556.158	–	483.249	483.249
Cotas de fundos de investimento	386.665	–	386.665	205.560	–	205.560
Letras financeiras - privadas	–	295.368	295.368	–	213.623	213.623
LTNs	268.123	–	268.123	–	–	–
Ações de companhias abertas	164.604	–	164.604	166.393	–	166.393
NTNs - C	29.625	–	29.625	31.573	–	31.573
CDBs	–	20.315	20.315	–	46.897	46.897
DPGE	–	12.478	12.478	–	–	–
	3.138.909	**884.319**	**4.023.228**	**3.410.693**	**743.769**	**4.154.462**
Total - circulante	**3.138.909**	**884.319**	**4.023.228**	**3.410.693**	**743.769**	**4.154.462**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**79%**			**81%**

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
NTN - C	184.945	175.109
Total - não circulante	**184.945**	**175.109**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**4%**	**3%**

(i) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 174.611 (R$ 151.585 em 31 de dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (i)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTN - C	825.073	715.022
NTN - B	69.517	62.901
Total - não circulante	**894.590**	**777.923**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**18%**	**15%**

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 962.698 (R$ 926.662 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**5.329.587**	**5.405.323**
Aplicações	1.111.073	879.797
Resgates	(1.232.139)	(1.280.504)
Rendimentos	227.709	329.321
Ajuste a valor de mercado	(13.190)	(4.350)
Saldo final	**5.423.040**	**5.329.587**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (i)	9,12	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM	6,26	6,25
NTNs B - IPCA	4,48	3,18
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,05

(i) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	76.389	2.263
Imposto de renda e contribuição social	–	2.598
Outros	1.516	1.516
	77.905	**6.377**
Circulante	1.516	4.114
Não circulante	76.389	2.263

(i) Vide nota explicativa nº 8.1.1.

8.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

8.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	–	174.300	(102.582)	71.718
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	680	2.853	(104)	3.429
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	408	138	(232)	314
Provisão para riscos sobre créditos	219	120	(280)	59
Provisão de participação nos lucros	183	262	(387)	58
Outras provisões	773	77.629	(77.591)	811
	2.263	**255.302**	**(181.176)**	**76.389**

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

8.1.2 PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores (i)	–	24.413	–	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.410	7.447	(12.723)	4.134
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.271	–	(97)	3.174
IR e CS outros	16	–	(5)	11
	12.697	**31.860**	**(12.825)**	**31.732**

(i) Vide nota explicativa nº 2.1.2.

8.1.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	25.862
2023	25.781
2024	23.981
Após 2024	765
Total - Ativo	**76.389**
Valor presente (*)	**68.653**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

8.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(149.169)	(23.490)
(–) Participações sobre o lucro	(628)	(389)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A)	**(149.797)**	**(23.879)**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**59.919**	**9.552**
Baixa para perda - diferido	11.685	(11.685)
Outros	2.615	(29)
Total dos efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**14.300**	**(29)**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**74.219**	**(2.162)**
Taxa efetiva (D/A)	**49,5%**	**-9,1%**

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

O prazo médio de amortização dos custos de aquisição diferidos é de 36 meses para todos os planos.

10. IMOBILIZADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentação: Despesas de depreciação	Movimentação: Custo	Dezembro de 2021: Depreciação acumulada	Dezembro de 2021: Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (*)	11.533	(345)	16.407	(5.219)	11.188	2,1
Terrenos	1.820	–	1.820	–	1.820	–
Imóveis de uso	**13.353**	**(345)**	**18.227**	**(5.219)**	**13.008**	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

11. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	2.241.009	2.241.009	2.228.518	2.228.518
Sinistros e benefícios a liquidar	2.093	2.093	1.860	1.860
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.443	1.443	1.462	1.462
Provisão complementar de cobertura (i)	–	–	697	697
Demais provisões	5.219	5.178	6.262	6.233
	2.249.764	**2.249.723**	**2.238.799**	**2.238.770**
Circulante	329.706		320.120	
Não circulante	1.920.058		1.918.679	

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 96615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:03:55 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**2.238.799**	**2.387.036**
Constituições decorrentes de prêmios	310.055	303.353
Atualização monetária e juros	40.432	68.367
Diferimento pelo risco decorrido	(336.935)	(423.412)
Aviso de sinistros	6.212	3.322
Pagamento de sinistros	(4.025)	(3.988)
Outras (constituição/reversão)	(4.774)	(95.879)
Saldo final	**2.249.764**	**2.238.799**

11.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.194**	**942**
Novas constituições no período	247	956
Baixa da provisão por êxito	(141)	(615)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	–	(263)
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	355	174
Saldo final	**1.655**	**1.194**
Quantidade de processos	6	6

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

12. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.829.454	1.864.035
PMBC e PMBaC - previdência	1.079.593	979.718
Provisão de despesas relacionadas	4.368	5.505
Provisão de excedente financeiro	1.470	7.300
Provisão complementar de cobertura (i)	–	63.311
Demais provisões	6.118	6.593
	2.921.003	**2.926.462**
Circulante	315.089	321.491
Não circulante	2.605.914	2.604.971

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

12.1 VARIAÇÃO DA PROVISÃO COMPLEMENTAR DE COBERTURA (PCC)

Como conclusão e revisão dos modelos utilizados no TAP realizados em 31 de dezembro de 2021, houve a seguinte movimentação da PCC (vide nota explicativa nº 2.9.2):

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Benefício concedido (previdência complementar)	63.311	39.769	(103.080)	–
Benefício concedido (seguros)	697	415	(1.112)	–
	64.008	**40.184**	**(104.192)**	**–**

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro no montante de R$ 61,8 milhões, mas não há necessidade de registrá-lo, pois o valor será garantido pela "mais valia" dos ativos financeiros mantidos até o vencimento que perfaz o montante de R$ 66,5 milhões, conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015.

12.2 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**2.926.462**	**2.831.110**
Contribuições	150.918	151.358
Pagamento de benefícios	(31.367)	(23.369)
Atualização monetária e juros	284.394	293.801
Resgates	(250.116)	(166.084)
Portabilidades líquidas	(73.838)	(123.190)
Outras (constituição/reversão)	(85.450)	(37.164)
	2.921.003	**2.926.462**

12.3 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	**5.170.767**	**5.165.261**
(–) Operações com resseguradoras	75	76
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**75**	**76**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**5.170.692**	**5.165.185**
Necessidade de ativos líquidos (i) (D)	**–**	**45.666**
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.766.088	4.073.518
Cotas de fundos de investimento	1.375.946	1.045.233
Títulos de renda fixa - públicos	184.945	175.109
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**5.326.979**	**5.293.860**
Excedente (E - C - D)	**156.287**	**83.009**

(i) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) está em processo de revisão pela SUSEP e, até que essa avaliação seja concluída, foi determinada a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado pela alteração da curva caso fosse utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP, uma vez que a Companhia faz uso de metodologia alternativa de extrapolação da ETTJ, desenvolvida pela FenaPrevi com o apoio da consultoria E&Y, denominada "Ultimate Forward Rate - UFR".

Se utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP, não seriam observados impactos em resultado e Patrimônio Líquido na data-base 31 de dezembro de 2021, uma vez que a insuficiência apurada neste cenário continuaria sendo compensada integralmente pela mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento".

13. OUTROS DÉBITOS

13.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.971**	**833**	**9.804**
Constituições	–	99	99
Enc. êxito/reversões	(101)	(196)	(297)
Pagamentos	–	(273)	(273)
Atualização monetária	283	134	417
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.153**	**597**	**9.750**
Quantidade de processos	10	3	13

(a) Provisão para processos fiscais

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (i)	7.020	6.898
Juros moratórios	1.387	1.339
Processos com adesão ao REFIS (ii)	746	734
	9.153	**8.971**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aderiu-se parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguarda-se o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(b) Contingências fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. As principais referem-se à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 59.597 (R$ 43.581 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 337 (R$ 242 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 831 (R$ 397 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 334.578, dividido em 13.308.729 (unidades), ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A AGE realizada em março de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R$ 15.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 234 de 24 de junho de 2021.

A AGE realizada em abril de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R$ 45.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 389 de 20 de setembro de 2021.

A AGE realizada em junho de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R$ 25.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 430 de 07 de outubro de 2021.

A AGE realizada em agosto, outubro e dezembro de 2021, deliberou o aumento do capital social nos valores de R$ 55.000, R$ 10.000 e R$ 30.000, respectivamente, e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) Reserva estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (Vide nota explicativa nº 7.2).

(e) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - (PLA) e margem de solvência (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**328.970**
(+/-) Ajustes contábeis	**(76.388)**
Despesas antecipadas	(768)
Créditos tributarios prej. fiscais IR/bases negativas de contribuição social	(71.718)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(3.902)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**200.462**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	36.563
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(34.006)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	119.950
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	77.955
PLA de nível 1	**237.460**
PLA de nível 2	**197.905**
PLA de nível 3	**17.679**
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(59.799)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**393.245**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)	**311.572**
Capital de risco de mercado	229.055
Capital de risco de subscrição	154.568
Capital de risco operacional	4.136
Capital de risco de crédito	1.688
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(77.875)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**311.572**
Suficiência de capital	**81.673**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

15. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
VGBL e VRGP	294.123	289.122
PGBL	116.599	115.352
Tradicional	18.603	22.087
	429.325	**426.561**

16. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios diretos VGBL	15.932	14.232
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	15.716	13.920
Variações das provisões técnicas	(419)	5.104
	31.229	**33.256**

17. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas	(5.801)	18,6	(3.251)	9,8
	(5.801)	**18,6**	**(3.251)**	**9,8**

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas compartilhadas (i)	(26.985)	(27.261)
Pessoal	(6.101)	(5.423)
Localização e funcionamento	(1.069)	(976)
Outras	(2.896)	(1.950)
	(37.051)	**(35.610)**

(i) Referem-se a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 20).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações de PGBL e VGBL	204.646	270.709
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	161.167	201.324
Juros de títulos disponíveis para a venda	35.947	35.835
Outras	719	798
Total de receitas financeiras	**402.479**	**508.666**
Atualização das provisões técnicas - previdência	(284.394)	(293.801)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(173.888)	(178.547)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(40.432)	(68.367)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(163)	–
Outras (i)	(59.086)	(2.214)
Total de despesas financeiras	**(557.963)**	**(542.929)**
Resultado financeiro	**(155.484)**	**(34.263)**

(i) O aumento deve-se principalmente as despesas financeiras da Companhia com os resgates dos recursos acumulados de participantes dos planos de previdência.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Seguro Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Seguro Cia;

(iii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	2.579	2.365
	2.579	**2.365**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia	–	2.214	(27.722)	(28.426)
Porto Investimentos	–	–	(1.571)	(1.326)
Outros	–	–	(1.351)	(565)
	–	**2.214**	**(30.644)**	**(30.317)**

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95610741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:04 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

DIRETORIA

continuação

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente	**MARCELO BARROSO PICANÇO** CEO - Seguros	**CELSO DAMADI** Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	**LENE ARAÚJO DE LIMA** Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional	**MARCOS ROBERTO LOUÇÃO** Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços	**JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA** Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing
FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	**MARCOS ROGÉRIO SIRELLI** Diretor de Tecnologia da Informação	**ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES** Diretora Jurídica e Riscos	**RAFAEL VENEZIANI KOZMA** Diretor de Controladoria	**CAROLINA HELENA ZWARG** Diretora de Recursos Humanos	**LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES** Diretor de Clientes e Digital
LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor de Precificação	**MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA** Diretor	**TIAGO VIOLIN** Diretor Financeiro	**CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM** Diretor de Produto - Vida e Previdência	**MARCELO ZORZO** Diretor	**JAIME SOARES BATISTA** Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

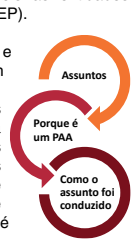
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formaçãode nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de previdência complementar (PMBaC e PMBC - Notas 2.9, 4.4, 11 e 12) A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de previdência complementar que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - previdência complementar" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e (ii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de previdência complementar deve seguir as metodologias de cálculo e premissas atuariais e financeiras estipuladas nas condições gerais dos produtos de previdência comercializados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia deve manter o detalhamento da metodologia e das premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Adicionalmente, a Companhia realiza, a cada data-base das demonstrações financeiras, Teste de Adequação de Passivos (TAP), com o objetivo de capturar possíveis insuficiências relacionadas às provisões técnicas de previdência complementar. Se aplicável, efetua o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pela relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de previdência complementar da Companhia. Realizamos testes documentais para as movimentações relevantes ocorridas durante o semestre nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, em destaque para: inspeção das liquidações dos pagamentos de resgates, saída em portabilidade, recálculo da atualização monetária, concessão e pagamentos de benefícios. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos as metodologias e principais premissas atuariais e financeiras consideradas pela administração na mensuração dos cálculos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações do semestre da PMBaC, com base nas informações contábeis de contribuições, portabilidades, resgates e concessões de benefícios, bem como recalculamos de forma independente a PMBC. Adicionalmente, testamos a totalidade das bases de dados utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador
CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:10 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

· Prêmios retidos

Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2021 R$ 2.133,0 milhões, com aumento de R$ 283,5 milhões ou 15,3% em relação ao ano anterior.

· Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1% com aumento de 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

· Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 46,9 milhões, com redução de R$ 5,5 milhões, ou -10,5% em relação ao ano de 2020. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

· Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 97,4%, aumento de 4,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento de 7,6 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 95,3%, com aumento de 5,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, também justificado pelo aumento da sinistralidade.

· Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 105,7 milhões, registrando redução de R$ 1,3 milhões ou -1,2% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 6,30 em 2021 comparado com R$ 7,61 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Operadora têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Operadora segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**459.343**	**360.417**
Disponível		14.400	7.653
Realizável		444.943	352.764
Aplicações financeiras	6.1.1	275.350	252.550
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		275.350	252.350
Aplicações livres		–	200
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		30.277	14.701
Prêmios a receber	7.1	26.811	11.037
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	7.2	3.466	3.664
Despesas diferidas	8	85.576	45.444
Créditos tributários e previdenciários	10.1	3.908	8.870
Bens e títulos a receber	9	49.641	31.199
Despesas antecipadas		191	–
Não circulante		**888.466**	**765.454**
Realizável a longo prazo		686.639	555.679
Aplicações financeiras	6.1.2	276.608	260.361
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		276.608	260.361
Créditos tributários e previdenciários	10.1	113.647	68.525
Depósitos judiciais e fiscais	11	195.109	193.780
Outros créditos a receber a longo prazo		94	228
Despesas diferidas	8	101.181	32.785
Imobilizado	12	177.106	189.106
Imóveis de uso próprio		177.106	189.106
Intangível		24.721	20.669
Total do ativo		**1.347.809**	**1.125.871**

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**528.528**	**444.893**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	458.679	393.355
Provisão de prêmio não ganho - PPNG		76.845	43.838
Provisão para remissão		3.471	2.725
Provisão de eventos a liquidar ao SUS		2.290	2.526
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		158.443	113.118
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		217.630	231.148
Débitos de operações de assistência à saúde		13.954	4.869
Prêmios a restituir		39	36
Receita antecipada de prêmios		5.007	2.222
Comercialização sobre operações		8.908	2.611
Provisão para IR e CSLL		9.962	–
Tributos e encargos sociais a recolher		8.400	5.753
Débitos diversos	14	37.533	40.916
Não circulante		**212.816**	**205.489**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	7.412	6.520
Provisão para remissão		5.635	4.577
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		1.777	1.943
Provisões		201.210	195.759
Provisões para tributos diferidos		7.060	7.089
Provisões para ações judiciais	15	194.150	188.670
Débitos diversos	14	4.194	3.210
Patrimônio líquido		**606.465**	**475.489**
Capital social	16 a	485.333	394.333
Reservas de lucros	16 b	131.370	80.579
Ajustes de avaliação patrimonial		(10.238)	577
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.347.809**	**1.125.871**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**2.109.455**	**1.823.357**
Receitas com operações de assistência à saúde		2.131.174	1.849.242
Prêmios retidos	17	2.132.978	1.849.473
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.804)	(231)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(21.719)	(25.885)
Sinistros retidos		**(1.658.990)**	**(1.294.658)**
Sinistros conhecidos ou avisados	18	(1.686.855)	(1.234.407)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		27.865	(60.251)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**450.465**	**528.699**
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(24.261)**	**(71.021)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(33.082)	(37.314)
Provisão para perdas sobre créditos		18.810	(18.227)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde		(9.989)	(15.480)
Resultado bruto		**426.204**	**457.678**
Despesas de comercialização		**(179.550)**	**(168.502)**
Despesas administrativas	19	**(192.818)**	**(158.070)**
Resultado financeiro líquido	20	**46.862**	**52.339**
Receitas financeiras		52.649	58.380
Despesas financeiras		(5.787)	(6.041)
Resultado patrimonial		**8.915**	**(738)**
Despesas patrimoniais		8.915	(738)
Resultado antes dos impostos e participações		**109.613**	**182.707**
Imposto de renda	10.4	**(16.334)**	**(47.494)**
Contribuição social	10.4	**(11.538)**	**(31.188)**
Impostos diferidos	10.4	**36.977**	**9.864**
Participações no resultado		**(13.001)**	**(6.844)**
Lucro líquido do exercício		**105.717**	**107.045**
Quantidade de ações		16.782	14.075
Lucro líquido por ação - R$		6,30	7,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**374.333**	**53.533**	**6.593**	**–**	**434.459**
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	–	(28.180)	–	–	(28.180)
Aumento de capital - AGE de 30 de dezembro de 2020	16 a	20.000	–	–	–	20.000
Outros resultados abrangentes		–	–	(6.016)	–	(6.016)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	107.045	107.045
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	–	5.352	–	(5.352)	–
Reserva estatutária	16 b	–	49.874	–	(49.874)	–
Dividendos intermediários (R$ 3,68 por ação)	16 c	–	–	–	(51.819)	(51.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**394.333**	**80.579**	**577**	**–**	**475.489**
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16 c	–	(30.000)	–	–	(30.000)
Aumento de capital - AGE de 30 de julho de 2021	16 a	36.000	–	–	–	36.000
Aumento de capital - AGE de 27 de agosto de 2021	16 a	55.000	–	–	–	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	182	–	–	182
Outros resultados abrangentes		–	–	(10.815)	–	(10.815)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	105.717	105.717
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	–	5.286	–	(5.286)	–
Reserva estatutária	16 b	–	75.323	–	(75.323)	–
Dividendos intermediários (R$ 0,72 por ação)	16 c	–	–	–	(12.094)	(12.094)
Dividendos a distribuir (R$ 0,78 por ação)	16 c	–	–	–	(13.014)	(13.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**485.333**	**131.370**	**(10.238)**	**–**	**606.465**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	**105.717**	**107.045**
Outros resultados abrangentes	**(10.815)**	**(6.016)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(17.987)	(10.242)
Efeitos tributários	7.195	4.097
Ajustes de avaliação patrimonial	(38)	215
Efeitos tributários	15	(86)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**94.902**	**76.018**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	2.362.231	1.807.992
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.247.400	1.593.966
(+) Outros recebimentos operacionais	34.129	6.755
(–) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.737.958)	(1.304.456)
(–) Pagamento de comissões	(269.024)	(156.658)
(–) Pagamento de pessoal	(56.968)	(48.168)
(–) Pagamento de serviços terceiros	(37.926)	(24.384)
(–) Pagamento de tributos	(99.985)	(148.745)
(–) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	–	–
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(619)	(1.147)
(–) Aplicações financeiras	(1.251.616)	(1.540.978)
(–) Outros pagamentos operacionais	(128.729)	(104.044)
Caixa líquido das atividades operacionais	**60.935**	**80.133**
Atividades de financiamento		
(–) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(42.094)	(80.000)
(–) Pagamentos de participação no resultado	(12.094)	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(54.188)**	**(80.000)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**6.747**	**133**
Caixa - saldo inicial	**7.653**	**7.520**
Caixa - saldo final	**14.400**	**7.653**
Ativos livres no início do exercício	**7.853**	**153.253**
Ativos livres no final do exercício	**14.400**	**7.853**
Aumento/(redução) nos ativos livres	**6.547**	**(145.400)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Operadora segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19.

Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos os prêmios retidos que totalizaram em 2021 R$ 2.133,0 milhões, aumento de R$ 283,5 milhões ou 15,3% sobre os R$ 1.849,5 milhões em 2020. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 78,6%, um aumento de 7,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que em 2020, diversas cirurgias eletivas foram canceladas no período de pandemia, e retomadas em 2021.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Operadora.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e continuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Operadora reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 2.785, sendo R$ 2.138 referente as despesas dos projetos incorridas em 2020 e R$ 647 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R$ 46.837, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Operadora use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.

A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:16 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.

2.1.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Resolução Normativa n° 472/21

Com a publicação da Resolução Normativa nº 472, de 29 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS, haverá impactos na contabilização da corresponsabilidade cedida, a saber: A Companhia passará a reconhecer esta operação no grupo de sinistros retidos, deixando no grupo de contraprestações apenas a taxa de administração. Com relação a receita de assistência à saúde, na modalidade preço pós estabelecido, o valor cobrado correspondente ao custo dos atendimentos médico hospitalares passará a ser registrado como recuperação de despesa, em sinistros retidos. A Resolução também referendou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.4.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

2.5 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.7 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPNG) é calculada "pro rata" com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

2.8 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado segregando-se entre as modalidades individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos.

Na determinação das estimativas de remissão, é utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS (Experiência do mercado segurador brasileiro) vigentes no momento de realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

Informamos que os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

2.9 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITA

2.10.1 PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.7(a)).

2.10.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 466.091.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.4.1. O valor total de disponível, aplicações e prêmios a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 595.977, para os quais existem R$ 2.808 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 194.150, para as quais existem R$ 195.109 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 10.1). O valor total dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 113.647 (ativo) e R$ 7.060 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 98,2% (98,5% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	21.965	–	13.729	–
Fluxo de 1 a 30 dias	125.649	105.505	168.162	55.368
Fluxo de 2 a 6 meses	12.199	338.946	7.962	223.420
Fluxo de 7 a 12 meses	8.291	14.615	6.702	13.207
Fluxo acima de 1 ano	494.015	15.465	479.637	17.067
Total	**662.119**	**474.531**	**676.191**	**309.062**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGP-M)	51,6%	50,7%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	27,9%	47,9%
Prefixados	19,1%	0,2%
Ações	0,8%	0,7%
Outros	0,6%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realisticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:21 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
Índices de preços	´+ 50 b.p.	(10.312)
	´+ 25 b.p.	(5.242)
	´+ 10 b.p.	(2.118)
	´- 10 b.p.	2.118
	´- 25 b.p.	5.242
	´- 50 b.p.	10.312
Juros pós-fixados	´+ 50 b.p.	(995)
	´+ 25 b.p.	(829)
	´+ 10 b.p.	(663)
	´- 10 b.p.	663
	´- 25 b.p.	829
	´- 50 b.p.	995
Juros pré-fixados	´+ 50 b.p.	(387)
	´+ 25 b.p.	(208)
	´+ 10 b.p.	(96)
	´- 10 b.p.	96
	´- 25 b.p.	208
	´- 50 b.p.	387
Ações	± 34%	92
	± 17%	46
	± 9%	23

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.653)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A necessidade de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 16 (d).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

6.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	158.201	–	158.201	207.211	–	207.211
NTNs-B	107.069	–	107.069	–	32.764	32.764
LTNs	–	–	–	4.630	–	4.630
Ações de companhias abertas	4.451	–	4.451	3.586	–	3.586
Letras financeiras - privadas	–	1.304	1.304	–	756	756
Outros		4.325	4.325	–	3.603	3.603
Total	**269.721**	**5.629**	**275.350**	**215.427**	**37.123**	**252.550**
Aplicações financeiras em garantia			**275.350**			**252.350**
Aplicações financeiras livres			**–**			**200**

6.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	257.200	260.361
Total - não circulante	**257.200**	**260.361**
Aplicações financeiras em garantia	**257.200**	**260.361**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 274.206 (R$ 259.380 em dezembro de 2020).

6.1.3 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	19.408	–
Total - não circulante	**19.408**	**–**
Aplicações financeiras em garantia	**19.408**	**–**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 18.291. Em dezembro de 2020 a Operadora não possuía aplicações classificadas nessa categoria.

6.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devido sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNs-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	716.543	620.778
Passivo circulante	528.528	444.893
Índice de liquidez corrente	**1,36**	**1,40**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

6.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**512.911**	**418.909**
Aplicações	1.247.400	1.593.966
Resgates	(1.233.629)	(1.540.978)
Rendimentos	43.263	51.256
Ajuste a valor de mercado	(17.987)	(10.242)
Saldo final	**551.958**	**512.911**

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

7.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	15.342	11.842
Vencidos de 1 a 30 dias	8.800	5.693
Vencidos de 31 a 60 dias	1.715	2.177
Vencidos de 61 a 120 dias	1.638	362
Vencidos a mais de 120 dias	2.124	731
Total	**29.619**	**20.805**
Provisão para perdas sobre créditos	(2.808)	(9.768)
Total	**26.811**	**11.037**

7.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Referem-se principalmente a valores a receber da co-participação dos beneficiarios e aportes de valores excedentes de sinistralidades. Contempla também os valores dos reajustes aplicados no último trimestre de 2021, líquidos das provisões para perdas.

8. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**78.229**	**72.887**
Constituições	265.669	180.028
Apropriações para despesa	(157.141)	(174.686)
Saldo final	**186.757**	**78.229**
Circulante	85.576	45.444
Não circulante	101.181	32.785

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2020.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Adiantamentos para despesas (i)	30.057	7.555
Contas a receber - Fundação Itaú	16.341	19.909
Transações com partes relacionadas (ii)	3.136	2.322
Outros créditos a receber	107	1.413
Total	**49.641**	**31.199**

(i) Deve-se principalmente a adiantamentos realizados para serviços de tecnologia e inovação sistêmica.

(ii) Vide nota explicativa nº 21.

10. TRIBUTOS

10.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	113.647	68.525
Impostos sobre serviços	2.090	2.090
Imposto de renda	522	4.601
Contribuição social	161	1.232
Outros	1.135	947
Total	**117.555**	**77.395**
Circulante	3.908	8.870
Não circulante	113.647	68.525

(i) Vide nota explicativa nº 10.2.

10.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	30.522	52.004	(4.968)	77.558
PIS e COFINS s/sinistros a liquidar e IBNR	16.172	2.397	(1.434)	17.135
Provisão para riscos sobre créditos	15.206	3.780	(12.543)	6.443
Participação nos lucros	3.131	4.579	(6.818)	892
Outras	3.494	10.970	(2.845)	11.619
Total	**68.525**	**73.730**	**(28.608)**	**113.647**

10.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	91.545
2023	20.492
2024	658
2025	191
2026	180
Após 2026	581
Total	**113.647**
Valor presente (*)	**106.396**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	109.613	182.707
(–) Participações nos resultados	(13.001)	(6.844)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**96.612**	**175.863**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(38.645)**	**(70.345)**
Indébitos tributários (ii)	46.837	–
Inovação tecnológica (iii)	2.785	–
Incentivos fiscais	644	2.027
Outros	(2.516)	(500)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**47.750**	**1.527**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**9.105**	**(68.818)**
Taxa efetiva (D/A)	**-9,4%**	**39,1%**

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40% (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(ii) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

(iii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (*)	167.070	164.074
PIS (*)	24.185	23.766
Sinistros	1.801	1.987
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	881	2.882
Outros	1.172	1.071
Total	**195.109**	**193.780**

(*) Vide nota explicativa nº 15(a).

12. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2021						
	Saldo residual em dezembro de 2020	Baixas/ venda	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações	144.140	(6.615)	(2.795)	145.229	(10.499)	134.730	2,0
Terrenos	44.966	(2.590)	–	42.376	–	42.376	
Total	**189.106**	**(9.205)**	**(2.795)**	**187.605**	**(10.499)**	**177.106**	

Não se observou evidências objetivas de "impairment" para os ativos imobilizados em 2021 e não houve reconhecimento de perdas.

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**399.875**	**292.933**
Constituições decorrentes de prêmios	2.131.742	1.916.027
Amortização pela vigência decorrida	(2.222.535)	(1.904.700)
Aviso de eventos/sinistros	1.780.103	1.372.836
Pagamento de eventos/sinistros	(1.624.899)	(1.277.452)
Outras (constituição/reversão)	1.805	231
Total	**466.091**	**399.875**
Circulante	458.679	393.355
Não circulante	7.412	6.520

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 2.8).

14. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Débitos a pagar	14.308	21.688
Transações com partes relacionadas (*)	11.025	7.564
Participação nos lucros a pagar	10.935	9.702
Encargos trabalhistas	5.459	5.172
Total	**41.727**	**44.126**
Circulante	37.533	40.916
Não circulante	4.194	3.210

(*) Vide nota explicativa nº 21.

15. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**185.318**	**302**	**3.050**	**188.670**
Constituições	–	233	2.838	3.071
Encerramentos êxito/reversões	–	47	(404)	(357)
Pagamentos	–	–	(1.249)	(1.249)
Atualização monetária	3.360	21	634	4.015
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**188.678**	**603**	**4.869**	**194.150**
Quantidade de processos	7	13	275	295

(a) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - Composição por Natureza

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As obrigações legais estão classificadas como probabilidade de perda possível. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (i)	163.611	160.700
PIS (ii)	24.185	23.766
Outras provisões	882	852
Total	**188.678**	**185.318**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Nesta ação, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação da Companhia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 15.083 (R$ 10.593 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 10.595 (R$ 7.771 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 2.080 (R$ 1.497 de possível impacto no lucro líquido).

(b) Provisões para Processos Trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 69 (R$ 2 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados (perda possível), não há constituição de provisão.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:27 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Provisões para Processos Cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível, cujas ações judiciais apresentam objetos diversos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 2.168 (R$ 1.520 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos as perdas são consideradas possíveis e não são provisionadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social era de R$ 485.333, representado por 16.782.336 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As AGEs realizadas em 30 de julho de 2021 e 27 de agosto de 2021, deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 36.000 e R$ 55.000, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 35.991 (R$ 30.705 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 95.198 (R$ 49.874 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Dividendos

A Administração da Companhia aprovou em 30 de abril de 2021 a distribuição de dividendos, no montante de R$ 30.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 28 de dezembro de 2021 a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 12.094 à conta de dividendos antecipados do exercício.

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido	105.717	107.045
(–) Reserva legal - 5%	(5.286)	(5.352)
Lucro básico para determinação do dividendo	**100.431**	**101.693**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**25.108**	**25.423**
Dividendos mínimos obrigatórios	13.014	25.423
Dividendos intermediários	12.094	–
Total de dividendos	**25.108**	**25.423**
Total por ação (R$)	**1,50**	**1,81**

(d) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - (PLA) e margem de solvência

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimônio líquido	606.465	475.489
Despesas diferidas	(186.757)	(78.229)
Intangível	(24.721)	(20.669)
Despesas antecipadas	(191)	–
Receitas operacionais diferidas, efetivamente recebidas	–	2.221
Patrimônio líquido ajustado	**394.796**	**378.812**
Margem de solvência	**352.815**	**352.815**
Suficiência de capital	**41.981**	**25.997**

17. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saúde	2.072.741	1.762.259
Odonto	149.794	142.441
Corresponsabilidade assumida	(89.557)	(55.227)
Total	**2.132.978**	**1.849.473**

17.1 CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA - PRÊMIOS

	Corresponsabilidade cedida em preço pós-estabelecido	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Planos coletivos empresariais depois da Lei (*)	(89.557)	(55.227)

(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadora), que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

18. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odontológicos	Total
Rede contratada	(85.167)	(78.237)	(45.970)	(771.841)	(414.611)	(70.749)	(1.466.575)
Reembolso	(65.322)	(41.838)	(4.708)	(44.712)	(63.089)	(611)	(220.280)
Total em 31 de dezembro de 2021	**(150.489)**	**(120.075)**	**(50.678)**	**(816.553)**	**(477.700)**	**(71.360)**	**(1.686.855)**
Total em 31 de dezembro de 2020	**(94.625)**	**(189.699)**	**(78.880)**	**(622.946)**	**(190.440)**	**(57.817)**	**(1.234.407)**

18.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	1.544.964	1.123.740
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	70.625	55.638
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	69.554	52.398
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.712	2.631
	1.686.855	**1.234.407**

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pessoal	(71.028)	(62.014)
Despesas compartilhadas (*)	(68.657)	(51.440)
Serviços de terceiros	(40.309)	(32.569)
Localização e funcionamento	(10.536)	(6.741)
Publicidade	(879)	(1.387)
Outros	(1.409)	(3.919)
Total	**(192.818)**	**(158.070)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	29.134	18.413
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	14.673	35.501
Variações monetárias dos depósitos judiciais	3.672	2.515
Outras	5.170	1.951
Total de receitas financeiras	**52.649**	**58.380**
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(3.360)	(2.300)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(544)	(2.658)
Outras	(1.883)	(1.083)
Total de despesas financeiras	**(5.787)**	**(6.041)**
Resultado financeiro	**46.862**	**52.339**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e

(iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Serviços Médicos	1.891	1.532
Portomed	1.017	517
Porto Seguro Saúde Ocupacional	200	129
Outros	28	144
Total	**3.136**	**2.322**
Passivo		
Porto Cia	10.694	7.233
Portomed	331	331
Total	**11.025**	**7.564**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	107.630	101.065	(107.947)	(93.671)
Porto Atendimento	24.190	19.294	(15.846)	(10.175)
Serviços Médicos	22.024	18.943	–	–
Portomed	11.026	13.141	–	–
Porto Consórcio	5.370	5.398	–	–
Portoseg	2.139	1.571	–	–
Outras	9.527	9.778	(1.402)	(2.203)
Total	**181.906**	**169.190**	**(125.195)**	**(106.049)**

22. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente

SAMI FOGUEL – CEO - Saúde

MARCELO ZORZO – Diretor de Produto - Saúde

CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI – Diretor de Tecnologia da Informação

FABIO OHARA MORITA – Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA – Diretor

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente

CARLA MARIA MITA NOGUEIRA SCHYMURA – Diretora de Produto

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO – Diretor de Operações

RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN – Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG – Diretora de Recursos Humanos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES – Diretor de Clientes e Digital

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM – Diretor

JAIME SOARES BATISTA – Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:32 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas operacionais

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2021 R$ 2.280,5 milhões, com aumento de R$ 445,0 milhões ou 24,2% em relação ao ano anterior.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 229,0 milhões, registrando aumento de R$ 51,8 milhões ou 29,2% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 15,05 em 2021 e R$ 11,69 em 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Instituição têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Instituição segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**11.762.258**	**8.764.040**
Disponibilidades		226.249	161.177
Caixa e equivalentes de caixa	5	226.249	161.177
Instrumentos financeiros		201.079	61.239
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	6	201.079	61.239
Operações de crédito		2.327.106	1.659.051
Setor privado	7	2.921.728	2.123.420
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(594.622)	(464.369)
Outros créditos		8.976.990	6.841.111
Valores a receber relativos a transação de pagamento	7	8.792.944	6.817.431
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(71.331)	(44.278)
Diversos	8	255.377	67.958
Outros valores e bens		30.834	41.462
Outros valores e bens		35.803	47.409
Provisão para outros valores e bens		(4.969)	(5.947)
Não circulante		**1.689.886**	**1.262.866**
Operações de crédito		1.142.829	976.168
Setor privado	7	1.209.171	1.013.642
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(66.342)	(37.474)
Outros créditos		374.751	286.153
Ativos fiscais diferidos	9	336.372	248.955
Diversos	8	38.379	37.198
Investimento em entidade controlada em conjunto	10	162.432	–
Intangível		9.874	545
Software		22.758	12.051
(–) Amortizações		(12.884)	(11.506)
Total do ativo		**13.452.144**	**10.026.906**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**10.313.358**	**7.768.390**
Depósitos	11	952.089	459.294
Depósitos interfinanceiros		568.632	459.294
Depósitos a prazo		383.457	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	482.855	528.422
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		482.855	528.422
Relações Interfinanceiras		6.862.157	5.328.950
Transações de pagamento	12.2	6.862.157	5.328.950
Outras obrigações		2.016.257	1.451.724
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.615	981
Sociais e estatutárias		8.447	8.605
Fiscais e previdenciárias	12.1.1	120.221	54.931
Provisão para pagamentos a efetuar		56.886	61.639
Diversas	12.3	1.825.088	1.325.568
Não circulante		**1.961.496**	**1.228.810**
Depósitos	11	–	726.262
Depósitos interfinanceiros		–	726.262
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	1.918.842	461.678
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.918.842	461.678
Provisões para impostos e contribuições diferidas		157	840
Outras obrigações		42.497	40.030
Fiscais e previdenciárias	12.1.2	36.823	35.583
Diversas	12.3	5.674	4.447
Patrimônio líquido		**1.177.290**	**1.029.706**
Capital social	13 a	550.000	550.000
Outros resultados abrangentes		(18)	(27)
Reservas de lucros		627.308	479.733
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.452.144**	**10.026.906**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Reservas de Lucros – Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**505.000**	**60.168**	**290.940**	**–**	**(262)**	**–**	**855.846**
Aumento de capital conforme AGE de 31 de janeiro de 2020		45.000	–	–	–	–	–	45.000
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	235	–	235
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	177.160	177.160
Destinações:								
Reserva legal		–	8.858	–	–	–	(8.858)	–
Reserva estatutária		–	–	119.767	–	–	(119.767)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 2,83 por ação)		–	–	–	–	–	(43.064)	(43.064)
Dividendos mínimos (R$ 0,36 por ação)		–	–	–	–	–	(5.471)	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**550.000**	**69.026**	**410.707**	**–**	**(27)**	**–**	**1.029.706**
Saldos em 30 de junho de 2020		**550.000**	**60.168**	**290.940**	**–**	**(262)**	**63.062**	**963.908**
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	235	–	235
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	92.067	92.067
Destinações:								
Reserva legal		–	8.858	–	–	–	(8.858)	–
Reserva estatutária		–	–	119.767	–	–	(119.767)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 1,38 por ação)		–	–	–	–	–	(21.033)	(21.033)
Dividendos mínimos (R$ 0,36 por ação)		–	–	–	–	–	(5.471)	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**550.000**	**69.026**	**410.707**	**–**	**(27)**	**–**	**1.029.706**
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(20.000)	–	–	–	(20.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	346	–	–	346
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	228.951	228.951
Destinações:								
Reserva legal	13 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	13 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 2,83 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,36 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**
Saldos em 30 de junho de 2021		**550.000**	**69.026**	**390.707**	**159**	**(27)**	**124.823**	**1.134.688**
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	187	–	–	187
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	104.128	104.128
Destinações:								
Reserva legal	13 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	13 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 3,10 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,95 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receitas da intermediação financeira		**762.040**	**1.380.900**	**507.797**	**1.114.370**
Operações de crédito	14	748.287	1.360.027	503.220	1.063.022
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.753	20.873	4.577	13.071
Resultado com instrumentos derivativos		–	–	–	38.277
Despesas da intermediação financeira		**(493.433)**	**(784.103)**	**(257.200)**	**(608.065)**
Operações de captação no mercado		(118.711)	(162.272)	(31.374)	(124.548)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(374.722)	(621.831)	(225.826)	(483.517)
Resultado bruto da intermediação financeira		**268.607**	**596.797**	**250.597**	**506.305**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(106.414)**	**(224.851)**	**(112.059)**	**(240.303)**
Receita de prestação de serviços	15	443.080	840.852	365.218	670.531
Despesas com pessoal		(24.578)	(43.766)	(16.087)	(31.395)
Outras despesas administrativas	16	(279.832)	(560.907)	(263.543)	(493.716)
Despesas tributárias		(67.601)	(124.726)	(51.950)	(99.412)
Outras receitas operacionais	17	42.758	58.745	12.370	50.612
Outras despesas operacionais	18	(220.241)	(395.049)	(158.067)	(336.923)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		**162.193**	**371.946**	**138.538**	**266.002**
Imposto de renda	9.2	**(67.042)**	**(126.414)**	**(39.645)**	**(81.564)**
Contribuição social	9.2	**(56.913)**	**(92.475)**	**(25.361)**	**(51.466)**
Ativo fiscal diferido	9.2	**71.392**	**87.424**	**20.100**	**48.393**
Participações nos lucros		**(5.502)**	**(11.530)**	**(1.565)**	**(4.205)**
Lucro líquido do semestre/exercício	20	**104.128**	**228.951**	**92.067**	**177.160**
Quantidade de ações (mil)	20	**15.217**	**15.217**	**15.154**	**15.154**
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	20	**6,84287**	**15,04574**	**6,07556**	**11,69090**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	104.128	228.951	92.067	177.160
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	374.722	621.831	225.826	483.517
Resultado de equivalência patrimonial	5.530	5.530	–	–
Amortizações	1.038	1.378	170	434
Lucro líquido ajustado	**485.418**	**857.690**	**318.063**	**661.111**
Variações de ativos e passivos	**(392.243)**	**(701.799)**	**(440.748)**	**(506.363)**
Variação em títulos e valores mobiliários	(117.984)	(139.840)	307.120	59.273
Variação em operações de crédito	(614.013)	(1.456.547)	(384.032)	(990.863)
Variação em outros créditos	(1.464.640)	(2.164.477)	(2.178.298)	(1.316.444)
Variação em outros valores e bens	2.579	10.628	(4.932)	(26.381)
Variação em investimento de entidade controlada em conjunto	(167.962)	(167.962)	–	–
Variação em depósitos interfinanceiros	(148.142)	(616.924)	263.297	1.076.815
Variação em depósitos a prazo	167.100	383.457	–	–
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	436.901	1.411.597	(421.986)	(346.987)
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	97.918	136.289	28.536	(51.348)
Variação em instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	7.440
Variação em outras obrigações	1.583.650	2.154.551	2.026.409	1.294.853
Caixa consumido pelas operações				
Impostos sobre o lucro pagos	(69.732)	(116.282)	(48.326)	(91.016)
Juros sobre captação de recursos pagos	(97.918)	(136.289)	(28.536)	(121.705)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	**93.175**	**155.891**	**(122.685)**	**154.748**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(54.641)	(80.112)	(17.878)	(54.577)
Aquisição de intangível	(10.707)	(10.707)	–	–
Aumento de capital	–	–	–	45.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(65.348)**	**(90.819)**	**(17.878)**	**(9.577)**
Aumento/(diminuição) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**27.827**	**65.072**	**(140.563)**	**145.171**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	198.422	161.177	301.740	16.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	226.249	226.249	161.177	161.177
Aumento/(diminuição) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**27.827**	**65.072**	**(140.563)**	**145.171**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Campos Elísios - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados.

A Instituição é controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

A Portoseg é dependente da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações de maneira correta e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios da Portoseg e nos últimos anos, foram feitos investimentos e parcerias em sistemas e processos de tecnologia da informação. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados da Instituição é essencial para as suas atividades.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro líquido do semestre/exercício	**104.128**	**228.951**	**92.067**	**177.160**
Outros resultados abrangentes	**9**	**9**	**235**	**235**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	15	15	392	392
Efeitos tributários	(6)	(6)	(157)	(157)
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	**104.137**	**228.960**	**92.302**	**177.395**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:38 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Instituição segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos. A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 29,8% em dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Instituição.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2. OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Instituição reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 2.858, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados as Incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 684 em 2016 e benefícios tributários referente às despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 2.174 em 2020. Em complemento, a Instituição reconheceu o montante de R$ 5.950 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3. OUTRAS INFORMAÇÕES - AQUISIÇÃO CONECTCAR

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 25 de junho de 2021 e 01 de outubro de 2021, a Instituição, assinou, com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa do Grupo Ultra, contrato para a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), no valor de R$ 165.000. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R$ 6.538, devolvidos para a Instituição. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R$ 158.462.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA ("Purchase Price Allocation") que está em fase de elaboração.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção da Resolução BACEN nº 4.747, que dentre outros assuntos, determina que os ativos não financeiros mantidos para venda devem ser avaliados pelo menor valor entre: i) o valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação ou amortização acumulada; ii) e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas. Os impactos não foram materiais e relevantes.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2.4.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Instituição classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Instituição, alocados em carteira própria, referem-se a "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo ("hedge de valor justo"), com as variações registradas em conta de resultado do período, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto do "hedge", na rubrica "Resultado com instrumentos derivativos".

O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3, no mínimo na data de encerramento do período de publicação. No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre o instrumento e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade, que deve manter-se entre 80% e 125%. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Instituição não possuía valores justos de instrumentos derivativos.

2.6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

2.7. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 8).

2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.11. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as instituições financeiras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Instituição possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há o Comitê de Risco Integrado, que tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chaves de riscos.

Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o Conglomerado Prudencial e o relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa à estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (http://ri.portoseguro.com.br), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2022.

Vale destacar que decorrente da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Instituição, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e capital.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

3.1. RISCO DE CRÉDITO

As exposições sujeitas ao risco de crédito constituem parte relevante dos riscos inerentes à Instituição, de tal modo ser fundamental uma análise criteriosa da qualidade da carteira de empréstimos e financiamentos, assim como das contrapartes do portfólio de investimento.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

• Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;

• Simulações de testes de stress;

• Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

3.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basiléia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Capital regulamentar		
Nível I	1.328.447	1.145.770
Capital principal	1.328.447	1.145.770
Nível II	262.745	–
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	262.745	–
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	1.591.192	1.145.770
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	13.009.277	10.238.751
De mercado	12.332	18.824
Operacional	672.232	565.768
Ativos ponderados pelo risco (B)	13.693.841	10.823.343
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	1.369.384	1.001.159
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	221.808	144.611
Índice de capital (A/B)	11,62%	10,59%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Caixa	200.950	161.158
Equivalentes de caixa (*)	25.299	19
	226.249	161.177

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

		Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Títulos para negociação	**Acima de 360 dias**	**Total**	**Total**
Fundos exclusivos			
LFTs	137.092	137.092	179
DI	63.987	63.987	61.060
	201.079	201.079	61.239

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do exercício na rubrica "Resultado com operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) Por tipo de operação

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações de crédito		
Financiamentos	2.098.452	1.798.487
Cartão de crédito (i)	1.581.377	1.095.638
Empréstimos	451.070	242.937
	4.130.899	3.137.062
Títulos e créditos a receber (ii)	8.792.944	6.817.431
	12.923.843	9.954.493
Circulante	11.714.672	8.940.851
Não circulante	1.209.171	1.013.642

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 12.2).

(b) Por setor de atividade

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Setor privado		
Pessoas físicas	12.493.967	9.590.123
Outros serviços (*)	404.153	336.428
Comércio	13.467	15.957
Intermediadores financeiros	11.656	10.993
Indústria	600	992
	12.923.843	9.954.493

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:44 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Por faixa de vencimento

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer		
Até 90 dias	9.150.240	7.392.015
De 91 a 360 dias	892.595	713.907
Acima de 360 dias	1.209.171	1.013.644
Vencidos		
Até 14 dias	628.170	74.064
Acima de 14 dias	1.043.667	760.863
	12.923.843	**9.954.493**

(d) Concentração de crédito

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
1 a 10 maiores devedores	11.931	11.848
11 a 60 maiores devedores	29.229	26.019
61 a 160 maiores devedores	37.404	29.203
Demais devedores	12.845.279	9.887.423
	12.923.843	**9.954.493**

(e) Por Nível de Risco

					Dezembro de 2021			Dezembro de 2020	
Nível de risco	**Provisão mínima requerida (%)**	**Cartão de crédito e títulos e créditos**	**Financiamento**	**Empréstimo**	**Total da carteira**	**Provisão 2.682/99**	**Provisão total (*)**	**Total da carteira**	**Provisão total (*)**
AA	–	–	257.381	17.438	274.819	–	–	179.880	–
A	0,5	8.936.790	1.401.673	319.926	10.658.389	53.292	69.010	8.484.147	42.421
B	1	109.126	104.227	49.470	262.823	2.628	2.628	156.899	1.569
C	3	461.145	119.177	26.386	606.708	18.201	18.201	358.519	10.756
D	10	200.561	65.070	9.003	274.634	27.464	27.464	162.787	16.279
E	30	137.528	46.457	5.385	189.370	56.811	56.811	111.473	33.442
F	50	100.618	35.432	4.432	140.482	70.241	70.241	85.978	42.989
G	70	71.622	19.871	4.101	95.594	66.916	66.916	53.816	37.671
H	100	356.931	49.164	14.929	421.024	421.024	421.024	360.994	360.994
Total		**10.374.321**	**2.098.452**	**451.070**	**12.923.843**	**716.577**	**732.295**	**9.954.493**	**546.121**
Provisão sobre o total da carteira							**5,7%**		**5,1%**

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito. O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão (Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional).

(f) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	546.121	412.340
Constituição de provisão	622.133	483.517
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(435.959)	(349.736)
Saldo final	**732.295**	**546.121**

(g) Informações complementares

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Montante de créditos renegociados	353.806	360.236
Montante de créditos recuperados	141.669	141.565
Montante de créditos baixados como prejuízo	(577.628)	(491.605)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cartão de crédito (i)	232.185	58.180
Depósitos judiciais	36.823	35.583
Outros	24.748	11.393
Total	**293.756**	**105.156**
Circulante	255.377	67.958
Não circulante	38.379	37.198

(i) O aumento deve-se, principalmente, às alterações operacionais relacionadas ao período entre corte e vencimento das faturas. Houve a renovação contratual com as Bandeiras Visa e Mastercard e, como forma de incentivo ao crescimento do negócio cartão de crédito, foram provisionados os saldos a receber destes fornecedores.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	207.765	123.608	(40.765)	290.608
Provisão para programa fidelidade	32.053	8.750	(4.311)	36.492
Provisão para processos judiciais	4.794	1.489	(526)	5.757
Outras provisões	4.343	9.373	(10.201)	3.515
Total	**248.955**	**143.220**	**(55.803)**	**336.372**

9.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	272.250
2023	28.923
2024	32.414
2025	59
2026	2.549
Após 2026	177
Total	**336.372**
Valor presente (*)	**313.582**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	162.193	371.946	138.538	266.002
(–) Participações nos lucros	(5.502)	(11.530)	(1.565)	(4.205)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**156.691**	**360.416**	**136.973**	**261.797**
Alíquota vigente (i)	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(62.676)**	**(144.166)**	**(54.789)**	**(104.719)**
Juros sobre o capital próprio	18.883	18.883	8.414	17.226
Inovação tecnológica (ii)	5.950	8.808	–	–
Incentivos fiscais	4.545	4.899	2.279	2.789
Majoração alíquota CSLL (i)	(14.889)	(14.889)	–	–
Outros	(4.376)	(5.000)	(810)	67
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**10.113**	**12.701**	**9.883**	**20.082**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(52.563)**	**(131.465)**	**(44.906)**	**(84.637)**
IRPJ e CSLL correntes	(123.955)	(218.889)	(65.006)	(133.030)
IRPJ e CSLL diferidos	71.392	87.424	20.100	48.393

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das instituições financeiras.

(ii) Benefício fiscal utilizado da Lei do Bem referente aos projetos realizados com inovações tecnológicas. Vide nota explicativa 1.2.

10. INVESTIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO

	Investimento inicial	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros	Saldos em dezembro de 2021
ConectCar (i)	165.000	(5.530)	9.500	(6.538)	162.432
	165.000	**(5.530)**	**9.500**	**(6.538)**	**162.432**

(i) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. Vide nota explicativa 1.3.

11. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Recursos de letras financeiras (i)	482.855	–	375.151	1.543.691	2.401.697	990.100
Depósitos interfinanceiros - DI	23.223	545.409	–	–	568.632	1.185.556
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	–	383.457	–	–	383.457	–
Total	**506.078**	**928.866**	**375.151**	**1.543.691**	**3.353.786**	**2.175.656**
Circulante					1.434.944	987.716
Não circulante					1.918.842	1.187.940

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1.1. CIRCULANTE

Refere-se, principalmente, a provisões de imposto de renda e contribuição social, líquidas de adiantamentos.

12.1.2. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais de naturezas tributárias. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

A Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, o saldo da provisão é de R$ 36.823 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 35.583 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

Adicionalmente, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 9.151 (R$ 5.262 de possível impacto no lucro líquido). A principal refere-se à discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 1.346 (R$ 969 de possível impacto no lucro líquido).

12.2. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

12.3. DIVERSAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações com cartão de crédito	1.729.134	1.243.613
Programa de incentivo - cartão de crédito	91.229	80.132
Provisões para processos judiciais (i)	4.743	3.788
Outras	5.656	2.482
	1.830.762	**1.330.015**
Circulante	1.825.088	1.325.568
Não circulante	5.674	4.447

(i) Vide nota explicativa nº 12.3.1.

12.3.1. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS - CÍVEIS E TRABALHISTAS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 1.154 (R$ 913 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Instituição, as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 550.000 dividido em 15.217.403 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 26 de fevereiro de 2021 e 30 de março de 2021, a distribuição de dividendos, sendo R$ 5.471 relativos ao complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2020 e R$ 20.000 intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição de 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, aprovou a distribuição de R$ 47.208 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, pagos na mesma data de aprovação.

Adicionalmente, a ATA de Reunião de Diretoria de 28 de dezembro de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de dividendos antecipados do exercício, no total de R$ 14.514, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	228.951	177.160
(–) Reserva legal - 5%	(11.448)	(8.858)
Lucro básico para determinação do dividendo	**217.503**	**168.302**
Dividendos mínimos obrigatórios	**54.376**	**42.076**
JCP distribuídos - líquido	40.127	36.605
Dividendos mínimos e intermediários	14.514	5.471
Total de dividendos e JCP	**54.641**	**42.076**
Total por ação (R$)	**3,59**	**2,78**

14. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Cartão de crédito	504.537	901.060	320.381	717.240
Financiamentos	187.146	358.798	144.448	265.430
Empréstimos	50.759	89.248	33.473	70.178
Juros de mora	5.845	10.921	4.918	10.174
	748.287	**1.360.027**	**503.220**	**1.063.022**

15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receita de "interchange" (*)	278.617	503.744	200.078	367.122
Tarifas - "private label"	148.633	305.062	146.362	264.724
Outras	15.830	32.046	18.778	38.685
	443.080	**840.852**	**365.218**	**670.531**

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Processamento de dados	192.017	367.152	171.630	321.219
Comissões	45.675	109.695	51.660	95.623
Custo corporativo	14.977	27.973	11.169	22.288
Divulgações e publicidade	11.399	14.393	3.706	9.394
Infraestrutura e comunicação	4.836	9.368	4.017	8.126
Outras	10.928	32.326	21.361	37.066
	279.832	**560.907**	**263.543**	**493.716**

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receitas de incentivo - cartão de crédito	31.948	43.088	2.103	7.143
Receita de variação cambial	5.112	6.832	4.279	33.045
Outras	5.698	8.825	5.988	10.424
	42.758	**58.745**	**12.370**	**50.612**

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Programa de fidelização	74.037	126.579	38.977	103.903
Despesas bancárias e de cobrança	39.117	73.015	30.170	62.540
Desconto concedido	38.704	67.582	34.996	59.530
Certificações	22.162	50.631	29.222	53.723
Perdas com fraude	8.366	14.962	7.689	12.127
Fretes	6.855	12.440	6.174	11.945
Despesas com recuperação	7.675	12.432	4.164	7.923
Promoções	1.422	2.520	1.367	2.660
Despesas internacionais	560	1.276	138	392
Outras despesas	21.343	33.612	5.170	22.180
	220.241	**395.049**	**158.067**	**336.923**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia, Azul e Porto Conecta;
(iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;
(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;
(vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;
(vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Investimentos.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Grupo Porto Seguro "private label"	1.607.688	1.208.903
Porto Cia	10.537	6.810
Portopar	69	–
Itaú Unibanco		
Depósitos interfinanceiros	545.409	664.751
Letras financeiras	743.640	281.848
	2.907.343	**2.162.312**

	Receitas			
	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Porto Cia	3.784	7.299	3.268	6.158
Azul	2.301	4.280	1.700	3.192
Outras	338	653	–	–
	6.423	**12.232**	**4.968**	**9.350**

	Despesas			
	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Porto Cia	60.228	109.221	45.492	89.558
Porto Atendimento	19.909	65.985	41.035	81.298
Crediporto	24.718	62.421	25.662	56.881
Itaú Unibanco	41.760	59.133	11.567	24.900
Outras	2.646	4.139	1.611	3.636
	149.261	**300.899**	**125.367**	**256.273**

20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:50 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro atribuível aos acionistas da Instituição	104.128	228.951	92.067	177.160
Média ponderada do número de ações durante o período	15.217	15.217	15.154	15.154
Lucro básico e diluído (R$)	**6,84287**	**15,04574**	**6,07556**	**11,69090**

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Instituição abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente

CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – CEO - Negócios Financeiros

TIAGO VIOLIN – Diretor de Negócio

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria

DANIEL MENDES CASSIANO – Diretor de Negócio

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA – Diretor de Negócio

RICARDO KAORU INADA – Diretor de Negócio

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON – Diretor de Negócio

NELSON SANTOS AGUIAR – Diretor de Negócio

JOSÉ JÚLIO CARVALHO DE MELO – Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

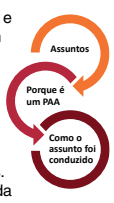
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa (Notas 2.6, 3.1 e 7) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição mantém modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito. O resultado obtido desse modelo interno é comparado ao resultado apurado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e se necessário utilizado de modo incremental para complemento da provisão. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois a aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, que incluem processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito. Testamos a aderência aos requisitos da referida norma, a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração, bem como em bases amostrais: (i) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (ii) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras da Instituição. Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Instituição. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Instituição.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Instituição.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Cartão de Crédito que dá até 10% de desconto no seguro do carro?

Quem tem Porto, tem

☑ Cartão de Crédito

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

PORTO SEGURO

Produto sujeito a análise de crédito, consulte condições no site: www.portoseguro.com.br/cartao. Portoseg S.A Crédito, Financiamento e Investimento. CNPJ: 04.862.600/0001-10 SAC: 0800 727 2769 (Informações, reclamações e cancelamento | 0800 701 5582 exclusivo para deficientes auditivos).Ouvidoria: 0800 727 1184 (horário de atendimento das 8h15 às 18h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados).

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741672
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:04:58 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 30,6 milhões, aumento de R$ 3,4 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 26,4 milhões, com aumento de 24,8% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 0,58 em 2021 e R$ 0,75 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**413.936**	**493.049**
Disponível		560	1.664
Caixa e bancos		560	1.664
Equivalentes de caixa	6	249.117	95.219
Aplicações financeiras	7	144.520	381.283
Outros créditos operacionais		394	–
Títulos e créditos a receber		1.815	2.743
Créditos tributários e previdenciários		1.815	2.743
Custo de aquisição diferidos	8	17.355	12.140
Capitalização		17.355	12.140
Despesas antecipadas		175	–
Não circulante		**836.276**	**550.137**
Realizável a longo prazo		836.276	550.137
Aplicações financeiras	7	810.075	546.741
Títulos e créditos a receber		20.684	126
Créditos tributários e previdenciários		20.662	120
Depósitos judiciais e fiscais		22	6
Custo de aquisição diferidos	8	5.517	3.270
Capitalização		5.517	3.270
Total do ativo		**1.250.212**	**1.043.186**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**914.674**	**685.850**
Contas a pagar		9.513	7.664
Obrigações a pagar		7.808	7.284
Impostos e encargos sociais a recolher		148	124
Encargos trabalhistas		16	14
Impostos e contribuições		1.521	226
Outras contas a pagar		20	16
Débitos de operações com capitalização		6.710	4.370
Débitos operacionais		505	309
Outros débitos operacionais		6.205	4.061
Depósitos de terceiros	10	2.377	51
Provisões técnicas - capitalização	9.1	896.074	673.765
Provisão para resgates		858.307	642.214
Provisão para sorteio		2.596	1.539
Provisão administrativa		35.171	30.012
Não circulante		**195.992**	**249.721**
Contas a pagar		10	5.684
Tributos diferidos		10	5.684
Provisões técnicas - capitalização	9.1	195.506	243.721
Provisão para resgates		186.609	237.476
Provisão para sorteio		396	506
Provisão administrativa		8.501	5.739
Outros débitos		476	316
Provisões judiciais		476	316
Patrimônio líquido	**11**	**139.546**	**107.615**
Capital social		81.000	18.900
Aumento de capital (em aprovação)		34.000	45.100
Reservas de lucros		55.240	35.089
Ajustes de avaliação patrimonial		(30.694)	8.526
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.250.212**	**1.043.186**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		**13.900**	**5.000**	**18.943**	**1**	**–**	**37.844**
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAT nº 221		5.000	(5.000)	–	–	–	–
AGE de 30 de dezembro de 2020		–	45.100	–	–	–	45.100
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	8.525	–	8.525
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	21.175	21.175
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		–	–	1.059	–	(1.059)	–
Reservas estatutárias		–	–	15.087	–	(15.087)	–
Dividendos mínimos		–	–	–	–	(5.029)	(5.029)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		**18.900**	**45.100**	**35.089**	**8.526**	**–**	**107.615**
Aumento de Capital:	11 a						
Portaria SUSEP/CGRAT nº 138		45.100	(45.100)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 529		6.000	–	–	–	–	6.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 560		7.000	–	–	–	–	7.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 572		4.000	–	–	–	–	4.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
AGE de 30 de novembro de 2021		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(39.220)	–	(39.220)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	26.428	26.428
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b (i)	–	–	1.321	–	(1.321)	–
Reservas estatutárias	11 b (ii)	–	–	18.830	–	(18.830)	–
Dividendos mínimos	11 d	–	–	–	–	(6.277)	(6.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**81.000**	**34.000**	**55.240**	**(30.694)**	**–**	**139.546**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

O grupo Porto Seguro continua com um Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes e beneficiários, minimizar o risco para os seus colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime "home office" para parte substancial dos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da realização dos impostos diferidos, e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ção)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita líquida com títulos de capitalização		**67.279**	**60.012**
Arrecadação com títulos de capitalização	12	873.325	870.472
Variação da provisão para resgate		(806.046)	(810.460)
Variação das provisões técnicas		**(7.922)**	**(10.154)**
Resultado com sorteio		**(3.270)**	**(2.656)**
Custos de aquisição	**13**	**(22.871)**	**(23.918)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(89)**	**(1.223)**
Despesas administrativas	**14**	**(13.641)**	**(11.492)**
Despesas com tributos		**(3.461)**	**(3.005)**
Resultado financeiro	**15**	**30.625**	**27.257**
Resultado operacional		**46.650**	**34.821**
Resultado antes dos impostos e participações		**46.650**	**34.821**
Imposto de renda	**16**	**(11.661)**	**(8.370)**
Contribuição social	**16**	**(8.546)**	**(5.274)**
Participações sobre o lucro		**(15)**	**(2)**
Lucro líquido do exercício		**26.428**	**21.175**
Quantidade de ações		45.229	28.360
Lucro líquido por ação - R$		0,58	0,75

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	**26.428**	**21.175**
Outros resultados abrangentes	**(39.220)**	**8.525**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(65.367)	14.187
Efeitos tributários	26.147	(5.674)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	–	20
Efeitos tributários	–	(8)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**(12.792)**	**29.700**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021

(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Notas explicativas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício		26.428	21.175
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(26.571)	(212.785)
Créditos tributários e previdenciários		929	(2.733)
Ativo fiscal diferido		(20.543)	23
Despesas antecipadas		(175)	–
Custo de aquisição diferidos		(7.462)	(2.651)
Impostos e contribuições		21.426	15.586
Outros ativos		(410)	33
Outras contas a pagar		2.894	7.145
Depósitos de terceiros		2.326	(3.004)
Provisões técnicas - capitalização		174.094	133.990
Provisões judiciais		160	87
Outros passivos		(46.142)	11.302
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(20.131)	(16.404)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		**106.823**	**(48.236)**
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11d	(5.029)	(2.124)
Aumento de capital		51.000	45.100
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**45.971**	**42.976**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**152.794**	**(5.260)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**96.883**	**102.143**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**249.677**	**96.883**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:05 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 PROVISÕES TÉCNICAS

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, emitidos na forma de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pró rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

As provisões para resgate são atualizadas monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada 0,35% a 0,55% ao ano para a modalidade instrumentos de garantia. Adicionalmente, as taxas de carregamento dos principais produtos são de 5,92%, 6,25%, 7,75%, 8,78% e 9,67%, dependendo do plano contratado.

2.7 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.6 (c)).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

2.8 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. No encerramento do exercício, qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O valor total de caixa, equivalentes de caixa e aplicações, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 1.204.272.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que decorrente da pandemia da COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Companhia, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 100,0% (82,2% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	249.677	–	117.691	–
Fluxo de 0 a 30 dias	288.105	60.535	117.383	78.985
Fluxo de 31 a 180 dias	–	299.356	2.664	333.320
Fluxo de 181 a 360 dias	35.316	346.011	24.496	382.721
Fluxo acima de 360 dias	984.770	433.311	873.660	132.207
	1.557.868	**1.139.213**	**1.135.894**	**927.233**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prefixados	88,4%	56,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	11,5%	30,6%
Inflação (IPCA/IGPM)	–	10,4%
Outros	0,1%	2,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(146.573)
	+ 25 b.p.	(78.835)
	+ 10 b.p.	(34.165)
	– 10 b.p.	34.165
	– 25 b.p.	78.835
	– 50 b.p.	146.573
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.471)
	+ 25 b.p.	(1.226)
	+ 10 b.p.	(980)
	– 10 b.p.	980
	– 25 b.p.	1.226
	– 50 b.p.	1.471

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 11 (C).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	249.117	95.219
	249.117	**95.219**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
Fundos exclusivos		
LFTs	144.520	191.603
NTNs - B	–	103.224
Títulos privados	–	63.984
Cotas de fundos	–	22.472
	144.520	**381.283**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	**15%**	**41%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - F	358.324	430.647
	358.324	**430.647**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria..	**38%**	**46%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2021 era de R$ 409.504 (R$ 416.460 em dezembro de 2020).

7.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - F	451.751	116.094
	451.751	**116.094**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**47%**	**13%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 409.642 (R$ 123.042 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**1.023.243**	**817.246**
Aplicações	823.186	832.032
Resgates	(655.350)	(713.515)
Rendimentos	78.000	73.293
Ajuste a valor de mercado	(65.367)	14.187
Saldo final	**1.203.712**	**1.023.243**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,10	1,86
Fundos exclusivos		
NTNs - F	7,96	7,57
LFTs (SELIC + Ágio/ Deságio)	0,16	0,09
NTNs - B	–	1,33

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**15.410**	**12.758**
Constituição	30.317	26.570
Apropriação para despesa	(22.855)	(23.918)
Saldo final	**22.872**	**15.410**
Circulante	17.355	12.140
Não circulante	5.517	3.270

9. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

9.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**917.486**	**783.496**
Constituições	898.977	899.399
Atualizações	46.140	45.027
Receita diferida	(56.844)	(49.922)
Cancelamentos	(25.652)	(28.927)
Pagamentos/resgates	(688.527)	(731.587)
Saldo final	**1.091.580**	**917.486**
Circulante	896.074	673.765
Não circulante	195.506	243.721

9.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	**1.091.580**	**917.486**
Necessidade de ativos líquidos (*) (B)	**–**	**11.700**
Cotas de fundos de investimento	813.461	526.642
Títulos de renda fixa - públicos	358.324	430.647
Total de ativos oferecidos em garantia (C)	**1.171.785**	**957.289**
Excedente (C - A - B)	**80.205**	**28.103**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

10. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 115.000, dividido em 45.228.724 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As Portarias SUSEP/CGRAT nsº 138, 529, 560 e 572 aprovaram aumento de capital no montante total de R$ 62.100.

As AGEs realizadas em 29 de outubro, 30 de novembro e 28 de dezembro de 2021, deliberaram aumento de capital nos montantes de R$ 12.000, R$ 10.000 e R$ 12.000, respectivamente. Todas estão em fase de aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo era de R$ 4.796 (R$ 3.475 em dezembro de 2020).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 50.444 (R$ 31.614 em 31 de dezembro de 2020).

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:11 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**139.546**
(+/–) Ajustes contábeis	**(35.241)**
Despesas antecipadas	(175)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(12.194)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(22.872)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(21.416)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(23.160)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.744
PLA de nível 1	72.679
PLA de nível 2	1.744
PLA de nível 3	8.467
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**82.890**
Capital base (I)	**10.800**
Capital de risco (II)	**56.450**
Capital de risco de mercado	49.192
Capital de risco de subscrição	5.587
Capital de risco operacional	5.177
Capital de risco de crédito	1.283
Benefício da diversificação	(4.789)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**56.450**
Suficiência de capital	**26.440**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO realizada em 31 de março de 2021, deliberou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$ 5.029.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	26.428	21.175
(–) Reserva legal	(1.321)	(1.059)
Lucro básico para determinação do dividendo	**25.107**	**20.116**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**6.277**	**5.029**
Dividendos mínimos obrigatórios	6.277	5.029
Total de dividendos	**6.277**	**5.029**
Total por ação (R$)	**0,13877**	**0,32692**

12. ARRECADAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Instrumento de garantia	866.130	865.390
Incentivo	7.195	6.843
Tradicional (*)	–	(1.761)
	873.325	**870.472**

(*) Em meados de maio de 2019 esse produto deixou de ser comercializado, e as movimentações devem-se a cancelamentos do período.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas de comercialização	(30.332)	(26.570)
Variação das despesas diferidas	7.461	2.652
	(22.871)	**(23.918)**

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas com estrutura compartilhada (*)	(10.185)	(9.734)
Serviços de terceiros	(2.587)	(270)
Localização e funcionamento	(276)	(367)
Pessoal	(147)	(416)
Publicidade	(124)	(119)
Outras	(322)	(586)
	(13.641)	**(11.492)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 17).

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	50.792	68.504
Juros de títulos disponíveis para a venda	27.208	7.709
Outras	74	45
Total de receitas financeiras	**78.074**	**76.258**
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(46.140)	(45.027)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	–	(1.563)
Outras	(1.309)	(2.411)
Total de despesas financeiras	**(47.449)**	**(49.001)**
Resultado financeiro	**30.625**	**27.257**

16. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes dos impostos e participações	46.650	34.821
(–) Participações nos resultados	(15)	(2)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**46.635**	**34.819**
Alíquota vigente (*)	40%	40%
IRPJ E CS (a taxa nominal) (B)	**(18.654)**	**(13.928)**
Benefícios fiscais	–	318
Outros	(1.553)	(34)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(1.553)**	**284**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(20.207)**	**(13.644)**
Taxa efetiva (D/A)	**43,3%**	**39,2%**

(*) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.;

(ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg, Porto Vida, Porto Cia, Porto Consórcio e Itaú Auto e Residência.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	1.003	1.174
Itaú Auto e Residência	–	185
	1.003	**1.359**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia	7.282	6.198	(11.296)	(10.478)
Outras	61	770	(1.331)	(1.068)
	7.343	**6.968**	**(12.627)**	**(11.546)**

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Porto Seguro Capitalização S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO CEO-Negócios Financeiros Diretor de Produto - Capitalização

CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente Vendas e Marketing

FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria

NELSON SANTOS AGUIAR Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN Diretor de Negócios

CAROLINA HELENA ZWARG Diretora de Pessoal e Sustentabilidade

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração das provisões técnicas de contratos de capitalização (PR e PDA - Notas 2.6 e 9)

A Companhia possui obrigações decorrentes de seus títulos de capitalização que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão para Resgates (PR) e (ii) Provisão para Despesas Administrativas (PDA).

As provisões técnicas de contratos de capitalização são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Companhia avalia mensalmente a necessidade de constituição da Provisão para Despesas Administrativas (PDA), no qual a Companhia deverá projetar o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e compará-lo com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, considerando os títulos vigentes na data-base de cálculo. A Companhia deve manter nota técnica atuarial, contendo o detalhamento da metodologia e das premissas consideradas no cálculo da provisão.

Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas da Companhia.

Efetuamos também, reconciliação dos registros de arrecadações recebidas e realizamos o cruzamento com o relatório gerencial de provisões matemáticas de capitalização. Adicionalmente, efetuamos testes documentais das arrecadações e resgates no exercício em análise, com o objetivo de comprovar a existência e o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Com o auxílio de nossos especialistas, testamos a metodologia e a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração na determinação da Provisão para Despesas Administrativas (PDA), em relação à experiência histórica da Companhia e realizamos o recálculo independente. Para a Provisão para Resgates (PR), efetuamos a revisão da metodologia, contemplando uma análise de movimentação dos fluxos dessa provisão.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:17 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCCBCF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **Porto Seguro Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147

Quem tem Porto, tem

Cartão de crédito com Tag Porto Seguro ConectCar sem mensalidade

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

1. Oferta válida por tempo indeterminado para clientes Porto Seguro Cartões, podendo ser cancelada pela PortoSeg SA sem aviso prévio, limitada a contratação de duas tags por CPF. 2. Será cobrado R$ 8,90 pelo envio e ao usar a tag em até 90 dias, o valor será revertido em crédito na fatura em até 30 dias. 3. Basta informar no caixa de estacionamentos sem cancela que possui a Tag Porto Seguro ConectCar para ter o valor debitado automaticamente na fatura.

PORTO SEGURO

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:23 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Av. Rio branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• **Receitas líquidas:** As receitas de prestação de serviços totalizaram R$ 172,9 milhões em 2021, com aumento de R$ 66,0 milhões, ou 61,8%, em relação ao ano anterior.

• **Investimentos:** A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 680,4 milhões em 2021, sendo R$ 680,0 milhões em veículos e equipamentos locados a terceiros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**77.801**	**326.107**
Disponível		4.925	11.299
Realizável		72.876	314.808
Aplicações	4	7.414	273.450
Contas a receber de clientes	5	40.247	23.744
Impostos e contribuições a recuperar		2.586	1.298
Despesas antecipadas		1.479	2.802
Bens à venda	6	17.449	11.213
Outros créditos		3.701	2.301
Não circulante		**1.001.278**	**464.443**
Realizável a longo prazo		22.094	7.168
Aplicações		11.398	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9.241	6.763
Outros valores e bens		1.455	405
Imobilizado	8	968.474	451.922
Intangível	9	4.253	5.353
Ativo de direito de uso	10	6.457	–
Total do ativo		**1.079.079**	**790.550**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**425.191**	**674.263**
Contas a pagar		19.204	15.156
Obrigações a pagar	11	16.181	13.290
Impostos e encargos sociais a recolher		614	527
Encargos trabalhistas		932	699
Impostos e contribuições		1.477	640
Empréstimos e financiamentos	12	404.486	659.107
Passivo de arrendamento	14	1.501	–
Não circulante		**472.699**	**816**
Obrigações a pagar	11	9.420	801
Empréstimos e financiamentos	12	456.975	–
Tributos diferidos		15	15
Passivo de arrendamento	14	6.289	–
Patrimônio líquido	**15**	**181.189**	**115.471**
Capital social		184.250	134.250
Ajustes de avaliação patrimonial		(16)	(59)
Prejuízos acumulados		(3.045)	(18.720)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.079.079**	**790.550**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**81.050**	**(88)**	**(22.993)**	**57.969**	**335**
Aumento de capital	15	53.200	–	–	53.200	–
Ganhos e perdas atuariais		–	29	–	29	29
Lucro líquido do exercício		–	–	4.273	4.273	4.273
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**134.250**	**(59)**	**(18.720)**	**115.471**	**4.302**
Aumento de capital	15	50.000	–	–	50.000	–
Ganhos e perdas atuariais		–	43	–	43	43
Lucro líquido do exercício		–	–	15.675	15.675	15.675
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**184.250**	**(16)**	**(3.045)**	**181.189**	**15.718**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto para informação sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas líquidas de serviços prestados	16	172.859	106.857
Receitas/(despesas) operacionais	17	(76.151)	(45.574)
Despesas administrativas	18	(72.415)	(43.619)
Despesas comerciais		(8.826)	(4.395)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**15.467**	**13.269**
Receitas financeiras		8.009	3.373
Despesas financeiras		(40.190)	(14.079)
Resultado operacional		**(16.714)**	**2.563**
Ganhos com ativos não correntes		35.248	3.536
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**18.534**	**6.099**
Imposto de renda e contribuição social		(2.859)	(1.826)
Lucro líquido do exercício		**15.675**	**4.273**
Quantidade de ações (mil)		187.332	134.250
Lucro líquido por ação - R$		0,08	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.675	4.273
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	19.662	10.669
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	254.638	(268.704)
Contas a receber de clientes	(16.503)	(10.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.478)	(594)
Outros ativos	(8.651)	(3.251)
Obrigações a pagar	11.510	6.659
Empréstimos e financiamentos	(83.322)	13.376
Operações de arrendamento	(1.219)	–
Outros passivos	1.200	(87)
Caixa consumido pelas operações:		
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.639)	(11.373)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**177.873**	**(259.924)**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(680.304)	(312.821)
Aquisição de intangível	(63)	(160)
Alienação de imobilizado	147.805	158.367
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(532.562)**	**(154.614)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	53.200
Aquisição de empréstimos	460.000	538.500
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(161.685)	(169.500)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**348.315**	**422.200**
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	**(6.374)**	**7.662**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	11.299	3.637
Saldo final de caixa e equivalentes	4.925	11.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1448 - Térreo, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público-alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. A Mobitech é uma controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção em 1 de janeiro de 2021 ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A nota explicativa nº 2.2 apresenta os impactos de acordo com a adoção.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

2.2 ADOÇÃO INICIAL DA IFRS 16

A adoção inicial da IFRS 16 (vide nota explicativa nº 2) em 1 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Ativo não circulante	
Ativo de direito de uso	9.009
Total ativo	**9.009**
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	(1.689)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	470
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	(8.378)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	588
Total passivo	**(9.009)**

As notas explicativas nº 10 e 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Recebíveis (Clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

• **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

2.5 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

2.6 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

2.7 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9.

2.8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos.

2.9 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações e (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação.

3.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.4.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 70.077 para os quais existem R$ 6.093 de provisão para risco de crédito.

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:28 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Av. Rio branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 353.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende cotas de um único fundo de investimentos composto por títulos públicos e privados de renda fixa e debêntures. As cotas deste fundo foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Locação	44.359	26.172
Seminovos	1.981	1.882
Provisão para risco de crédito	(6.093)	(4.310)
	40.247	**23.744**

6. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IRPJ sobre base negativa	2.992	4.867
Diferenças temporárias	5.069	3.134
CSLL sobre base negativa	1.180	1.882
Redução ao valor recuperável	–	(3.120)
	9.241	**6.763**

8. IMOBILIZADO - VEÍCULOS

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Baixas/ venda	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Veículos e equipamentos locados a terceiros	449.658	680.035	(140.701)	(15.582)	(7.104)	983.790	(17.484)	966.306	3,0
Móveis, máquinas e utensílios	–	32	–	(3)	–	32	(3)	29	10,0
Outras imobilizações	2.264	237	–	(362)	–	2.710	(571)	2.139	20,0
	451.922	**680.304**	**(140.701)**	**(15.947)**	**(7.104)**	**986.532**	**(18.058)**	**968.474**	

9. INTANGÍVEL

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Despesas de depreciação	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Software	5.353	63	(1.163)	6.861	(2.608)	4.253	20,0
	5.353	**63**	**(1.163)**	**6.861**	**(2.608)**	**4.253**	

10. ATIVO DE DIREITO DE USO

	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Dezembro de 2021: Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso (*)	9.009	(2.552)	9.009	(2.552)	6.457	20,0
	9.009	(2.552)	9.009	(2.552)	6.457	

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1/1/2021.

Refere-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2).

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Referem-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e benefícios a pagar.

12. PASSIVO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Empréstimos bancários	861.461	659.107
	861.461	**659.107**
Circulante	404.486	659.107
Não circulante	456.975	–

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 36.936 (R$ 14.033 em dezembro de 2020) como despesas financeiras.

12.1 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Papel/ Moeda	Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
CCB - capital de giro - BRL							
	160.000	Itaú	2021	2023	CDI + 1,55%	163.577	–
	200.000	Safra	2021	2023	CDI + 1,65%	200.248	–
	39.000	Itaú	2021	2023	CDI + 1,95%	40.778	–
	28.500	Bradesco	2021	2023	CDI + 2,02%	29.850	–
	21.500	Bradesco	2021	2023	CDI + 2,02%	22.522	–
	39.000	Itaú	2020	2021	CDI + 2,90%	–	40.115
	200.000	Safra	2020	2021	CDI + 1,90%	–	200.090
	160.000	Safra	2020	2021	CDI + 1,90%	–	161.383
	21.500	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,35%	–	22.037
	28.500	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,35%	–	29.206
Debêntures - capital de giro - BRL							
	400.000	Investidores	2021	2023/24	CDI + 1,31%	404.486	–
Nota promissória - capital de giro - BRL							
	94.000	Itaú	2019	2021	CDI + 0,51%	–	97.622
	100.000	Itaú	2019	2021	105,9% CDI	–	108.654
					Total	**861.461**	**659.107**

12.2 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**659.107**	**288.104**
Aquisição/constituição	549.000	538.500
Atualização monetária/juros	10.972	2.003
Liquidação/reversão	(357.618)	(169.500)
Saldo final	**861.461**	**659.107**
Circulante	404.486	659.107
Não circulante	456.975	–

13. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Adicionalmente às provisões registradas (vide nota explicativa nº 3.2), existem passivos contingentes para processos judiciais cíveis, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (danos morais, materiais e corporais), no montante em riscos de R$ 53 para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos.

Existem ainda passivos contingentes trabalhistas, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos), no montante de R$ 105 para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão.

Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**10.067**	**(1.058)**	**9.009**
Apropriação dos juros	–	470	470
Pagamentos	(1.689)	–	(1.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.378**	**(588)**	**7.790**
Circulante			1.501
Não circulante			6.289

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 2).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 184.250 representado por 187.332.331 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

A AGE de 11 de outubro de 2021 aprovou aumento de capital no montante de R$ 50.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias sem valor nominal.

16. RECEITA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita de serviços	190.486	117.749
COFINS	(14.477)	(8.949)
PIS	(3.143)	(1.943)
Impostos sobre serviços	(7)	–
	172.859	**106.857**

17. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Localização e funcionamento	(58.071)	(29.328)
Depreciação	(15.532)	(9.355)
Provisão para devedores duvidosos	(2.548)	(6.891)
	(76.151)	**(45.574)**

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Custos corporativos	(20.533)	(15.011)
Serviços de terceiros	(19.851)	(7.994)
Pessoal	(15.825)	(12.091)
Localização e funcionamento	(7.805)	(3.592)
Publicidade	(6.301)	(3.526)
Outras	(2.100)	(1.405)
	(72.415)	**(43.619)**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	1.053	1.363
Portoseg	53	–
	1.106	**1.363**

Demonstração do resultado	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	2.413	367	(21.002)	(16.264)
Porto Atendimento	–	–	(2.601)	(1.888)
Porto Serviços	–	–	(1.298)	(2.413)
Porto Saúde	–	–	(926)	(981)
Portoseg	–	–	(630)	–
Proteção e Monitoramento	–	–	(1)	(2)
	2.413	**367**	**(26.458)**	**(21.548)**

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN – Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG – Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mobitech Locadora de Veículos S.A. (companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e/ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de fevereiro de 2022

Atenciosamente,

consulcamp

Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Carlos Cristiano Poltronieri
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:34 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF nº 09.436.686/0001-32

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 12º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas líquidas

As receitas de prestação de serviços e de comércio totalizaram R$ 60,9 milhões em 2021, com aumento de R$ 16,4 milhões, ou 36,9%, em relação ao ano anterior.

• Investimentos

No ano de 2021 a Companhia investiu um total de R$ 128,5 milhões, montante totalmente destinado a investimentos em controladas e coligadas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**18.069**	**13.051**
Caixa e equivalentes de caixa		2.469	212
Realizável		15.600	12.839
Aplicações	3	1.473	667
Contas a receber de clientes	4	7.070	5.616
Títulos e créditos a receber	5	2.322	5.545
Impostos e contribuições a recuperar		2.219	132
Estoque		1.181	879
Despesas antecipadas		1.335	–
Não circulante		**681.798**	**143.998**
Realizável a longo prazo		45.576	694
Aplicações		2.269	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		42.724	–
Outros valores e bens		305	379
Contratos de mútuo		278	315
Investimentos	6	611.392	135.949
Imobilizado		23.065	536
Intangível	7	1.765	6.819
Total do ativo		**699.867**	**157.049**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		**14.270**	**4.893**
Obrigações a pagar	8	13.069	3.543
Impostos e encargos sociais a recolher		586	508
Encargos trabalhistas		459	336
Impostos e contribuições		156	506
Não circulante		**186.974**	**232**
Obrigações a pagar		44	44
Tributos diferidos	1.2	78.629	67
Provisões judiciais		217	121
Débitos diversos	1.2	108.084	–
Patrimônio líquido	**9**	**498.623**	**151.924**
Capital social		767.116	606.516
Outros resultados abrangentes		156	(411)
Prejuízos acumulados		(268.649)	(454.181)
Total do passivo e patrimônio líquido		**699.867**	**157.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**539.966**	**(446.725)**	**(850)**	**92.391**	**(25.277)**
Aumento de capital		66.550	–	–	66.550	–
Variação cambial de investidas no exterior		–	–	557	557	557
Ganhos e perdas atuariais		–	–	(118)	(118)	(118)
Prejuízo do exercício		–	(7.456)	–	(7.456)	(7.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**606.516**	**(454.181)**	**(411)**	**151.924**	**(7.017)**
Aumento de capital	9	160.600	–	–	160.600	–
Variação cambial de investidas no exterior	6	–	–	(76)	(76)	(76)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	643	643	643
Lucro líquido do exercício		–	185.532	–	185.532	185.532
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**767.116**	**(268.649)**	**156**	**498.623**	**186.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas líquidas de serviços prestados	10	60.914	44.516
Receitas líquidas de vendas de mercadorias		1.587	1.609
Custo das mercadorias vendidas		(991)	(1.048)
Lucro bruto		**61.510**	**45.077**
Outras despesas operacionais	11	(29.000)	(21.407)
Despesas administrativas	12	(46.737)	(30.936)
Despesas comerciais		(881)	(425)
Equivalência patrimonial	6	6.708	48
Outras receitas e despesas patrimoniais	1.2	231.259	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**222.859**	**(7.643)**
Receitas financeiras		583	229
Despesas financeiras		(2.049)	(42)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**221.393**	**(7.456)**
Imposto de renda e contribuição social		(35.861)	–
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**185.532**	**(7.456)**
Quantidade de ações (mil)		25.232	12.005
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R$		7,35	(0,62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	185.532	(7.456)
Depreciações e amortizações	4.309	720
Resultado de equivalência patrimonial	(6.708)	(48)
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	**183.133**	**(6.784)**
Variação nos ativos e passivos		
Ativos financeiros	(3.075)	(214)
Outros ativos	(384.811)	(6.318)
Passivos	196.686	2.563
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(8.067)**	**(10.753)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em controladas e coligadas	(128.492)	(58.550)
Dividendos recebidos	–	3.500
Alienação de imobilizado	4.342	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(26.126)	(739)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(150.276)**	**(55.789)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	160.600	66.550
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**160.600**	**66.550**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**2.257**	**8**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	212	204
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.469	212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 14 de fevereiro de 2008, sediada na Rua Guaianases, nº 1238, 12º andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros e a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do exercício, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

O grupo Porto Seguro continua com um Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes e beneficiários, minimizar o risco para os seus colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime "home office" para parte substancial dos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - ACORDO E TROCA DE AÇÕES PETLOVE

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, se aliou à PetLove Cayman Ltd. ("Petlove") e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Companhia transferiu o controle (100% das ações) da Porto.Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. ("Porto. Pet") - nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. ("Health For Pet"). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Abaixo divulgamos um resumo demonstrativo dos reconhecimentos contábeis na data do fechamento da operação.

Ativo	
Investimentos	
Saldo contábil antes do"closing"	5.282
Baixa contábil (Porto.Pet)	(5.282)
Valor justo (13,5% de participação Petlove) (i)	236.541
Marcas (Porto Seguro e Porto.Pet) e Canal de divulgação (i)	124.953
Ganho não realizado (ii)	(16.869)
Total do ativo	**344.625**
Passivo	
Outros passivos	
Receitas a diferir (iii)	108.084
Imposto de renda e contribuição social	78.628
Total do passivo	**186.712**
Demonstração de resultado	
Ganho bruto no resultado do período	231.259
(–) Imposto de renda e contribuição social	(78.628)
Efeito líquido no resultado do período	**152.631**

(i) Cálculo baseado na soma dos fluxos de caixa livre descontados a taxa de 12,02% a.a. para a empresa Petlove e 14,98% a.a. para as demais empresas do consolidado Petlove Cayman, sendo elas, Pet Insurance, Vet Smart e Dog Hero.

(ii) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente a participação de 13,5% mantida pela Porto Seguro.

(iii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

Dado as características da transação, onde observa-se a perda de controle da Porto. Pet em troca da aquisição de participação minoritária (sem controle) na Petlove Cayman, o reconhecimento contábil inicial dessa operação seguiu as orientações do IFRS 10 (CPC 36 - Demonstrações Consolidadas), onde determina que quando existir a perda de controle da controlada, a controladora deve: (i) baixar os ativos contábeis (incluindo qualquer ágio) pelo valor contábil na data em que o controle foi perdido, (ii) deve reconhecer o valor justo da contrapartida/ participação recebida, proveniente da transação que resultaram na perda de controle e (iii) reconhecer a diferença resultante como perda ou ganho no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia cedeu o direito de uso de forma gratuita e com clausulas de rescisão com e sem justa causa, sendo que a vigência do direito de uso será nas marcas Porto.Pet por 25 anos e Porto Seguro por 10 anos, além do canal de distribuição Porto Seguro por 5 anos. No reconhecimento dessas cessões de uso, a Companhia seguiu as orientações do IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com cliente), e reconhecerá a receita ao longo da vigência dos contratos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Serviços Uruguai, controlada da Companhia e cuja moeda funcional é o peso uruguaio, são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimentos em sociedades controladas e coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.5 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestações de serviços e de comercialização de equipamentos compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreendem cotas de fundos de investimentos compostos por títulos públicos de renda fixa. As cotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se, principalmente, a notas fiscais a receber sobre prestação de serviços de assistência em residências e execução de serviços de socorro automotivo.

5. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se, principalmente, a adiantamentos administrativos.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2020	Investimento inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de conversão /baixas/outros	Aumento/ (redução) de capital	Dividendos	Saldos em dezembro de 2021
PetLove Cayman (v)	13,50	–	344.625	(5.702)	–	78.092	–	417.015
Mobitech (i)	99,99	115.470	–	16.555	42	50.000	–	182.067
Porto Serviços Uruguai (ii)	100,00	7.848	–	2.003	(76)	–	–	9.775
Porto Conecta (iv)	100,00	5.026	–	(692)	–	(3.000)	–	1.334
Porto Atendimento (iii)	99,94	5.986	–	(1.764)	592	–	(4.000)	814
Porto.Pet (v)	100,00	1.085	–	(3.545)	(940)	3.400	–	–
Renova Peças Novas (vi)	100,00	534	–	(147)	–	–	–	387
		135.949	**344.625**	**6.708**	**(382)**	**128.492**	**(4.000)**	**611.392**

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:40 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF nº 09.436.686/0001-32

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 12º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos;
(ii) Tem por atividade atuação na prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai;
(iii) Tem por atividade a prestação de serviços de "telemarketing" e atendimento em geral;
(iv) Tem por atividade a prestação de serviços de telecomunicações (vide nota explicativa nº 2.1);
(v) Acordo e troca de ações com a PetLove. Vide nota explicativa nº1.2;
(vi) Tem por atividade a comercialização e distribuição de peças automotivas novas.

7. INTANGÍVEL

		Movimentações						Dezembro de 2021
	Saldo em dezembro de 2020	Aquisições	Despesas de amortização	Baixas	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
"Software"	2.477	122	(834)	–	4.085	(2.320)	1.765	20,0
Ágio e outros intangíveis de combinação de negócios (i)	4.342	–	–	(4.342)	–	–	–	0 a 20,0
	6.819	**122**	**(834)**	**(4.342)**	**4.085**	**(2.320)**	**1.765**	

(i) O montante de R$ 4.342 deve-se a baixa do saldo do ágio oriundo na aquisição da Porto.Pet (anteriormente denominada Health For Pet) em 2015 e que mediante ao acordo de troca de ações entre Porto.Pet e Petlove Cayman Ltd., a Companhia realizou a baixa desse saldo.

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores e de transações com partes relacionadas.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 767.116 divididos em 25.231.979 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.
Em 2021, por meio das Assembleias Gerais de Acionistas, o capital foi aumentado em R$ 160.600.

10. RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita de serviços	73.547	59.455
Cancelamentos	(3.391)	(7.706)
PIS/COFINS	(6.377)	(4.797)
ISS	(2.865)	(2.436)
	60.914	**44.516**

10.1 RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS - POR CARTEIRA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Carteira Porto Faz	39.293	31.582
Operação Ecopistas	8.473	8.295
Canais eletrônicos	1.844	1.883
Tech Fácil	7.637	–
Outros	3.667	2.756
	60.914	**44.516**

11. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Serviços de terceiros	(28.374)	(20.645)
Provisão para riscos de crédito	(1.410)	(506)
Localização e funcionamento	797	(127)
Outros	(13)	(129)
	(29.000)	**(21.407)**

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Serviços de terceiros	(14.470)	(9.196)
Custo corporativo	(8.298)	(4.850)
Publicidade	(8.062)	(7.059)
Pessoal	(6.207)	(3.958)
Localização e funcionamento	(5.083)	(3.907)
Processamento de dados e infraestrutura	(4.384)	(1.823)
Outras	(233)	(143)
	(46.737)	**(30.936)**

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:
(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
(iii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento.
Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Receitas		Despesas	
Demonstração do resultado	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	2.171	2.070	(20.758)	(12.038)
Mobitech	1.298	2.413	–	–
Portoseg	768	688	–	–
Porto Atendimento	–	–	(4.090)	(3.537)
Porto Saúde	–	–	(375)	(227)
Outras	–	–	(3)	(3)
	4.237	**5.171**	**(25.226)**	**(15.805)**

14. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente	**MARCOS ROBERTO LOUÇÃO** Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços	**ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES** Diretora Jurídica e Riscos	**RAFAEL VENEZIANI KOZMA** Diretor de Controladoria	**TIAGO VIOLIN** Diretor Financeiro	**MARCOS ROGÉRIO SIRELLI** Diretor	**LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES** Diretor	**FABIO OHARA MORITA** Diretor	**MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA** Diretor	**MARCELO ZORZO** Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Seguro de Vida com proteção de renda contra imprevistos?

Quem tem Porto, tem

Seguro de vida

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S.A. – CNPJ: 61.198.164/0001-60, Alameda Barão de Piracicaba nº 618 – Torre B – 8º Andar – Campos Elíseos – São Paulo – CEP 01216-012. Informações reduzidas. Consulte as Condições Gerais do seguro contratado no site www.portoseguro.com.br/vida. Seguro de Pessoas Individual 15414.001355/2016-07; Seguro Vida e Acidentes Pessoais Individual Anual 15414.902186/2014-52; Acidentes Pessoais Individual Plus Anual 15414.902183/2014-19; Vida Mais Mulher Anual 15414.902184/2014-63; Vida Mais Simples Anual 15414.902185/2014- 16. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Chat Online: www.portoseguro.com.br/a-porto-seguro/fale-com-a-porto-seguro/chat-on-line - WhatsApp: (11) 3003 9303 - Central de Atendimento: (11) 3366-3377 (Grande São Paulo) - 0800-727-9393 (demais localidades). Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h15 às 18h30. Atendimento exclusivo para deficientes auditivos: 0800-727-8736. Ouvidoria: 0800-727-1184. SAC: 0800-727-2746 (24 horas). Não fazer distribuição deste material em vias públicas.

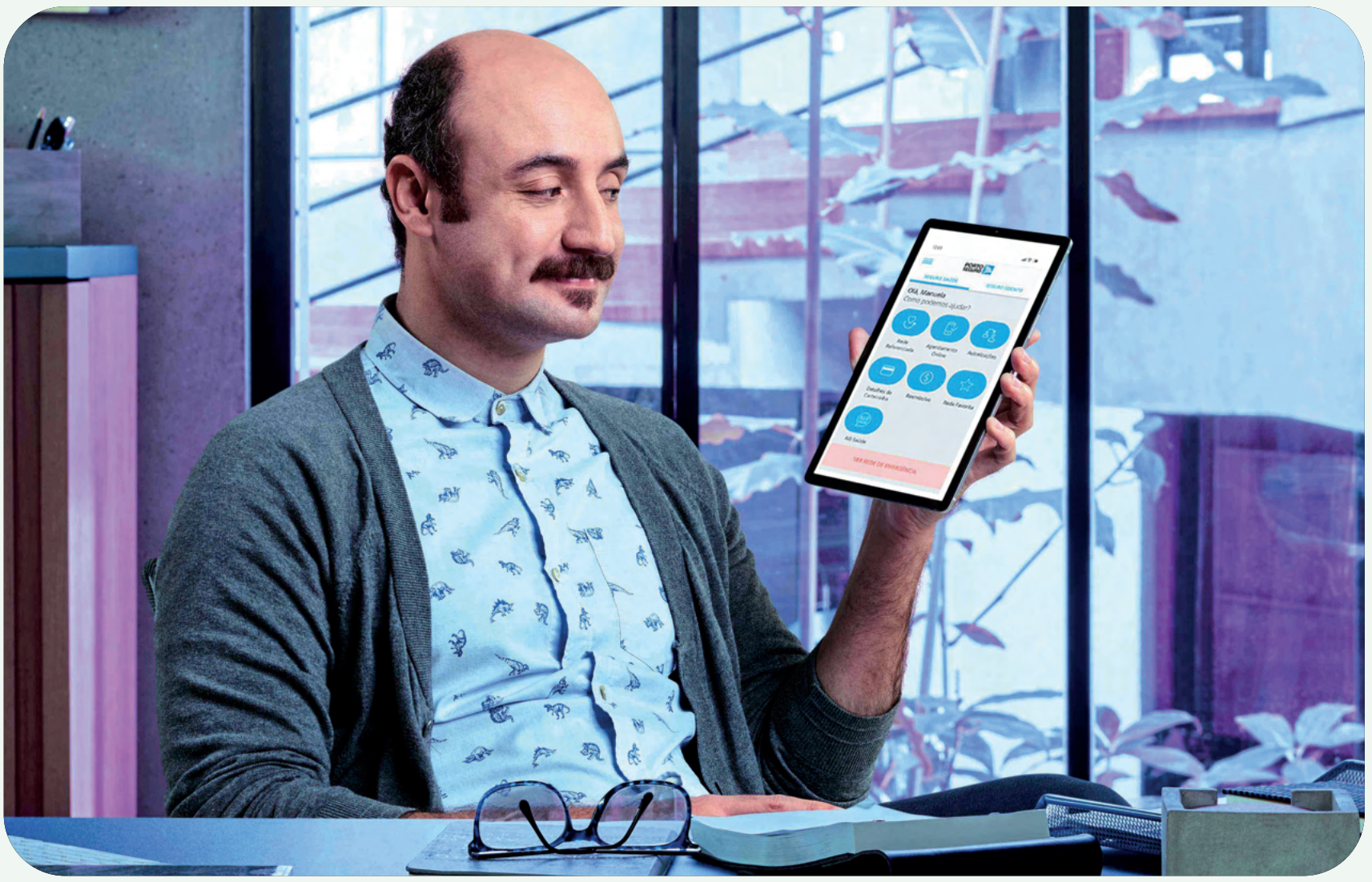
PORTO SEGURO

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:47 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: EA5D2E88-33D8-4A5B-8354-63D8F071F8CB

Seguro Saúde para empresas a partir de 3 vidas e com consulta por telemedicina?



Quem tem Porto, tem

☑ Seguro Saúde

ANS - Nº 00058-2

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

Informações reduzidas. Porto Seguro - Seguro Saúde. CNPJ: 04.640.010/0001- 70. Produto comercializado apenas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, para clientes com CNPJ. Contato: 3366 3003 (São Paulo e Grande São Paulo) | 3003 9393 (Capitais e Regiões Metropolitanas) | 0800 727 2800 (demais localidades) | 0800 727 2762 (SAC - cancelamento e reclamações) | 0800 727 8736 (atendimento exclusivo para deficientes auditivos) | 0800 727 1184 (Ouvidoria - das 8h15 às 18h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados) | ouvidoria.saude@portoseguro.com.br. Chat On-line. (https://www.portoseguro.com.br/fale-conosco/contatos/chat).

PORTO SEGURO

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 25/02/2022 | 23:05:52 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/